



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

CLÉCIA MESSIAS DE SOUSA

**A EFICIÊNCIA DA MONITORIA NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL
GOIANO – CAMPUS CERES: O PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR**

Morrinhos
2019

CLÉCIA MESSIAS DE SOUSA

**A EFICIÊNCIA DA MONITORIA NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL
GOIANO – CAMPUS CERES: O PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – nível Mestrado Profissional do Instituto Federal Goiano para obtenção do Título de Mestre.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Morrinhos

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

S725e Sousa, Clécia Messias de.

A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano - Campus Ceres: o processo de ensino-aprendizagem, permanência e êxito escolar. / Clécia Messias de Sousa. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

203 f. : il. color.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2019.

I. Ensino-aprendizagem. 2. Permanência. 3. Êxito escolar. I. Souza, José Carlos Moreira de. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 371.26

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: Material Textual – História em Quadrinhos. | |

Nome Completo do Autor: Clécia Messias de Sousa

Matrícula: 20172043310047

Título do Trabalho: A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 12/09/2019.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

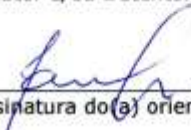
Morrinhos, 09 de setembro de 2019.

Local

Data


Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

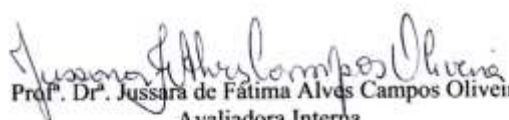
A EFICIÊNCIA DA MONITORIA NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES: O Processo de
Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar

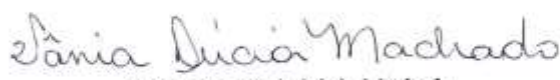
Autora: Clécia Messias de Sousa
Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO em 23 de agosto de 2019.


Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. Vânia Lúcia Machado
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás – Goiânia

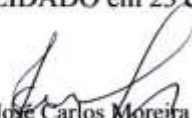
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**


**HISTÓRIA EM QUADRINHOS:
“A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA”**

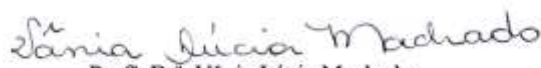
**Autora: Clécia Messias de Sousa
Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO em 23 de agosto de 2019.


Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos


Prof. Dr. Vânia Lúcia Machado
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás – Goiânia

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.”

(Marthin Luther King)

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Gilvânio de Sousa (*in memoriam*), que já se foi, mas se faz presente em todos os dias da minha vida e Maria Messias de Sousa, a melhor mãe do mundo, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Espero ser merecedora de todo amor, esforço e dedicação.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Às minhas mães, Maria Messias de Sousa e Imaculada Mercedes Santana, que realmente sabem todas as dificuldades pelas quais passei para concluir esse mestrado e que sempre estiveram ao meu lado. Sofreram a cada recaída em minha saúde e foram felizes, junto comigo, a cada recuperação.

Ao professor doutor José Carlos Moreira de Souza, meu querido orientador. Pelos ensinamentos, orientações e conselhos, mas, acima de tudo, pela amizade e paciência. Soube compreender as minhas limitações e aceitar o “meu tempo”.

À Karen Oliveira de Sousa, sobrinha e afilhada amada, por ser a alegria dos meus dias e sempre comemorar comigo a cada conquista.

À minha amiga e colega de primeira turma do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Flávia Alves de Castro Oliveira, pela amizade e por estar sempre ao meu lado dizendo que era possível, que apesar das dificuldades conseguiríamos “juntas”. E conseguimos!

AGRADECIMENTOS

“Eu creio em mim mesmo. Creio nos que trabalham comigo. Creio no chefe. Creio nos meus amigos. Creio em minha família. Creio que Deus me emprestará tudo o que eu necessito para triunfar, contanto que eu me esforce para alcançá-lo por meios lícitos e honestos. Creio nas orações e nunca fecharei os meus olhos para dormir sem pedir antes a divina orientação, a fim de ser paciente com os outros e tolerante com os que não acreditam como eu acredito. Creio que o triunfo é o resultado do esforço inteligente e não depende de sorte, de magia, de amigos duvidosos, de companheiros ou do meu chefe. Creio que tirarei da vida exatamente o que nela colocar, e, assim sendo, serei cauteloso quanto a tratar os outros, como quero que eles sejam comigo. Não caluniarei aqueles de quem não gosto. Não diminuirei o trabalho por ver que outros o fazem. Prestarei o melhor serviço de que for capaz, porque jurei a mim mesmo triunfar na vida e sei que o triunfo é sempre o resultado do esforço consciente e eficaz. Finalmente, perdoo aqueles que me ofendem, porque compreendo que algumas vezes ofendo os outros e necessito do seu perdão.”

Napoleon Hill

Eu creio e agradeço...

Primeiramente a Deus, que me deu forças para vencer todas as dificuldades que se colocaram em meu caminho.

À minha família, por entenderem minha ausência e me apoiarem nesse processo.

Ao Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres, professor Cleiton Mateus de Sousa, por apoiar e incentivar a qualificação dos servidores técnico-administrativos.

Ao Diretor de Ensino e ao Gerente de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres, professores Adriano Honorato Braga e Mairon Marques dos Santos, pelo apoio e auxílio.

Aos professores do ProfEPT, que me proporcionaram uma educação mais crítica.

Ao professor Matias Noll pelos ensinamentos e por nossas viagens para Morrinhos. O nosso pão de queijo e cappuccino serão sempre lembrados.

Aos amigos do ProfEPT, pela parceria no decorrer desse processo.

Aos profissionais, professores e amigos do IF Goiano – Campus Ceres, pela colaboração.

Ao professor Márcio Ramatiz Lima dos Santos, pela sua gentileza e disponibilidade em ajudar.

Às servidoras do setor de Registros Escolares, Clêide Maria das Graças Ferreira e Nilva Aparecida Pacheco, pela gentileza ao fornecer as informações para esse trabalho.

À Elda, Kleyton e Paulo Emílio, que muitas vezes foram minha voz, pernas e braços nesse trabalho.

Aos alunos, professores orientadores e membros da equipe pedagógica, que participaram da pesquisa, pela concessão de seu tempo e pela confiança em fornecer as valiosas informações, imprescindíveis, para a realização desse trabalho.

Às professoras doutoras Vânia Lúcia Machado, Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira, Geísa D'Ávila Ribeiro Boaventura e, ao professor doutor Marco Antônio de Carvalho, por gentilmente, aceitarem fazer parte das Bancas de Qualificação e Defesa, com suas valorosas contribuições.

A todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram com seu conhecimento para a realização deste trabalho, obrigada por ajudar e partilhar, pois, como afirmou Paulo Freire, “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA MONITORIA .	29
1.1 O Contexto Histórico da Relação Trabalho-Educação.....	30
1.2 A Dualidade na Educação Profissional Brasileira	31
1.3 Formação Integral <i>versus</i> Dualidade Estrutural na Educação Brasileira	54
1.4 Permanência, Êxito e Evasão Escolar no Processo de Ensino-Aprendizagem na Rede de Ensino Profissional.....	58
1.4.1 Causas e Consequências da Evasão Escolar.....	60
1.4.2 Práticas Pedagógicas Motivadoras para a Permanência e Êxito nas Instituições de Ensino	62
1.5 Contextualização Histórica da Monitoria como Prática Pedagógica	65
1.5.1 A Inserção da Monitoria como Prática Pedagógica no Brasil	67
1.5.2 A Monitoria no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.....	69
1.6 A Monitoria como Apoio Pedagógico no Processo de Ensino-Aprendizagem.....	75
1.6.1 A Teoria Sócio Histórica de Vigotski e a Relação com o Processo Ensino-Aprendizagem.....	77
1.6.2 A Mediação na Apropriação dos Conhecimentos Historicamente Construídos	78
1.6.3 A Zona de Desenvolvimento Proximal e a Construção de Novos Conhecimentos	80
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	82
2.1 Metodologia da Pesquisa	82
2.2 Descrição e Análise dos Dados	88
CAPÍTULO 3 - CONTRIBUIÇÕES.....	126
3.1 Artigo – O aperfeiçoamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres por meio de Histórias em Quadrinhos	126

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	160
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano).....	160
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Maior de 18 Anos	163
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Formulário Google.....	166
Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Responsável Legal	169
Anexo E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	172
Anexo F – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Formulário Google	174
Anexo G - Tela de Submissão de Artigo Científico.....	176
APÊNDICES	177
Apêndice A – Relação das Disciplinas e Número de Alunos com Notas Abaixo da Média no primeiro semestre de 2018.....	177
Apêndice B - Relação das Disciplinas Ofertadas Pelo Programa de Monitoria no ano de 2018.....	178
Apêndice C – Questionário para os Alunos Monitores	179
Apêndice D – Questionário para os Alunos não Monitores	182
Apêndice E – Questionário para os Professores Orientadores	184
Apêndice F – Roteiro de Entrevista com Gerente de Ensino/Coordenador do Programa de Monitoria	187
Apêndice G – Roteiro de Entrevista com Diretor de Ensino, Coordenadores Pedagógico e do Núcleo de Apoio Pedagógico	189
Apêndice H – Produto Educacional (História em Quadrinhos: A Importância da Monitoria).....	191
Apêndice I – Questionário para Avaliação e Validação do Produto Educacional	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tela de Rugendas, Padre Jesuíta em Redução de Índios Tapuias.....	34
Figura 2 – Evolução da Rede Federal de Educação de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT (1909 – 2008)	38
Figura 3 – Modalidades de Ensino Ofertadas pela Rede Federal de Educação de Educação Profissional e Tecnológica.....	39
Figura 4 – Ensino Médio – Lei nº 5.692/1971 – Instituíva profissionalização e compulsoriedade para o Ensino Secundário.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de monitores por disciplina no primeiro semestre.....	89
Gráfico 2 – Quantidade de monitores por disciplina no segundo semestre.....	89
Gráfico 3 – Principais motivos para os monitores se inscreverem no Programa de Monitoria.....	98
Gráfico 4 – Avaliação dos monitores para a aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria.....	102
Gráfico 5 – Principais dificuldades encontradas pelos monitores na atividade de monitoria.....	106
Gráfico 6 – Principais motivos que levam alunos não monitores a procurar monitoria.....	109
Gráfico 7 – Percentual de frequência dos alunos nas monitorias/disciplinas no primeiro semestre de 2018.....	110
Gráfico 8 – Percentual de frequência dos alunos nas monitorias/disciplinas no segundo semestre de 2018.....	110
Gráfico 9 – Maiores dificuldades no processo de acompanhamento e orientação dos monitores.....	119
Gráfico 10 – Número de alunos em dependência por disciplina críticas.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de alunos com notas abaixo da média por disciplina ofertada no Programa de Monitoria no primeiro semestre de 2018.....	85
Quadro 2 – Quantidade de alunos monitores e não monitores por idade e gênero.....	90
Quadro 3 – Quantidade de alunos e monitores por série.....	93
Quadro 4 – Quantidade de alunos e monitores por curso.....	95
Quadro 5 – Mudanças percebidas pelos monitores em sua aprendizagem.....	97
Quadro 6 – Evolução nas habilidades sociocomunicativas percebidas pelos monitores.....	99
Quadro 7 – Impactos que a experiência como monitor pode exercer na carreira/atividade profissional.....	100
Quadro 8 – Justificativas dos monitores em relação à contribuição da aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria.....	103
Quadro 9 – Principais atividades desenvolvidas e recursos utilizados pelos monitores nas aulas de monitorias.....	105
Quadro 10 – Atitudes dos monitores para minimizar as dificuldades encontradas.....	107
Quadro 11 – Justificativas dos alunos não monitores para contribuição da monitoria em sua aprendizagem.....	111
Quadro 12 – Mudanças percebidas pelos alunos não monitores.....	112
Quadro 13 – Principais dificuldades encontradas pelos alunos não monitores.....	113
Quadro 14 – Tentativas para minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos não monitores.....	116
Quadro 15 – Mudanças percebidas pelos professores orientadores.....	118
Quadro 16 – Avaliação do Programa de Monitoria por alunos não monitores, monitores e professores orientadores.....	120
Quadro 17 – Número de alunos reprovados por disciplinas em 2018.....	121
Quadro 18 – Situação final dos alunos não monitores em 2018.....	122
Quadro 19 – Número de alunos não monitores em dependência por disciplina.....	123

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional número cinco

Art. – Artigo

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EAFs – Escolas Agrotécnicas Federais

EITs – Escolas Industriais e Técnicas

ETFs – Escolas Técnicas Federais

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FMI – Fundo Monetário Internacional

HQ – História em Quadrinhos

IF Goiano – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano

IF Goiano – Campus Ceres – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JK – Juscelino Kubitschek

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEPE – Plano Estratégico de Permanência e Êxito

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
TCU – Tribunal de Contas da União
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender como o Programa de Monitoria foi implementado e como ele funciona no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres (IF Goiano – Campus Ceres), com o objetivo principal de avaliar se o mesmo atua de forma eficiente no processo de ensino-aprendizagem, influenciando na permanência e no êxito escolar dos estudantes. Para tanto, os procedimentos investigativos se pautaram na pesquisa do tipo descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que foram interpretados dentro das perspectivas da análise de conteúdo. Esse trabalho compreendeu, como sujeitos, os alunos (monitores e não monitores) e professores orientadores das disciplinas críticas selecionadas pela pesquisadora, entre as ofertadas pelo Programa de Monitoria durante o ano letivo de 2018, bem como os membros da equipe pedagógica da instituição. Como aporte teórico para as reflexões dessa pesquisa, foram estudados pesquisadores como Ciavatta (2012), Frigotto (2012), Germano (1993), Kuenzer (1992; 2000; 2002), Manfredi (2016), Moura (2010; 2013), Saviani (2007; 2013), Ramos (2007, 2012), Assis (2017), Dore e Sales (2017), Dore e Lüscher (2011), Bastos (1999), Lins (1999), Frison e Moraes (1999), Antunes (2010), Oliveira (2010) e Vigotski (2007, 2008), dentre outros. Como resultado principal, verificou-se que a monitoria, no IF Goiano – Campus Ceres, como ferramenta pedagógica mediadora do conhecimento e como prática pedagógica extraclasse, contribui para mudanças perceptíveis na aprendizagem e atua de forma eficiente no processo de ensino, ajudando a minimizar a defasagem de conteúdos e refletindo de forma positiva na permanência e no êxito escolar.

Palavras-chave: Monitoria, Ensino-aprendizagem, Permanência, Êxito escolar.

ABSTRACT

This research searched for understand how the Monitoring Program was implemented and how it works in the Federal Institute Goiano Campus Ceres (FI Goiano - Campus Ceres), with the main objective to evaluate if this program act in eficiente way in the teach-learning process, influencing in the scholar permanence and sucess of the students. For thus, investigative procedures based in descriptive research, of quantitative and qualititative nature, using interviews and semi structured questionaries to colet the data, that were interpreted from a critical analisys of the content. This work compreeded as subject of study, the students (monitors or non monitors) and advisors teachers of the critics subjects selected by researcher, between the subjects offered by the Monitoring Program through the scholar year of 2018, as well with the members of institutional pedagogic staff. As theoretical fundaments to support the reflexions of this research, some authors were studied as Ciavatta (2012), Frigotto (2012), Germano (1993), Kuenzer (1992; 2000; 2002), Manfredi (2016), Moura (2010; 2013), Saviani (2007; 2013), Ramos (2007, 2012), Assis (2017), Dore & Sales (2017), Dore & Lüscher (2011), Bastos (1999), Lins (1999), Frison & Moraes (1999), Antunes (2010), Oliveira (2010), Vigotski (2007, 2008) and others. As the main result, it was verified that Monitoring Program in the FI Goiano - Campus Ceres as a pedagogical tool mediating the knowlegdment and as a extraclass pedagogical practice, contributed to perceptive changing in the learning and acting efficiently in the teaching process, helping to minimize the content defasage and reflecting positivly in the scholar permanence and sucess.

Keywords: Monitoring, Learning-teaching, Permanence, Scholar sucess.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao tema: A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar. Em seu desenvolvimento, investigou-se a prática da monitoria como atividade mediadora, procurando descobrir como se dava a relação entre aluno-aluno e aluno-professor, nessa prática, e sua contribuição na aprendizagem dos alunos, levando-se em consideração, conforme Laffin *et al.* (2011), o duplo papel exercido pelo monitor que, além de fazer a mediação entre os conteúdos que já domina e as novas demandas dos estudantes,

[...] ele também assume o lugar de quem aprende novas relações com o saber. É na interação com o processo de explicar e de buscar novas alternativas junto ao professor orientador que o Monitor interage e contribui com atividades de ensino ao mesmo tempo em que aprende. (LAFFIN *et al.*, 2011, p. 41).

A pesquisa delimita, como objetivo geral, avaliar se a monitoria atua de forma eficiente e positiva, no processo de ensino, ajudando a minimizar a defasagem de aprendizagem de conteúdos apresentada por alunos, principalmente em algumas disciplinas, consideradas críticas, ou seja, disciplinas nas quais os alunos têm menor rendimento escolar, podendo refletir na permanência e no êxito escolar. Quanto aos objetivos específicos da presente pesquisa, optou-se por: compreender o processo de implementação do Programa de Monitoria; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; e, analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar.

A importância desse estudo pode ser apreendida na possibilidade de compreensão e validação da monitoria no processo ensino-aprendizagem adotado na prática pedagógica do IF Goiano – Campus Ceres. Outro fator de relevância é a verificação se essa prática promove interações sociais, estabelecendo vínculos que podem interferir nas relações professor-aluno e aluno-aluno, contribuindo para uma formação mais humana e colaborativa entre as partes envolvidas no processo de ensino, e até mesmo se contribui para a permanência e o êxito escolar dos alunos envolvidos. Para tanto fundamentou-se em autores que tratam das

temáticas como Antunes (2010), Bock, Furtado e Teixeira (2001), Oliveira (2010), Rego (2009) e Vigotski¹ (2007).

O IF Goiano - Campus Ceres, instituição escolar selecionada para o presente estudo, integra a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) que tem sua origem na criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909. Durante o século passado e início desse século, a educação profissional no Brasil passou inúmeras mudanças institucionais: Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909; Liceus Profissionais em 1937; Escolas Industriais e Técnicas (EITs) em 1942; Escolas Técnicas Federais (ETFs) em 1959; Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em 1978 e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em 2008. No entanto, no que se refere à relação da educação com o mundo do trabalho, todo esse período foi marcado pela dualidade estrutural na educação brasileira, em que sempre foram garantidos os interesses do capital, em uma sociedade marcada pela divisão social e técnica do trabalho. Para Kuenzer (1992), essa divisão

[...] é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, a medida em que, rompendo a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como decorrência natural deste princípio a constituição de sistemas de educação marcados pela dualidade estrutural. No Brasil, a constituição do sistema de ensino não se deu de outra forma. (KUENZER, 1992, p. 12).

Fato evidenciado, principalmente, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2004, após a promulgação do Decreto nº 2.208/1997, que de acordo com Moura (2010), teve intenção inicial de extinguir, definitivamente, a vinculação das instituições de ensino profissionalizante com a educação básica. Porém, mediante a pressão realizada por manifestações ocorridas na rede de ensino profissionalizante, manteve-se, por meio da Portaria nº 646/1997, que a partir de 1998, nessas instituições, a oferta de vagas no ensino médio corresponderia a, no máximo, 50% das vagas oferecidas nos cursos técnicos de nível médio no ano de 1997, os quais conjugavam ensino médio e educação profissional (MOURA, 2010).

O Decreto nº 2.208/1997, junto a outras políticas públicas, como o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), visava a extinção gradativa do ensino médio

¹ Lev Semyonovich Vygotsky nasceu em 1896, em Orsha, na extinta União Soviética. Seu nome de origem russa, encontra na literatura mundial diversas traduções: Vigotski (brasileira), Vygotski (Espanhola e francesa), Vygotsky (inglesa). Opta-se, nesse trabalho, por utilizar a tradução brasileira, para uniformizar o texto

nas instituições da rede de ensino profissionalizante e organizava a educação profissional no Brasil, nos seguintes termos “Art. 5º: A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.” (BRASIL, 1997a).

Em 2004, o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), em seu artigo 2º, tentou a superação dessa dualidade, entre formação profissional e formação acadêmica, garantindo que a educação profissional observaria a organização por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; da articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; da centralidade do trabalho como princípio educativo; e, da indissociabilidade entre teoria e prática.

E, a partir de 2008, com a Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, tem-se a institucionalização da RFEPCT, com a criação dos Institutos Federais, passando a configurar uma nova etapa na organização dessas instituições, o que significou uma retomada efetiva do ensino médio integrado. Para Pacheco (2011), a implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas públicas voltadas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que reafirmam que uma formação humana cidadã, assegurando a capacidade dos profissionais manterem-se em desenvolvimento, é mais importante do que a qualificação laboral. Desse modo,

[...] a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (PACHECO, 2011, p. 16).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) faz parte da RFEPCT e atua na educação superior, básica e profissional. Em sua concepção pedagógica, a EPT prevê uma formação intelectual e humana que permite o domínio de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens, para consolidar uma base sólida à construção contínua e eficiente de conhecimentos específicos e gerais (BRASIL, 2018).

A educação profissional tem o compromisso de romper com a dualidade estrutural entre formação técnica e formação humana e entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para essa modalidade educativa nos seus diferentes níveis, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencie. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e técnico-instrumentais, respaldando uma concepção de formação profissional integral e integrada que só se efetiva integralmente quando fundamentada nas dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia e na relação teoria e prática. (BRASIL, 2018, p. 63).

O IF Goiano é composto, atualmente, por sua Reitoria, sediada em Goiânia, por nove *campi* que estão distribuídos em nove municípios do Estado (Campos Belos, Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí), três *campi* avançados em outros três municípios distintos (Catalão, Hidrolândia e Ipameri) e um Polo de Inovação no município de Rio Verde (BRASIL, 2018).

O Campus Ceres originou-se a partir da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), criada pelo Decreto-Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, conforme verificado a seguir:

Art. 2º Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de Ceres - Goiás, Codó - Maranhão, Colorado do Oeste - Rondônia, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim - Bahia, Rio do Sul e Sombrio - Santa Catarina, e São Gabriel da Cachoeira - Amazonas, subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto, como órgãos da administração direta. (BRASIL, 1993).

Suas atividades educacionais foram iniciadas em março de 1995, com a oferta do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, oferecendo, posteriormente, outros cursos nas áreas de Ciências Agrárias, Informática e Meio Ambiente e, em 2008, passou a integrar o IF Goiano como Campus Ceres (BRASIL, 2018).

Atualmente, o IF Goiano – Campus Ceres oferta cursos subsequentes, concomitantes e integrados ao ensino médio; bacharelados e licenciaturas; especialização e mestrado. Dessa forma, o *campus* atua na educação básica e superior. Na modalidade subsequente, oferta-se os cursos técnicos em Administração e em Informática. Na modalidade concomitante, o curso técnico em Agropecuária. Os cursos técnicos em Agropecuária, Informática para a Internet e Meio Ambiente são ofertados na modalidade integrada ao ensino médio. Na educação superior, são ofertados os cursos de bacharelados em: Agronomia, Sistemas de Informação e Zootecnia; e as licenciaturas em: Ciências Biológicas e Química. Em nível de pós-graduação *lato sensu*, tem-se a oferta da especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática e a nível *stricto sensu* o Mestrado Profissional em Irrigação do Programa de Pós-Graduação em Irrigação no Cerrado (BRASIL, 2018).

Esses cursos recebem alunos das mais diferentes regiões do país e condições socioeconômicas. As políticas de acesso e permanência do IF Goiano são voltadas aos grupos vulneráveis socialmente. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 a 2023,

Tais políticas devem considerar as peculiaridades de cada grupo, garantindo a oferta de ensino de qualidade, respeitando os aspectos de diversidade socioculturais, com ações pedagógicas que valorizem as culturas indígenas, quilombolas e de comunidades rurais, por exemplo, e, sobretudo, ações pautadas na oferta de educação profissional direcionadas às famílias que vivem da agricultura familiar. (BRASIL, 2018, p. 58).

Nesse sentido, o Campus Ceres, com o intuito de dar suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade, visando reduzir essas desigualdades socioeconômicas e implantar e gerenciar ações de permanência aos discentes da instituição, desenvolve ações e projetos elencados no artigo 10 da Resolução Nº 027/2014 (BRASIL, 2014b), como: bolsa alimentação, auxílio-transporte e residência, acompanhamento psicopedagógico, atividades culturais, esportivas e de lazer, entre outras, destacando-se a prática da monitoria.

Assim, a monitoria, no processo de ensino-aprendizagem, apresenta-se como uma prática pedagógica para ajudar essa clientela com características de vulnerabilidade social, que, muitas vezes, apresentam defasagem de conteúdo, tendo em vista uma formação anterior sem qualidade. Neste contexto de ensino, visando atender às necessidades do educando e reforçando seus conhecimentos, a monitoria é para Andrade *et al.* (2018),

[...] entendida aqui como ferramenta de apoio pedagógico por meio da qual o discente-monitor e o assistido têm oportunidade de aprofundar conhecimentos, fortalecer habilidades teórico-práticas e esclarecer dúvidas, sanando fragilidades inerentes a uma área de conhecimento. (ANDRADE *et al.*, 2018, p. 1691).

Tanto a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que assegura educação como direito social no art. 5º, e no art. 205 diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988); quanto a LDB (BRASIL, 1996), que no seu art. 5º afirma: “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo” (BRASIL, 1996), garantem a igualdade de oportunidade em educação para todos.

Contudo, na prática, as diferenças culturais e sociais pertinentes a cada aluno são alguns dos limitadores para que o conhecimento não seja absorvido pelos mesmos da mesma forma, pois, como afirma Nogueira e Nogueira (2002, p. 14) “[...] o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia e etc.)”. No mesmo sentido, Schneider (2006, p. 65) diz que o “fracasso

escolar foi atribuído às baixas condições sociais em que viviam os alunos, recentemente, em vez de se pensar que o problema residia apenas no contexto social começou-se a considerar que talvez a escola teria alguma responsabilidade nesse processo”. Nessa perspectiva Schneider (2006, p. 65) afirma que “a adequação da gestão da pluralidade sociocultural dentro de uma sala de aula, por parte dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, garante um importante desafio e provavelmente um dos mais complexos”.

Assim, o que se buscou com a pesquisa, foi descobrir se a monitoria atua no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, ajudando a minimizar a defasagem na aprendizagem de conteúdos existentes entre os mesmos. Por meio da pesquisa também foi investigado se a monitoria nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de ajudar no desenvolvimento da aprendizagem, potencializa experiências para a docência e pode ampliar as possibilidades para o estágio obrigatório ou para o ingresso na área profissional pretendida. Analisando, desse modo, a monitoria como uma forma de tentar minimizar a dualidade existente na educação profissional, pois, de acordo com Kuenzer (2002), o ensino médio é a mediação necessária para o mundo do trabalho, por meio da síntese entre ciência, trabalho e cultura, não sendo possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral, faz-se necessária a superação da ruptura que existe historicamente entre uma escola que ensine a pensar e a apropriar-se do conhecimento produzido e acumulado histórica e socialmente, e uma escola que ensine a fazer, por meio da memorização de procedimentos e desenvolvimento de habilidades.

Pacheco (2011) coloca que o ensino técnico profissionalizante nos Institutos Federais tem uma proposta de aprendizagem em prol da emancipação do aluno. Essa proposta é no sentido de superar a dualidade entre capacitação técnica e formação humana. “Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais.” (PACHECO, 2011, p. 15).

O Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres foi implementado em 2011, conforme previsto no Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do IF Goiano, artigo 1º, a partir da publicação de Edital próprio do Campus Ceres, atendendo, inicialmente, apenas aos cursos de graduação. Atualmente, atende aos cursos de graduação e aos cursos técnicos, sendo desenvolvido numa modalidade em que alunos de turmas mais adiantadas auxiliam, como monitores, os alunos de turmas anteriores, que estejam apresentando defasagem de conteúdo em algumas disciplinas.

Assim, o objeto de estudo desta pesquisa foi recortado tendo em vista a estreita relação que a pesquisadora possui com mesmo, pois tem integrado e contribuído com o processo de organização, seleção, implementação e acompanhamento do Programa de Monitoria nos anos de 2016 e 2017. Além disso, acredita-se que há muito a ser investigado e descoberto na busca pela compreensão de como a monitoria desempenha seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo, a escolha pelo tema da pesquisa deu-se por alguns fatores: a pesquisadora era Auxiliar de Biblioteca no IF Goiano – Campus Ceres desde 1995 e estava afastada há sete anos, cedida para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT). No entanto, fez novo concurso para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e retornou à instituição em 2013. Nesse retorno, entre outras demandas e atribuições, atuou junto ao Programa de Monitoria da instituição, percebendo-o como instrumento pedagógico capaz de auxiliar os alunos, professores e a própria instituição, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem.

A incursão da pesquisadora no presente trabalho de investigação também possibilitou fazer memória, pois resgatou o período de sua formação no curso de graduação em Licenciatura Plena em Matemática, refletindo, assim, sobre a importância que teria um programa similar a esse na faculdade, durante sua formação, uma vez que no primeiro ano não sabia nem o que eram “retas paralelas”. Sabia o que eram “retas diagonais”, por intuição, pois jogava vôlei e ficava em posição diagonal com outra jogadora. Lembrou-se do quanto sofreu e teve que estudar sozinha e em grupos de estudo para recuperar a defasagem de aprendizagem de uma vida inteira.

No entanto, a busca por uma análise mais aprofundada do Programa de Monitoria por parte da pesquisadora não havia ocorrido até o início do mestrado, em agosto de 2017. Nesse sentido, o Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres oferta vagas de monitoria para os cursos técnicos e de graduação. Porém, o foco do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no qual a pesquisadora está inserida, é a educação profissional. Dessa forma, somado a esse fato, e tendo em vista a existência de um recorte teórico e conceitual limitado quanto à produção acadêmica referente aos cursos técnicos, principalmente no Campus Ceres, optou-se pelo estudo da atuação do programa nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Isto posto, no segundo semestre de 2017, iniciou-se a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Severino (2010),

[...] é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, teses, artigos, etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. (SEVERINO, 2010, p. 122).

Todavia, como afirma Gil (2010), com a evolução das tecnologias, esse tipo de pesquisa passou a incluir outros tipos de fontes, como materiais disponibilizados na internet.

Dessa forma, realizou-se, em fontes físicas e virtuais, o levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos sobre os temas: monitoria e o processo de ensino-aprendizagem nos cursos técnicos integrados ao ensino médio; permanência e êxito, bem como sobre a EPT no Brasil. Foi realizada, também, a pesquisa em documentos do Programa de Monitoria (regulamentos, portarias e editais de seleção de monitores) do IF Goiano como um todo e a implementação no Campus Ceres.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, a coleta de dados foi iniciada no segundo semestre do ano de 2018. Para tanto, utilizou-se da técnica de entrevistas, que foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas; bem como da aplicação de questionários, que tiveram os dados quantificados e interpretados, além da pesquisa documental e bibliográfica.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo foi submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano (Anexo A), conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012c) e da Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). Diante disso, ressalva-se que a pesquisa atendeu às exigências éticas e científicas, e não resultou em riscos ou desconforto algum aos participantes. Faz-se importante mencionar que a participação dos mesmos no estudo acarreta como benefício o aumento do conhecimento científico relacionado a essa temática para a área do Ensino.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa-quantitativa. Para tanto, os dados quantitativos foram transformados em índices e apresentados em forma de quadros e gráficos para o favorecimento de suas análises. Para a análise dos dados qualitativos, obtidos a partir de entrevistas, utilizou-se a análise de conteúdo, que Bardin conceitua como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1977, p. 34).

Nesse sentido, foram analisados os contextos que influenciam na concepção, a percepção e a adesão dos alunos e professores com relação ao Programa de Monitoria. Para tanto, a análise de conteúdo é importante, pois, conforme Bardin (1977, p. 44), permite ao investigador “conhecer o que está por trás das palavras sobre as quais nos debruçamos”.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o referencial teórico que contempla a “História da Educação Profissional e da monitoria no Brasil” e foi organizado por meio do levantamento dos desdobramentos, evolução histórica dos objetivos e finalidades da EPT e da monitoria, analisando o trabalho no seu sentido histórico-ontológico e sua importância para a formação do homem, enquanto sujeito produtor de sua própria existência, bem como a dualidade estrutural existente em todo percurso da história do Brasil. A permanência, o êxito e a evasão foram estudados, com o intuito de entender suas causas e consequências na rede de ensino profissional, percebendo a monitoria como uma possibilidade de prática auxiliadora nesse contexto. A monitoria foi pesquisada na história da educação, nas sociedades antigas e no Brasil, chegando ao seu funcionamento no IF Goiano – Campus Ceres, do mesmo modo que foi pesquisado sobre essa prática como apoio pedagógico no processo de ensino-aprendizagem.

No segundo capítulo, o estudo descreve os procedimentos metodológicos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa, e apresenta a descrição e a análise de dados. No terceiro capítulo, apresentam-se as contribuições, contendo, no mesmo, um artigo descrevendo o processo de desenvolvimento do Produto Educacional derivado da pesquisa realizada durante o percurso do mestrado. Por fim, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA MONITORIA

Neste capítulo, é apresentada uma retrospectiva da educação profissional no Brasil, abordando os aspectos históricos e legais e contextualizando a relação trabalho-educação, na qual o ser humano, ao longo de seu desenvolvimento, foi estabelecendo diversas maneiras de interagir com a natureza e dominá-la para atender as suas necessidades, reproduzindo e produzindo conhecimentos nesse processo. Em oposição a essa integração trabalho-educação, será retratada a dualidade estrutural na educação, bem como a importância de uma formação integral, sobretudo a partir das contribuições de Frigotto (2012), Ciavatta (2012), Ramos (2007, 2012) e Moura (2010, 2013).

No tópico que diz respeito à permanência, o êxito e a evasão, são abordados os conceitos, causas e consequências, discutindo a importância de políticas e práticas voltadas para essa problemática nas instituições, colocando a monitoria como uma possível opção de atividade para auxiliar neste processo. É realizada, também, uma contextualização histórica sobre a monitoria, relatando seu emprego nas práticas educativas, desde a antiguidade, bem como sua sistematização didática por meio do método monitorial/mútuo². Tal estudo é importante para a compreensão do termo e sua utilização como prática educativa ao longo do tempo.

Por fim, a monitoria é analisada e compreendida como ferramenta mediadora no processo ensino-aprendizagem, utilizada como apoio pedagógico, com a intenção de minimizar a defasagem no processo de ensino-aprendizagem e aumentar a permanência e o êxito escolar, nas instituições de ensino.

²Neste estudo opta-se por utilizar as duas expressões da proposta de Lancaster e Bell: *método/ensino monitorial*, de origem inglesa, e *método/ensino mútuo*, com tradução francesa. No Brasil, as duas terminologias são adotadas em documentos

1.1 O Contexto Histórico da Relação Trabalho-Educação

Nas comunidades primitivas não existia diferença social. Tudo que era produzido e era repartido coletivamente, de forma igualitária. Não havia escola, nem método de educação³. A principal característica do processo educacional se dava no fato de que o mesmo ocorria pelo “ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas.” (MONROE, 1978, p. 1).

O trabalho, dessa maneira, sempre fez parte da vida do homem, sendo, desde o princípio, uma ação consciente. Nessa perspectiva, o homem como ser pensante e social, desde o início dos tempos, vem evoluindo com o trabalho e pelo trabalho e, em seu processo de sobrevivência, agia sobre a natureza, dela extraía o necessário, transformava e adaptava o que não se encontrava em condições de uso e transferia o conhecimento adquirido às futuras gerações. Daí, pode-se dizer, que a educação tem origem junto ao próprio trabalho. Sobre isso Saviani (2007) destaca que:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

No entanto, com a apropriação privada da terra, o que antes era comum, deixou de ser, houve a divisão dos homens em classes sociais e a separação entre trabalho e educação. O trabalho, que antes definia a essência humana, passa a ser destinado apenas a uma das classes, a dos não proprietários de terra. Estes, por sua vez, passam a ter dupla responsabilidade. São, agora, responsáveis pela sua própria manutenção, como também tomam o encargo do sustento dos donos das terras com o seu trabalho. Assim, surgiram duas formas de educação: uma para a classe proprietária, dando origem à escola e outra para a classe não proprietária, com formação no próprio trabalho.

Desde então, de acordo com Saviani (2007), a sociedade está frente ao processo de institucionalização da educação, que ocorreu de forma correlata à divisão da sociedade em classes, que, por sua vez, tem relação com a divisão do trabalho. Dessa forma, o processo educativo, que nas sociedades primitivas coincidia, totalmente, com o processo de trabalho, e

³ Modo de produção comunal ou comunismo primitivo. (SAVIANI, 2007).

era comum a todos os membros da comunidade, tornou-se também dividido, em decorrência da divisão da sociedade em classes sociais.

E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 155).

Além disso, com o advento do modo de produção capitalista⁴ e a Revolução Industrial⁵, a divisão entre as classes sociais e a dualidade educacional só veio a ampliar-se. Houve a separação entre instrução intelectual e trabalho produtivo, ou seja, uma educação para formar os intelectuais e futuros dirigentes que atuariam nos diferentes setores da sociedade e outra para formar a classe trabalhadora, necessária aos interesses da crescente industrialização (SAVIANI, 2007).

Assim, o princípio educativo do trabalho e a educação como ação humanizadora, tão presente nas sociedades comunais, praticamente desaparece, sendo substituído pela exploração da grande maioria em função de uma elite minoritária. Para Marx (1984), as máquinas, na indústria, como instrumentos que são, diminuem o tempo de trabalho, facilitando-o; sendo dessa forma, uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumentando a riqueza dos que realmente produzem. Contudo, com sua aplicação capitalista, os resultados gerados são opostos: o tempo e sua intensidade de trabalho são aumentados, escravizando o homem por meio das forças naturais e pauperizando os verdadeiros produtores.

1.2 A Dualidade na Educação Profissional Brasileira

No Brasil, a dualidade da educação se confunde com a própria história do país. Quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, encontrou uma população indígena que foi definida como primitiva, sendo sua organização social sem classes e estruturada em grupos por idades, tanto para homens quanto para mulheres. Em cada fase da vida, eles integravam-se

⁴ Segundo a compreensão de Marx, a força de trabalho humana e os meios de produção constituem as forças produtivas, as quais, juntamente com as relações de produção (sociais e técnicas), constituem o modo de produção - comunista primitivo, asiático, escravagista, feudal, capitalista ou socialista (MARX, 1984).

⁵ A Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra e, nesse contexto, na Europa, a educação passa a ser primordial em diferentes regiões, pois a formação de pessoas para operar máquinas fez com que novas normas fossem criadas pelo regime de cada país, embora com uma visão dualista, ou seja, o ensino era dividido da mesma forma que as classes e, assim, a educação era destinada à criação de escolas para ricos e para pobres (FARIAS, 2015).

para aprender uns com outros, principalmente com os mais velhos (MANFREDI, 2016). Essa autora diz que é possível afirmar que:

[...] esses povos foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para as várias técnicas de cultivo da terra e para a produção de medicamentos. (MANFREDI, 2016, p. 46).

De acordo com Saviani (2013), nessa época, as ideias educacionais coincidiam com a própria prática educativa, não havendo mediação pedagógica. “Nessas condições havia, pois, educação, mas não havia pedagogia.” (SAVIANI, 2013, p. 39). No início da colonização, em relação às práticas educativas existentes no país, Manfredi (2016) ainda destaca que:

[...] com respeito aos povos indígenas existentes no Brasil, na época da chegada dos portugueses, que suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência, no interior das tribos, com os adultos. [...] Nos engenhos, também prevaleciam as práticas educativas informais de qualificação ‘no’ e ‘para’ o trabalho. (MANFREDI, 2016, p. 46-47).

Os europeus, no entanto, com intuito de atingirem seus interesses de povoamento e política mercantilista, necessária à economia da Portugal, interviram na prática educativa, dando origem ao que Saviani (2013) chamou de “pedagogia brasílica”⁶, utilizando as ordens religiosas, que tiveram um papel importante na educação e na colonização brasileira.

Os franciscanos podem ser considerados os primeiros evangelizadores em terras brasileiras. Eles vieram na Caravela de Pedro Álvares Cabral, mas pouco ficaram. Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa, em 26 de abril, partindo a seguir, em 02 de maio de 1500, para as Índias. Logo após, outros franciscanos vieram para o Brasil e alguns tiveram boas experiências ao desenvolverem a obra catequética, como os franciscanos espanhóis, que usaram a técnica de percorrer aldeias indígenas em missões volantes unindo a catequese à instrução. “Foi essa técnica que mais tarde caracterizou a ação dos jesuítas.” (SAVIANI, 2013, p. 40).

⁶ De acordo com Saviani (2013), pedagogia brasílica foi a primeira fase da educação jesuítica, marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da Colônia.

Outras ordens religiosas atuantes no processo de colonização do Brasil, de acordo com Saviani (2013) foram: os beneditinos, os carmelitas, os oratorianos e os capuchinhos, que desenvolveram algumas atividades educativas. Porém, essas ordens vieram sem recursos e sem o apoio da Coroa portuguesa, contando apenas com o auxílio das comunidades e autoridades locais.

Os jesuítas⁷, por seu turno, vieram ao Brasil sob a determinação do rei de Portugal, exercendo o monopólio da educação nos primeiros séculos da colonização (1549-1759). Com esse apoio, eles estenderam sua ação por praticamente todo o território conquistado pelos portugueses. Dessa forma, Mattos *apud* Saviani (2013) considera o ensino organizado pelos jesuítas no Brasil, entre 1549 e 1570, como o esboço de um sistema educacional, que se consolidaria no período subsequente (1570-1579) sob a égide do *Ratio Studiorum*⁸.

Chegando ao Brasil, em 1549, Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral, nomeado por Dom João III, trouxe consigo os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega. A missão dos jesuítas era converter os gentios de modo que “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé”. (DOM JOÃO III, 1992, p. 148, *apud* SAVIANI, 2013, p. 25).

Para cumprir tal missão, foram criadas escolas, colégios e seminários em várias regiões do território brasileiro. De acordo com Cunha (2005), os colégios e residências dos jesuítas ficavam sediados nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, que também podem ser considerados como os primeiros locais de formação para o trabalho em terras brasileiras, por meio das oficinas⁹, pois,

Foi intensa a atividade dos jesuítas no ensino de ofícios nas reduções guaranis [...] A produção foi organizada de forma autárquica, desenvolvendo-se a tecelagem, a construção de edifícios, embarcações, ferramentas, instrumentos musicais, sinos, relógios, armas de fogo, pólvora, cerâmica, corantes e remédios. O ensino dos diversos ofícios era generalizado, encaminhando-se as crianças para as oficinas conforme as inclinações manifestas. (CUNHA, 2005, p. 34).

⁷ Primeiros irmãos da Companhia de Jesus que vieram ao Brasil para evangelizar e catequizar os povos indígenas, tendo em vista os interesses políticos e econômicos sobre a colônia, função destoante da realizada pela Ordem na Europa, no movimento de contrarreforma. (CASIMIRO, Ana Palmira Bitencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. Revista Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, v. 7. n. 1, p. 85-102, 2007).

⁸ O *Ratio Studiorum*, era um plano, de caráter universalista e elitista, sendo constituído por um conjunto de regras, cobrindo todas as atividades dos agentes ligados ao ensino. As ideias pedagógicas expressas correspondem ao que passou a ser conhecido na Idade Moderna como pedagogia tradicional (SAVIANI, 2013).

⁹ Oficinas de carpintaria, de ferraria, de obras de construção, de pintura, de olaria, de fiação, de tecelagem e de fabricação de medicamentos (CUNHA, 2005).

Cunha (2005) coloca que a prática dos ofícios, desempenhada, aqui, pelos irmãos oficiais trazidos pela Companhia de Jesus, para realizarem as atividades necessárias ao funcionamento das escolas, era ensinada a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios, e, preferencialmente, para crianças e adolescentes, conforme expresso na representação que segue:

Figura 1 - Tela de Rugendas, Padre Jesuíta em Redução de Índios Tapuias



Fonte: Por Johann Moritz Rugendas - Centro de Documentação D. João VI, Domínio público. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5295776>. Acesso em: 28 mai. 2019.

A inserção no mundo ocidental deu-se por meio da articulação entre a colonização, a educação e a catequese. De acordo com Saviani (2013), a educação e a catequese estão estreitamente associadas à colonização do Brasil.

Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua ideia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de Dom João III estatuído em 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro governo geral. (SAVIANI, 2013, p. 31).

Nesse cenário, a educação ministrada pela Companhia de Jesus, no Brasil colônia, era uma educação de caráter dual, pois apenas os filhos da classe dominante e futuros sacerdotes tinham educação com pretensão propedêutica e eram encaminhados para as universidades da metrópole, enquanto os filhos da classe dominada eram educados para o trabalho manual.

Assim, pode-se afirmar, conforme Ferreira Jr. (2010), que a educação jesuítica inaugurou, na educação brasileira, o binômio elitismo e exclusão, que traz suas consequências e marcas até a atualidade, pois,

[...] ela nasceu com o estigma de não ser para todos, ou seja, ficou excluído da educação escolar de caráter propedêutico o grande contingente da população colonial, formado pelos escravos desafricanizados, índios, mestiços e brancos pobres. Para eles, desde a infância, estava reservado apenas o trabalho braçal, acrescido de um pouco de instrução destinada às chamadas artes mecânicas, cuja aprendizagem se processava por meio da prática que as crianças realizavam imitando as habilidades desenvolvidas pelos adultos. (FERREIRA JR., 2010, p. 27).

Nesse sentido, Romanelli (2010) corrobora acrescentando que os padres ministravam educação elementar para a população índia e branca em geral (exceto mulheres), educação média e educação superior religiosa, apenas para homens da classe dominante, sobre o que as autoras Caires e Oliveira (2016, p. 27) enfatizam que:

[...] desde a chegada da Companhia de Jesus no Brasil, em 1549, o ensino ministrado pelos jesuítas, de caráter clássico, intelectual e humanista, era reservado à formação dos filhos dos colonizadores, de modo a instruir a camada mais elevada da sociedade e mantê-la afastada de qualquer trabalho físico ou profissão manual.

E assim, em meados do século XVIII, a Companhia de Jesus mantinha, no Brasil, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, adotando o plano educacional contido no *Ratio Studiorum* (AZEVEDO, 1971 *apud* CUNHA, 2005).

A partir de 1759, com a expulsão dos jesuítas, realizada pelo Marquês de Pombal, o sistema de educação escolar existente ficou desorganizado, sendo o Estado obrigado a organizar outro para substituí-lo, o que só ocorreu em 1808, após a transferência do reino português para o Brasil (MANFREDI, 2016).

Assim sendo, no início do século XIX, o que existia era a educação propedêutica, voltada para a formação dos filhos das elites. Por outro lado, já era possível vislumbrar traços de uma educação profissional, tendo em vista o aumento da produção manufatureira. Em 1809, com a promulgação de um decreto real do Príncipe Regente, futuro D. João VI, foi criado o Colégio das Fábricas, dando origem aos primeiros indícios da educação profissional escolar no Brasil (MOURA, 2010). A intenção era formar mão de obra fabril, o que era uma necessidade emergente da economia brasileira, tendo em vista a suspensão da proibição do funcionamento de indústrias manufatureiras no país. Contudo, isso não aconteceu como

esperado, tendo tal instituição funcionado apenas até 1811, sendo totalmente desativada em 1812.

Dessa forma, com intuito de conseguir mão de obra barata, que estava insuficiente à época, e tendo em vista a determinação anterior de proibição de funcionamento de indústrias e a discriminação em relação aos trabalhos manuais, a solução foi a adoção da aprendizagem compulsória, destinada às crianças e adolescentes socialmente excluídos (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Com isso, em 1854, foram criadas as Casas Asilos, para onde eram encaminhados crianças e jovens, pobres, órfãos e desvalidos da sorte.

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária – no âmbito da leitura, da escrita, da aritmética, da álgebra elementar, da escultura, do desenho, da geometria entre outros – e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria entre outros. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2016, p. 55).

Nesse contexto, para Moura (2010), a educação profissional no Brasil tem a sua origem direcionada para perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, atendendo aos que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que não estavam de acordo com os bons costumes.

Para Caires e Oliveira (2016), somente em 1888, tem fim o período de quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil. Durante esse período de discriminação e preconceito, dirigidos aos ofícios manuais, que existiram desde o início da colonização brasileira, constata-se que algumas iniciativas voltadas para a capacitação profissional foram empreendidas durante o Período Imperial, sendo dirigidas aos desfavorecidos da sorte e tendo um caráter assistencialista.

Já no início do século XX, de acordo com Moura (2010), houve mudanças na educação profissional, com o esforço público para organizá-la, mudando o foco do assistencialismo voltado à preparação de operários para o exercício profissional. Com isso, em 1906, o ensino profissional passou a ser uma atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, buscando consolidar uma política de incentivo para preparação de ofícios dentro destes três ramos da economia. No entanto, conforme Kuenzer (1992, p. 13), “o atendimento à demanda da economia por mão de obra qualificada só vai surgir como preocupação objetiva na década de 40”.

Em 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto n.º 7.566 (BRASIL, 1909), autorizou a criação e instalação das Escolas de Aprendizes e Artífices com a finalidade de formar operários para trabalhos manuais ou mecânicos, necessários ao Estado levava-se em conta, nessas instituições, se possível, a realidade industrial local, iniciando-se, assim, no Brasil, a “formação profissional como responsabilidade do Estado”. (KUENZER, 2002, p. 27).

Foram criadas dezenove escolas, que ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma em cada unidade da federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Kuenzer (2002) critica a escolha das localidades devido ao processo de desenvolvimento industrial que ocorria na época no Brasil. Para essa autora,

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. (KUENZER, 2002, p. 27).

Oliveira (2003) concorda, afirmando que o país continuava sendo, ainda, predominantemente agroexportador. Sendo que apenas a escola de São Paulo, em razão do surto manufatureiro vivenciado, se voltou mais para o atendimento ao setor fabril, oferecendo cursos de eletricidade, mecânica e tornearia.

O próprio decreto, em seu texto, continua evidenciando um caráter assistencialista e moralizante, deixando claro a intenção, em tal medida, de profissionalizar a classe proletária, afastando-a da ociosidade dos vícios e da criminalidade, quando diz que para isso se torna necessário, não apenas habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas também fazer com que adquiram hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909).

No entanto, de acordo com Manfredi (2016), foi a partir dessas Escolas de Aprendizes e Artífices, voltadas para o setor secundário da economia e destinadas aos filhos dos funcionários da indústria, que as ETFs e os CEFETs, atuais Institutos Federais tiveram origem.

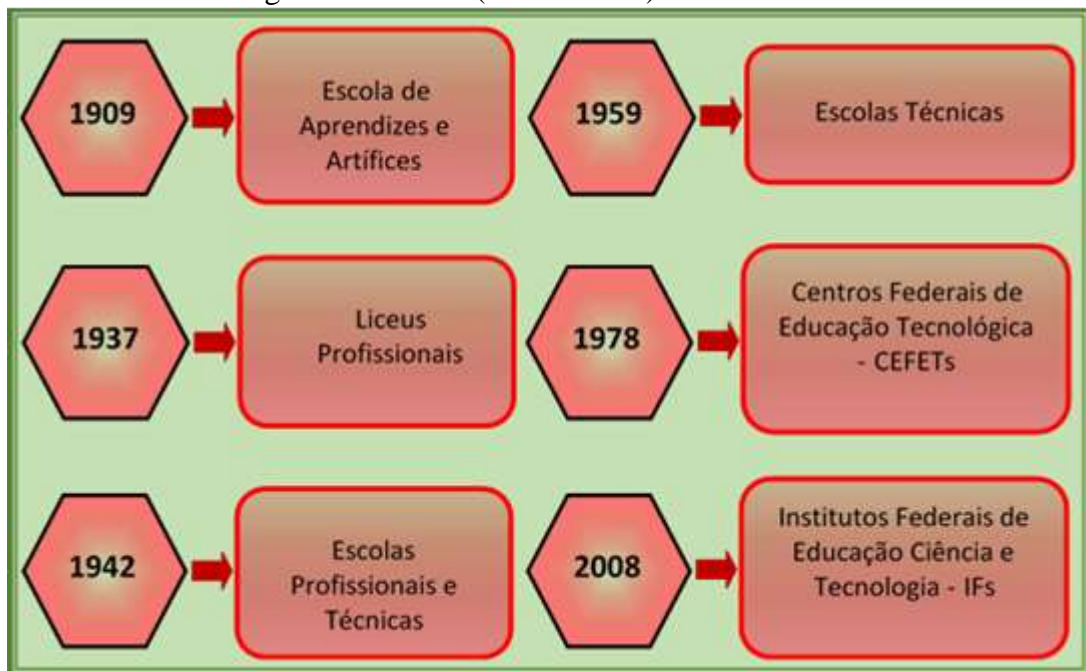
Durante o período da chamada Primeira República, que se estende da Proclamação da República até os anos de 1930, o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros deram lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativas de governos estaduais, do Governo

Federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical [...] Os destinatários não eram apenas os pobres e os ‘desvalidos’, mas sim aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados. (MANFREDI, 2016, p. 58).

Atualmente, no Brasil, a EPT consolidou-se como uma Rede Federal de Educação Profissional, a RFEPC, e seu desenvolvimento pode ser visto de forma resumida na figura 2. Sobre a constituição dessa Rede, Vidor *et al.* (2011) fazem uma retrospectiva:

As instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, em grande parte, das dezenove Escolas de Aprendizes Artífices [...]. Essas escolas, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passam, em 1930, para a supervisão do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos depois, são transformadas nos liceus industriais. Um ano após o ensino profissional ser considerado de nível médio, em 1942, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias. Ao longo desse período vai se constituindo uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais –, com base no modelo escola-fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas-fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura, tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários. (VIDOR *et al.*, 2011, p. 47).

Figura 2 - Evolução da Rede Federal de Educação de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPC (1909 – 2008)



Fonte: Elaboração da autora com informações do portal do Conif (2019), disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif>. Acesso em: 20 abr. 2019.

A respeito dos Institutos Federais, Pacheco (2011, p. 14) declara que “constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional”. A Rede Federal congrega 41 instituições – 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e o Colégio Pedro II – que, juntas, contabilizam mais de 600 unidades em todo o Brasil, conforme portal do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2019).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (PACHECO, 2011, p. 12).

Para o CONIF (2019), as instituições da RFEPT têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade, abrangendo os diversos níveis da EPT, desde a básica à pós-graduação. (Figura 3):

Figura 3 - Modalidades de Ensino Ofertadas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO	Stricto sensu	Ensino superior concluído	2 a 4 anos
	Lato sensu	Ensino superior concluído	1 ano
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos
	Tecnologia (Tecnólogo)	Ensino médio concluído	2 a 3 anos
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos
LICENCIATURA	Formação de Professores	Ensino médio concluído	4 anos
TÉCNICO	Integrado O aluno cursa a educação profissional e o ensino médio simultaneamente	Ensino fundamental concluído	3 a 4 anos
	Subsequente Destinado ao aluno que concluiu o ensino médio	Ensino médio concluído	1 a 2 anos
	Proeja Educação básica integrada ao ensino médio	Técnica Ensino fundamental concluído	3 anos
	Formação Inicial e Continuada	1ª a 4ª séries do ensino fundamental concluídas	Até 2 anos

Tem como objetivo a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores

Fonte: <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif>. Acesso em: 25 maio 2019.

Retomando o desenvolvimento histórico da educação profissional no Brasil, os processos de industrialização e urbanização, ambos desencadeados na década de 1930, geraram a necessidade de profissionais especializados, para a indústria e para os setores de comércio e serviços, bem como a criação de políticas públicas, voltadas para a área da educação com o intuito de atender o novo modelo socioeconômico que se instalava no país¹⁰. Assim, foram criados cursos profissionalizantes, para atender às necessidades do mercado de trabalho, e o ensino secundário, propedêutico, reservado para os que, por sua condição social, podiam alcançar a universidade, evidenciando a dualidade do ensino.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, dando início a uma “reestruturação da educação Brasileira” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 52) e em 1931, instituiu-se a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliando a estrutura do Ensino Profissional. Caires e Oliveira (2016, p. 52) afirmam que, no que diz respeito à formação profissional, a Reforma Francisco Campos, do Primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública, perdeu a oportunidade de criar uma estrutura favorável à oferta do ensino industrial, tendo em vista uma conjuntura socioeconômica favorável a esse ramo da educação. De acordo com Romanelli (2010), tal reforma instituiu, por meio do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, apenas um sistema paralelo, composto de Cursos Médios (propedêutico, auxiliar de comércio e técnicos) e do Curso Superior de Finanças.

Em 1937, com a Constituição Federal (BRASIL, 1937), a profissionalização pela primeira vez foi tratada com ênfase e a Carta Magna, em seu art. 129, assim se expressou a esse respeito:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-se dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937).

¹⁰ De acordo com Moura (2010), esta demanda foi decorrente do processo de industrialização que vinha sendo desencadeado a partir de 1930 e exigia um contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Esse fortalecimento da indústria nacional é potencializado pela Segunda Grande Guerra Mundial, pois no período pré-bélico e durante o conflito, as grandes economias envolvidas – países centrais da Europa, Estados Unidos e Japão - concentraram todo seu esforço produtivo na indústria bélica, abrindo espaço para que as economias emergentes avançassem em seus processos de industrialização. Esse movimento ficou conhecido como o modelo de substituição de importações, concebido para atender aos interesses e às necessidades das elites locais, pois se destinava a produzir os bens de consumo por elas demandados e cuja produção havia sido reduzida nas economias hegemônicas em função dos interesses bélicos. Esse foi o marco do fortalecimento da indústria brasileira, ou seja, a dependência tecnológica, uma vez que o fim era produzir internamente o que já se produzia em outros países. Essa opção e todas as suas consequências são determinantes da forma como se estruturou o sistema produtivo nacional.

No entanto, pode-se notar que o caráter assistencialista reaparece em tal norma, conforme Romanelli (2010) observa, o Estado estava oficializando o ensino profissional como destinado aos pobres, cometendo, dessa forma, um ato lesivo aos princípios democráticos e,

[...] instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola. E, fazendo isso, estava orientando a escolha da demanda social de educação. Com efeito, assim orientada para um tipo de educação capaz de assegurar acréscimo de prestígio social, a demanda voltaria naturalmente as costas às escolas que o Estado mesmo proclamava como sendo as escolas dos pobres. (ROMANELLI, 2010, p. 156).

Ainda em 1937, conforme Caires e Oliveira (2016), tendo em vista sua importância na formação de profissionais requeridos pela indústria, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, oferecendo todos os ramos e graus de ensino.

A partir da Segunda Guerra Mundial¹¹, que gerou condições para o crescimento industrial no Brasil e, conseqüentemente, o aumento da produção e exportação de produtos aqui fabricados, constatou-se a necessidade de qualificar profissionais para atender à demanda desse crescimento, sendo necessário a implementação de novas políticas públicas para atender às necessidades de aumentar a capacidade de atendimento e a qualidade do ensino industrial daquele momento (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Assim, na década 40, foram criadas várias leis que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema. Entre essas leis, em 1942, com o Decreto-Lei nº 4.048/1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A visão dualista da educação foi reforçada com essas leis, e a sua função reprodutora da estrutura social ratificada, uma vez que de acordo com Moura (2013),

Elas segmentam a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões e separam os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para universidade e os que deveriam ir para os cursos de formação profissional. (MOURA, 2013, p. 294).

¹¹ A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) criou condições propícias para a priorização da política de “substituição de importações”, estabelecida pelo Governo Vargas, que ampliou o processo de industrialização no país. Nesse período, dado o caráter protecionista das políticas governamentais, a produção industrial interna beneficiou-se, também, das exportações de mercadorias tradicionais para os países que participavam da Guerra. Tendo em vista o privilegiamento dessa política, pôde-se constatar um considerável crescimento industrial no Brasil, traduzido, notadamente, na instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e, no ano seguinte, na criação da Fábrica Nacional de Motores, ambas financiadas e assistidas pelo Governo norte-americano (CUNHA, 2000 *apud* CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Ainda em 1942, conforme a Reforma Capanema, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a integrar com as novas Escolas Técnicas, criadas no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Pelotas, a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, destinada, especialmente, à oferta dos cursos técnicos definidos pela Reforma (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Após a Reforma de Capanema, a educação brasileira ficou dividida entre educação básica e educação superior. A educação básica, por sua vez, ficou dividida em curso primário, com cinco anos de duração, e o secundário, subdividido em ginásial e colegial, com quatro e três anos, respectivamente. Os cursos profissionalizantes, mesmo possuindo o mesmo nível e duração do Ensino Médio não habilitavam para o ingresso na educação superior. De acordo com Caires e Oliveira (2016, p. 63),

As Leis Orgânicas promoveram duas importantes medidas: o deslocamento do Ensino Profissional para o grau médio e a criação dos Cursos Técnicos. Porém, apenas, o Curso Secundário (Ginásial e Colegial) conferia ampla e total liberdade de acesso aos diversos cursos, ofertados pelos Ensinos Médio e Superior.

A equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes veio em 1950 com a Lei Federal nº 1.076 (BRASIL, 1950). Essa lei, no art. 2º, permitiu que os concluintes de cursos profissionais pudessem continuar estudos acadêmicos em níveis superiores, desde que prestassem exames nas disciplinas não estudadas e provassem “possuir o nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos”. (BRASIL, 1950).

A equiparação do ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, deu-se com a Lei Federal nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), que foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1961).

No que se refere à oferta de cursos profissionalizantes, em 16 de fevereiro de 1959 foi promulgada a Lei nº 3.552 (BRASIL, 1959), tendo em vista a necessidade de atender ao mercado, que necessitava de formação técnica de nível médio na área industrial. O Brasil passava por uma conjuntura econômica marcada pela expansão acelerada, notadamente no setor automobilístico. Essa necessidade gerada pelo crescimento econômico e apoiada pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK), conhecida como cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo, implicou na transformação das antigas EITs em ETFs, e mudou sua condição para autarquias.

A partir de 1959, iniciou-se o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. Nesse momento, as “Escolas industriais e técnicas” ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam gradativamente a formação de técnicos: mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (OLIVEIRA, W., 2014 p. 27).

Nesse sentido, “o período de 1930 a 1964 deixou como saldo 39 novas Escolas Técnicas no país. Foi uma expansão acanhada para a industrialização então pretendida, mas significativa, considerando que de 1909 a 1930 foram criadas apenas oito.” (MOTA; SOUZA, 2016, p. 21).

No início dos anos 1960, o Brasil encontra-se em um cenário político e econômico desfavorável, que enfrentava uma crise de grandes proporções. Já não era possível garantir a reprodução da dominação pela política da burguesia, bem como teve decréscimo no índice de investimentos e na entrada de capital externo; também caiu a taxa de lucros e a inflação agravou-se. A sociedade tornou-se mais ativa e começou a participar de mobilizações em favor de reformas de base e intensificaram-se os conflitos entre capital e trabalho. Além das práticas políticas que pregavam um “anticomunismo” na América Latina, principalmente em função da revolução cubana, que aliada a outros fatores, culminou na intervenção militar (GERMANO, 1993, p. 49-51).

Assim, ainda de acordo com Germano (1993), o Estado Militar é visto como uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob o apoio dos monopólios e que expressam os interesses dos conglomerados internacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que tem o apoio dos setores tecnocráticos.

Nesse cenário, Farias (2015) salienta que a formação profissional ganha destaque, e com a expansão do capitalismo e a globalização, as leis e reformas do ensino se inovaram. Houve aumento de escolas técnicas em todo mundo nas décadas de 60 e 70, sendo que nos países em desenvolvimento o ensino técnico tinha como base a aptidão, e o objetivo era formar profissionais com habilidade em produção de mercado a fim de gerar rendas para a economia. Nesse período,

O ensino técnico passou por uma explosão de oferta e diversificação de cursos, destinados ao crescimento da indústria nacional e à expansão da infraestrutura de serviços públicos. A equivalência entre os cursos técnicos e os demais cursos secundários, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei n. 4.024), alavancou decisivamente o ensino técnico. (MOTA; SOUZA, 2016, p. 21).

Antes do Golpe Militar de 1964, no que diz respeito à legislação educacional, estava em vigor a LDBEN 4.024/61 (BRASIL, 1961), que tratava o ensino médio e o técnico da seguinte maneira: educação de grau médio (destinada à formação dos adolescentes e ministrada em dois ciclos: o ginásial e o colegial, abrangendo, entre outros cursos, os secundários, técnicos e de formação de professores). O ensino técnico abrangia os cursos: industrial, agrícola e comercial, devendo ser ministrado, também, em dois ciclos, sendo o ginásial, em quatro anos, e o colegial em no mínimo três anos.

Esta Lei nº 4.024/61, reúne na mesma estrutura os dois sistemas, passando a existir dois ramos de ensino médio diferenciados, mas equivalentes: um propedêutico, representado pelo científico e outro profissionalizante, com os cursos normal (magistério), industrial, comercial e agrícola. A lógica do sistema, no entanto, permanece a mesma, legitimando o caráter seletivo e classista da escola, uma vez que a distribuição dos alunos pelos ramos continua a ser feita em conformidade com a sua origem de classe. (KUENZER, 1992, p. 14).

No âmbito da educação profissional no Brasil, desde a colonização, o trabalho manual foi relegado e associado às classes dominadas, sendo o trabalho intelectual voltado à classe dominante, originando, possivelmente, com essa divisão, a dualidade estrutural do ensino no Brasil. No entanto, pode-se perceber que, na Lei nº 4.024/1961, houve uma tentativa de minimizar a distância entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, quando se permite ao aluno egresso do ensino profissionalizante ingressar no ensino superior.

De acordo com o art. 69 da referida lei, nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados cursos de graduação, com matrículas abertas a candidatos que tenham concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação (BRASIL, 1961).

Contudo, conforme Moura (2010), a dualidade estrutural permanecia, uma vez que, formalmente, os currículos se encarregavam de mantê-la. A vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior, que era destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior e, nos cursos profissionalizantes, os conteúdos das áreas de ciências, letras e artes eram minimizados em virtude das necessidades imediatas do mundo do trabalho.

Kuenzer (1992) afirma que, o que caracteriza a relação entre educação e trabalho até esse período, no Brasil, é a desarticulação entre esses dois mundos, ou seja,

[...] é a inexistência de articulação entre o mundo da "educação", que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do

sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinadas em cursos específicos, de formação profissional. Esta desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo. (KUENZER, 1992, p. 15).

A partir de 1964, de acordo com Kuenzer (1992), surge um novo discurso, fundamentado na Teoria do Capital Humano. No entanto, a proposta educacional é inadequada ao momento histórico que o país atravessa, principalmente, no que está relacionado às necessidades do mercado de trabalho, tendo em vista o acelerado desenvolvimento econômico, e que os cursos “excessivamente acadêmicos”, não capacitam para o mercado de trabalho, uma vez que está ocorrendo a superação de um país agroexportador para um país urbano industrial. Dessa forma,

[...] fazia-se necessária uma reestruturação que dotasse o ensino, em todos os níveis, de maior racionalidade, constituindo-se em fator de desenvolvimento individual e social, através da constituição de um sistema educacional que diminuísse a demanda pelo ensino superior e substituísse o caráter acadêmico pela formação profissional já no 2º grau. (KUENZER, 1992, p. 15).

Para tanto, surge a Lei nº 5.692/1971, a segunda LDB, que instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, que ficou conhecida como reforma do 1º e 2º grau. “O objetivo dessa Lei era formar técnicos em caráter de urgência. Naquele momento, as Escolas Técnicas Federais aumentaram o número de matrículas e implantaram novos cursos.” (OLIVEIRA, W., 2014, p. 27).

No início da década de 70, o contexto é de uma sociedade pós-golpe militar, na qual vigora o Ato Institucional número cinco (AI-5), sendo que está no auge do milagre econômico.

Estamos na fase áurea da repressão, num contexto em que começa a despontar uma oposição armada ao Regime. Apesar do Estado se transformar em "Estado do terror", é o momento em que obtém o maior grau de consenso e de legitimação social [...] O clima reinante no país se caracterizava, ao mesmo tempo, por uma combinação de medo da repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico. (GERMANO, 1993, p. 159-160).

Com o país ainda sob o regime militar e em meio ao processo de industrialização, tal lei vem com o intuito de dar continuidade à manutenção da proposta do governo militar, no entanto, com maior ênfase na formação de mão de obra.

Dentro dessa perspectiva, os novos donos do poder implementaram um projeto de desenvolvimento para o país que propunha mudanças na educação. Nesse âmbito, a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, foi recebida com entusiasmo, por educadores e pela oposição no Congresso Nacional, e num prazo de trinta dias, a matéria tramitou e foi aprovada por unanimidade, sendo promulgada em 11 de agosto de 1971.

Durante a tramitação, não houve atuação de grupos de interesses, fossem eles privatistas, da igreja ou qualquer outro, uma vez que a nova lei preservou a disciplina de ensino religioso, como sendo de matrícula facultativa e, no seu art. 45, houve previsão de amparo técnico e financeiro do poder público às instituições de iniciativa particular. Quanto aos grupos revolucionários, nessa época, passaram a encarar a educação como algo secundário, ficando a luta pela educação relegada a segundo plano, pois “não se tratava mais de lutar por ‘reformas de bases’, entre as quais a *reforma educacional*, conforme o ideário pré-1964, mas de empreender, de fato, uma transformação estrutural profunda na sociedade brasileira”. (GERMANO, 1993, p. 161). O autor também ressalta que,

Na verdade, no pós-1964 – sobretudo no período 1969-1971 –, as questões educacionais e culturais quase não aparecem nos manifestos, programas e documentos públicos das várias organizações de esquerda que pretendiam revolucionar a sociedade brasileira. (GERMANO, 1993, p. 162).

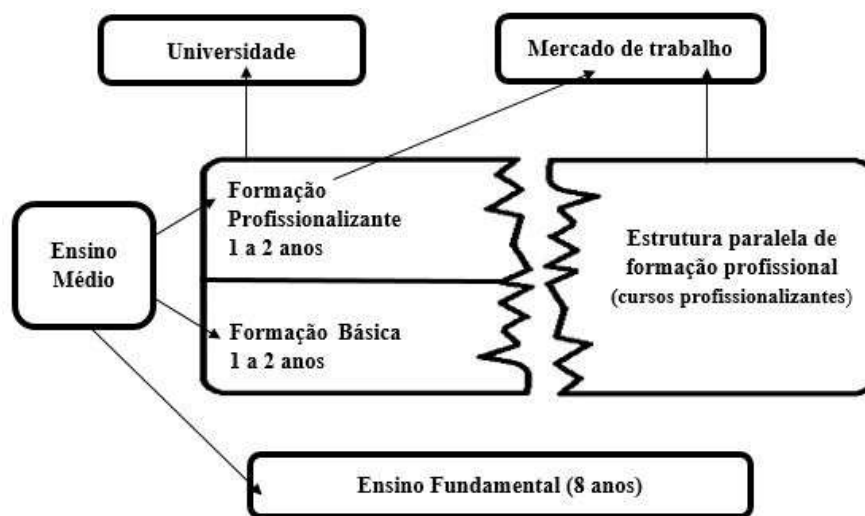
Ao contrário da lei anterior, a Lei nº 5.692/1971 pretendeu romper a dualidade entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, estabelecendo a equivalência entre as duas modalidades de ensino para fins de prosseguimento de estudo. De acordo com a nova lei, um aluno que quisesse apenas concluir o segundo grau ou ingressar no ensino superior, - independentemente de sua origem de classe social -, estava obrigado a cursar um segundo grau profissionalizante. Assim, todas as escolas, públicas e particulares, deveriam ofertar a profissionalização aos estudantes secundaristas.

Uma conjugação de fatores produziu essa obrigatoriedade. Um governo autoritário com elevados índices de aceitação popular e, evidentemente, interessado em manter-se dessa forma. Para isso, era necessário dar respostas à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, o que acarretava uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. (MOURA, 2010, p. 67).

Na opinião de Manfredi (2016), tendo em vista a conjuntura político-econômica, é importante salientar que a profissionalização universal e compulsória aconteceu em um

momento em que o país tinha como objetivo participar da economia internacional e, neste sentido, delegou, entre outras coisas, ao sistema educacional, a responsabilidade de preparar os recursos humanos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho. O sistema educacional instituído pela Lei nº 5.692/1971, que vigorou até a aprovação da nova LDB, em 1996, tinha a configuração conforme pode ser verificado na figura 4.

Figura 4 - Ensino Médio – Lei nº 5.692/1971 – Instituiu a profissionalização e compulsoriedade para o ensino secundário



Fonte: (MANFREDI, 2016, p. 81).

Contudo, o objetivo dessa lei, que consistia em uma escola única para todos, não obteve sucesso, aumentando a persistente dualidade estrutural existente na educação brasileira. A compulsoriedade ficou restrita, principalmente, às escolas públicas estaduais e federais, uma vez que as escolas particulares continuaram com seus currículos voltados para o ensino propedêutico, atendendo às elites.

Nas escolas estaduais, a implementação ocorreu de forma problemática e empobrecida, assumindo um caráter instrumental e de baixa qualidade. Não havia recursos financeiros, tampouco estrutura física e professores qualificados. Dessa forma, limitava-se a oferecer cursos como Técnico em Administração, em Contabilidade e em Secretariado, que exigiam pouca infraestrutura específica e especializada. Tais cursos acabaram por gerar um contingente enorme de pessoas habilitadas sem perspectivas de emprego, ou seja, alunos sem qualificação técnica para se inserir no mercado de trabalho e sem o ensino propedêutico de qualidade que lhes dessem condições de ingressar no ensino superior.

As condições desiguais de acesso à escola, aliadas à falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias à viabilização da nova proposta, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática e ao desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico, acabaram por impedir a efetivação da proposta. (KUENZER, 1992, p. 16).

Já o ensino ministrado nas instituições federais, ETFs e nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), atuais Institutos Federais, é analisado de forma distinta por Moura (2010), visto que para ele, nessas escolas, houve a consolidação de cursos nas vertentes industrial e agropecuária, criados e financiados com base nas demandas industriais. Segundo o autor, dois fatores viabilizaram essa consolidação, sendo eles: “financiamento adequado e corpo docente especializado”. (MOURA, 2010, p. 68).

A maioria das ETFs não mantiveram seus currículos nos limites restritos de instrumentalidade para o mundo do trabalho, estabelecidos pela Lei nº 5.692/1971. Razão pela qual era significativa a quantidade de egressos dessas instituições que continuaram seus estudos em nível superior, após a conclusão do respectivo curso técnico.

Na verdade, apenas, as escolas técnicas e agrícolas da Rede Federal conseguiram ministrar o ensino profissionalizante com qualidade, certamente, em função da experiência que já possuíam, do fato de contarem com um corpo docente qualificado e, sobretudo, da existência de condições adequadas de infraestrutura, destacadamente, no que tange às oficinas e aos laboratórios. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 81-82).

Nessa conjuntura, os filhos da classe dominada, que em sua maioria estudavam em escolas públicas estaduais, não tinham acesso a um ensino propedêutico de qualidade, uma vez que o foco estava voltado para o mercado do trabalho. Também não tinham acesso à educação profissional de qualidade, pois as dificuldades nas escolas estaduais iam desde a falta de estrutura até a falta de corpo docente. Assim, as escolas particulares continuaram com seus currículos privilegiando conhecimentos das áreas das ciências, das letras e das artes, sendo esses indispensáveis a quem desejasse ascender ao ensino superior e acabaram por receber uma grande parcela desses alunos. A respeito dessa questão, Moura (2010) diz que:

[...] observa-se um acentuado movimento dos filhos da classe média das escolas públicas para as privadas na busca de garantir uma formação que lhes permitisse continuar os estudos no nível superior. Esse movimento, alimenta o processo de desvalorização da escola pública estadual e municipal, pois era e continua sendo a classe média que tem algum poder de pressão junto às esferas de governo. [...] O fato que é todo esse contexto contribuiu para gerar um ciclo negativo, o qual ainda não foi rompido, de deterioração da escola básica pública brasileira e que reforça a dualidade entre educação básica e educação profissional. (MOURA, 2010, p. 69).

Até que, em 1982, a Lei Federal nº 7.044 (BRASIL, 1982), revoga o artigo 23 da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), extinguindo, assim, a obrigatoriedade da profissionalização e trazendo, no seu artigo 1º, o termo “preparação para o trabalho” em substituição ao termo “qualificação para o trabalho”. Com isso, muito rapidamente, as escolas de segundo grau, estaduais e particulares, reverteram suas matrizes curriculares e passaram a oferecer, apenas, o ensino propedêutico, uma vez que os currículos não eram mais obrigados a reservar maior parte da carga horária para a formação profissional.

Na tentativa de estabelecer eventuais conexões entre a implementação do Decreto nº 2.208/1997 que desarticulou a EPT, a presente discussão resgata que em 1978, três ETFs: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em CEFETs, equiparando-se, assim, aos centros universitários. Para Cunha (2000), tal medida foi,

Vista por uns como valorização das escolas técnicas, que ganharam o status de instituições de Ensino Superior, a “cefetização” representou, na verdade, um desvalor dessas instituições pela manutenção de sua situação apartada da universidade (sem adjetivos), quer dizer, mais uma forma pela qual se processa a reprodução ampliada da dualidade da educação brasileira. (CUNHA, 2000, p. 211, grifos do autor).

De acordo com Moura (2010), na década de 80, quando o país tentava reconstruir o estado de direito, após o período ditatorial, principalmente na área da educação, a discussão por uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade voltava em oposição ao favorecimento das escolas privadas financiadas pelo Estado. É nesse contexto, de busca pela retomada do estado de direito, que surgiram as discussões no campo educacional e que culminaram em 1996, na vigente LDB 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em 1996, o projeto original da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), do Deputado Octávio Elísio, que tinha como objetivo uma escola básica e unitária, que fosse universal e gratuita para todos, não saiu vitorioso nos embates políticos, sendo aprovado no dia 20 de dezembro de 1996, o texto do projeto apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (MANFREDI, 2016). Moura (2010), considera que, no texto aprovado, a educação profissional é vista como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, e afirma que:

O texto é minimalista e ambíguo em geral e, em particular, no que se refere a essa relação – ensino médio e educação profissional. Assim, o ensino médio está no Capítulo II, que é destinado à educação básica, constituindo-se em sua última etapa. Enquanto isso, a educação profissional está em capítulo distinto (Capítulo III), constituído por três pequenos artigos. Como a educação brasileira é estruturada na

nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior –, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. (MOURA, 2010, p. 71).

A nova LDB foi regulamentada por dois decretos. Primeiro, pelo Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997a), que eliminou a equivalência entre o ensino médio e o ensino profissionalizante, ao extinguir os cursos técnicos de nível médio. Tal decreto, junto com o PROEP e as ações que dele decorreram, concretizaram a Reforma da Educação Profissional, traduzindo o compromisso do governo brasileiro com uma formação profissional totalmente desarticulada da formação geral. Amorim (2016) salienta que:

Uma leitura atenta de todo o decreto revela a separação posta entre escola e mundo do trabalho como condições de formação profissional, permitindo projetos de forma aligeirada cuja finalidade é o treinamento qualitativo do trabalhador para atender às demandas do mercado de trabalho. (AMORIM, 2016, p. 17).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), consideram o Decreto nº 2.208/1997 como a maior regressão ocorrida após a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), no ensino médio e técnico, tendo em vista que, mais uma vez, reforçou a dualidade educacional, proibindo que ensino médio propiciasse também o ensino profissional, quando, no art. 5º, definiu que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997a). Com esse dispositivo, o decreto retirou da escola a possibilidade de desenvolver essas duas vertentes de forma integrada. Moura (2010), reforça que:

A partir desse instrumento legal, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a concomitante ao ensino médio. Nesse caso, o estudante pode fazer, ao mesmo tempo, o ensino médio e o curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a subsequente, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, a educação básica. (MOURA, 2010, p. 72).

Junto com o Decreto nº 2.208/1997, foi criado o PROEP, programa de governo que foi a materialização do empréstimo negociado pelo Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de financiar a reforma como parte integrante do projeto de privatização do Estado brasileiro, em atendimento à política neoliberal. Esse

programa impunha regras rígidas e só destinava recursos às escolas que apresentassem projetos que implementassem a reforma.

Cabe destacar, de acordo com Moura (2010), que os critérios de elegibilidade dos projetos institucionais eram coerentes com a reforma. Dessa maneira, o projeto que apresentasse proposta relacionada com o ensino médio era descartado, confirmando, assim, o que preconizava a reforma, ou seja, que os projetos fossem compatíveis com a separação do ensino médio da educação profissional.

Um dos mecanismos de controle, adotado pelo governo, diz respeito aos critérios relativos à utilização dos recursos do PROEP pelas instituições de Educação Profissional. A condição básica, para que a instituição recebesse esses recursos, estava condicionada à implementação de um determinado modelo de política educacional, onde as principais diretrizes são a separação entre o ensino regular e a educação profissional e a orientação, estritamente, econômica desta última, em conformidade com um modelo de oferta, gestão e financiamento privado, regulado pelos mecanismos de mercado. (OLIVEIRA, J., 2014, p. 113-114).

A ideia inicial do Ministério da Educação (MEC) era de que as instituições de educação profissional não mantivessem o ensino médio. Contudo, mediante intensa mobilização da rede federal, optou-se por reduzir o número de vagas disponibilizadas a partir de 1998, para um número 50% menor que as ofertadas em 1997, com publicação da Portaria nº 646/1997 (BRASIL, 1997b), que regulamentava a implantação do Decreto nº 2.208/1997 (MOURA, 2010).

Art. 3º - As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº 9.394/96. (BRASIL, 1997b).

A Reforma da Educação Profissional desorganizou a Rede Federal de Educação Tecnológica (ETFs, CEFETs, EAFs e ETs vinculadas às Universidades Federais), trazendo, para o seu interior, a dualidade estrutural, ao oferecer, separadamente, ensino médio e cursos técnicos. Desse modo, o foco de atuação dessas instituições foi desviado para a oferta de cursos de curta duração, desvinculados conceitual e operacionalmente da educação regular, incentivando a expansão da rede particular com recursos do fundo público e submetendo a educação profissional à lógica do mercado (OLIVEIRA, J., 2014).

Para Kuenzer (2000), essa reforma foi um retrocesso que revigorou a dualidade estrutural, existente nos anos 40, que estabelecia uma trajetória para os intelectuais e outra

para os trabalhadores, entendendo-se que essas funções eram atribuídas com base na origem de classe.

Contudo, com o Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), houve a tentativa de restabelecer o que se pretendia com o projeto original da LDB, que, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 37) era resgatar “a consolidação base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação para o exercício de profissões técnicas”.

A promulgação de tal decreto trouxe uma nova perspectiva, a possibilidade de superar a dualidade estrutural entre formação profissional, para os pobres e desvalidos da sorte, *versus* formação acadêmica para os filhos da elite, pela integração entre a educação profissional técnica, de nível médio, e o ensino médio, garantindo assim o direito à educação básica e também à formação profissional em uma escola em que cultura, ciência e trabalho estejam organicamente integrados. Tais direitos ficam assegurados, entre outros, no artigo 2º do Decreto nº 5.154/2004, que garante que a educação profissional observará as seguintes premissas: a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Dessa forma, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 43) afirmam que:

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sob uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

Ainda no que se refere à educação profissional, em 1994, a Lei nº 8.948 (BRASIL, 1994), estabeleceu que ETFs fossem transformadas em CEFETs e, em 1998, estendeu, conforme preceitua o art. 3º, § 4º da lei supracitada (BRASIL, 1994), essa possibilidade às EAFs, após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do MEC. A partir de então, com a adoção da institucionalidade CEFETs, essas instituições, além da educação profissional de nível técnico, podiam oferecer, também, a educação tecnológica de nível superior.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve um caminho um tanto controverso no que se refere a políticas públicas para a EPT. Por se tratar de um governo do povo, esperava-se por grandes mudanças, principalmente relacionadas ao trabalho e educação. No entanto, de acordo com Manfredi (2016), somente a partir da metade do segundo mandato, algumas políticas públicas relevantes, voltadas para integração da educação profissional e do ensino médio, foram efetivadas.

Para Amaral (2017), influenciado pelas orientações oriundas dos organismos internacionais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Banco Mundial, etc.), o Estado brasileiro implementou políticas públicas educacionais com vistas a atingir os objetivos que foram acordados nas conferências e fóruns mundiais. Ressalta-se, ao analisar as principais reformas na educação básica, que é possível visualizar alguns reflexos do empenho em investir nesta etapa da formação humana.

Entretanto, o que se torna um grande desafio para se implementar as orientações em todos os países signatários, é a capacidade de cada um em aplicar as determinações. No caso específico do Brasil, o Estado se vê na condição de implementar políticas públicas provenientes de orientações internacionais de forma superficial, ou seja, restringindo o seu papel na formulação de políticas educacionais e tendo que adaptar-se e atender aos interesses que são compartilhados, globalmente, para os países em desenvolvimento e que, muitas vezes, carecem de recursos próprios para sua operacionalização. Conforme esse autor, durante os governos Lula da Silva (2003-2010), por meio das redes federais e estaduais, ocorreu um aumento do número de oferta do ensino profissional, em matrículas e unidades, caracterizando, assim, a revitalização da rede pública, que superou a oferta dessa modalidade de ensino na rede privada.

A expansão da rede de ensino vem sendo realizada no sentido de integrar a educação profissional e o ensino médio, tentando superar a histórica dualidade estrutural existente na educação brasileira, tanto no ensino técnico integrado ao ensino médio, quanto na educação de jovens e adultos. Assim em 2008, ocorre a Expansão da Rede Federal Tecnológica com a promulgação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia.

1.3 Formação Integral *versus* Dualidade Estrutural na Educação Brasileira

A educação brasileira, na atualidade, perpassa por uma evidente crise. Segundo Gadelha (2017), as estatísticas apontam, nas últimas décadas, que a maioria dos alunos concluirá o ensino fundamental sem saber ler, escrever ou mesmo contar. “Ao invés de bem alfabetizados, muitos apenas serão reprovados aos 14, 17 anos de idade, quando terão de prestar exame na 8ª série do fundamental II, sem chance para recuperar suas deficiências de ensino e formação”. (GADELHA, 2017, p. 172).

No que se refere ao ensino médio, tendo como indicadores dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), para o ano de 2015, Gadelha (2017, p. 170), coloca que “51% dos estudantes estão abaixo do nível dois em leitura; 70% abaixo do nível dois em matemática e 56,6% abaixo do nível dois em ciências”.

Nesse cenário, a classe trabalhadora é a que mais sofre, pois, no Brasil, a educação, historicamente dual, ainda não favorece com políticas públicas. Esse segmento, até os dias atuais, é penalizado com a separação entre ensino propedêutico e educação profissional. Contudo, vários são os autores que apontam para uma educação unitária e universal na busca de romper a dualidade na educação, de forma a possibilitar uma formação ampla e integral do homem. Para Gramsci (1995),

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 1995, p. 118).

É nessa perspectiva, que se insere a proposta educacional de Gramsci, que pensou a escola unitária, voltada para a emancipação da classe trabalhadora. Essa emancipação é fundamental na luta pelos interesses dessa classe, podendo, a partir daí, possibilitar a unidade entre o trabalho manual e intelectual, formando cidadãos que estejam capacitados a governar e agir de forma a conceber um novo modelo de sociedade. Nesse mesmo sentido, Ramos (2007) diz que uma educação unitária pressupõe acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para que todos possam trabalhar e produzir a existência e a riqueza social.

A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura, etc. Não uma educação só

para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. (RAMOS, 2007, p. 02).

Para se alcançar essa formação integral e unitária, Ciavatta (2012) sugere a superação da histórica divisão social do trabalho, em que uns pensam e planejam e outros executam. Assim, a superação entre trabalho manual e trabalho intelectual significaria focar o trabalho como princípio educativo, oferecendo uma educação omnilateral, sem fragmentar o conhecimento que foi historicamente construído pela humanidade, isto é, o conhecimento resultante do trabalho do homem como ser histórico-social, transformando a natureza e a si próprio para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e evolução.

Assim, a história da humanidade é a história da produção da existência humana, e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isso, o trabalho é mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento. (RAMOS, 2012, p. 115).

O ensino médio no Brasil tem sua história marcada pela tensão entre educação propedêutica e profissionalizante, sempre permeada por interesses políticos e econômicos que definem, em cada época, a relação entre trabalho e educação. Concorde-se com Gramsci (2001), quando afirma que na escola unitária, nessa fase assume grande importância.

Por isso, na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola, não devendo mais ser um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora. (GRAMSCI, 2001, p. 39).

Nessa perspectiva, a integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural, social e histórica, para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, com vistas a uma formação integral do ser humano é condição necessária para a travessia, em direção ao ensino médio politécnico, e à superação da dualidade estrutural na educação pela superação da dualidade de classes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012).

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. É neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? A história nos permite maior clareza sobre a questão, porque vai revelar a ordenação da sociedade em classes que se distinguem pela apropriação da terra, da riqueza que advém da produção social e da distribuição dos saberes. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 31).

Nesse sentido, na busca da articulação entre a teoria e a prática, para formação de um profissional que não seja fragmentado, pois hoje o mesmo já não atende o contexto no qual está inserido, em que é preciso estar preparado para a vida, e ser capaz e compreender e modificar a realidade a sua volta e, reconhecendo que a escola contribui para a reprodução das classes sociais, os Institutos Federais vêm recebendo alunos das mais diversas origens e classes, com intuito de oferecer essa formação integrada entre todas as dimensões da vida: cultura, ciência e trabalho. De acordo com Pacheco (2011),

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (PACHECO, 2011, p. 27).

Considerando a enorme gama de diferenças e características próprias dos alunos, tais como diversidades sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas, mas, principalmente, as diferenças relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, que podem ter como consequência uma base de ensino frágil, com defasagem e dificuldade na construção do conhecimento, pois muitos dos alunos são oriundos de escolas públicas, de baixa qualidade, como também de assentamentos rurais e quilombos, faz-se imprescindível o reconhecimento destas diferenças para que possam ser trabalhadas, com intuito de minimizá-las.

Dessa forma, é necessário questionar se esse objetivo tão almejado pelos Institutos Federais, de oferecer essa formação integral, tem sido alcançado; como ocorre essa integração e se realmente há perspectiva de superação da dualidade estrutural da educação brasileira. Para Kuenzer (2002):

Ao assumir que os compromissos do Ensino Médio referem-se a todos os adolescentes, independentemente de sua origem de classe, é preciso destacar o papel da escola pública na construção de uma proposta pedagógica que propicie situações de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, pauperizados cultural e socialmente. (KUENZER, 2002. p. 42-43).

Ainda de acordo com essa autora, a escola pública de ensino médio será efetivamente democrática somente quando, sem pretender ser compensatória, propiciar as mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de participar, identificando, compreendendo e buscando suprir suas necessidades no que se refere à produção científica, tecnológica e cultural. Essa é a nova compreensão que permitirá superar a profissionalização restrita à apropriação de modos de fazer para uma parte da população condenada à pobreza cultural, considerada como irremediável em face da pobreza econômica, para a qual em princípio, qualquer esforço pedagógico será inútil (KUENZER, 2002).

Assim, é importante que seja viabilizado não apenas o acesso ao ensino, mas que sejam construídas políticas públicas que visem a permanência e o êxito escolar. Nesse sentido, com base no Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica¹², o Acórdão 506/2013, do Tribunal de Contas da União (TCU), recomendava à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) que instituisse, junto com os Institutos Federais, um plano direcionado à superação das elevadas taxas de evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemplasse entre outros itens: o levantamento de dados de variáveis que permitisse identificar alunos com maior propensão de evasão; a garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi, bem como o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores. (BRASIL, 2012b).

Assim, foi instituído, por meio da Portaria Setec nº 39, de 22 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013), um Grupo de Trabalho, composto por representantes da própria Secretaria e da Rede Federal, com o propósito de sistematizar um Documento Orientador com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento da evasão e da retenção. Em 2014 foi publicado o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, trazendo subsídios e orientações para que cada instituição elabore e desenvolva o seu próprio plano estratégico para permanência do discente na escola (BRASIL, 2014a).

Nesse sentido, o IF Goiano está desenvolvendo o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE), que é um projeto das Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão que visa definir ações pedagógicas e administrativas para o monitoramento e diminuição das taxas de evasão e

¹² A auditoria realizada teve o objetivo de avaliar a atuação dos Institutos Federais com relação aos seguintes temas afetos a sua atuação finalística: a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b) interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais. (BRASIL, 2012b).

retenção na instituição. A elaboração do plano tem como base de dados quantitativos e qualitativos as taxas e causas de evasão e retenção. Os dados quantitativos, referentes a 2007, foram retirados da Plataforma Nilo Peçanha, e os qualitativos coletados por meio de questionários respondidos por docentes e técnicos administrativos efetivos, da área pedagógica e, por todos os estudantes em curso e evadidos dos níveis, formas e modalidades de ensino da educação básica profissional e superior, independentemente de seu ano e período do curso.

As ações desenvolvidas pelas Pró-Reitorias e pelos campi do IF Goiano, em 2019, têm como parâmetros os resultados obtidos nesse levantamento de dados, sendo que a atividade de monitoria aparece como resposta ao questionamento: “Você apresenta alguma iniciativa em relação a uma possível evasão?”, feito aos técnicos administrativos da área pedagógica, ao qual responderam: “trabalho com monitoria” e “melhoria da monitoria”.

De acordo com o PDI 2019 a 2023, o IF Goiano planeja incorporar diversas inovações aos seus processos educativos, nos próximos anos, entre elas a permanência e êxito, incluindo a monitoria dentro das atividades para sua concretização:

Permanência e êxito: um desafio constante na educação no que se refere a currículos, integralização, racionalização de cargas horárias, horários noturnos diferenciados, monitoria no ensino técnico, aprovação e reprovação por análise conjunta do corpo docente, validação de componentes curriculares e planos especiais de estudos. O IF Goiano deverá incrementar seus índices no que se refere às questões acadêmicas, com inovações curriculares e normativas. (BRASIL, 2018, p. 143, grifo do autor).

No entanto, o que significa permanência, êxito e evasão escolar? É importante caracterizar esses fatores inerentes às instituições da rede de ensino profissionalizante, apresentando suas definições, bem como sua problematização, envolvendo as causas e consequências.

1.4 Permanência, Êxito e Evasão Escolar no Processo de Ensino-Aprendizagem na Rede de Ensino Profissional

Quando se refere ao termo permanência e êxito, pode-se inferir pelo próprio significado destas palavras, que se refere a algo que obteve sucesso, por ser persistente. Sendo assim, no ambiente escolar, este termo também se utiliza para designar que o caminho do ensino e aprendizagem foi percorrido com persistência e alcançou seu objetivo. Em suma,

"[...] quando nos referimos ao êxito escolar estaremos nos reportando à conclusão do curso pelo estudante". (ASSIS, 2017, p. 29). Dessa forma, percebe-se que para alcançar o objetivo principal, isto é, o êxito escolar, estes dois fatores, a permanência e o êxito, devem estar em consonância entre si.

Tomando a permanência e o êxito como fatores individuais, estes podem ser definidos de forma que proporcionem um melhor entendimento a respeito da importância que possuem, para que o processo de aprendizagem aconteça. Para Assis (2017, p. 29) "[...] por permanência entendemos ser o período em que a matrícula permanece ativa, ou seja, a permanência é o caminho percorrido pelo estudante, do seu ingresso na escola, até a sua conclusão". Já o fator êxito, pode ser definido como os pequenos progressos que são necessários e imprescindíveis para o sucesso do aluno, assim, "[...] obtêm êxito aqueles que satisfazem as normas de excelência escolar e progredem nos cursos [...]". (PERRENOUD, 2003, p. 10 *apud* ASSIS, 2017, p. 29).

Evidentemente, no contexto educacional, existe o oposto ao êxito escolar, que se configura como evasão. Sem o devido conhecimento, pode-se pensar que a evasão é sinônimo de abandono escolar. Porém, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) “abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”. (BRASIL, 2012a). Nesta mesma linha de pensamento, SOUZA (2014, p. 54) entende a evasão como “[...] uma forma de exclusão escolar e que pressupõe compreendê-la como fracasso produzido e legitimado dentro da estrutura escolar”. Em outras palavras,

[...] o fracasso escolar e a conseqüente evasão, denotam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que se vivencia no cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia a inteligência do indivíduo. (FERREIRA, 2013 *apud* BASTOS; GOMES, 2014, p. 04).

Sendo assim, é de grande importância entender que no processo educacional, pode-se obter dois resultados: o sucesso ou o fracasso; e que a definição entre estes dois fins, passa pela abordagem social e pedagógica que a instituição tem para com os alunos. Por isso, é importante abordar quais são as causas que motivam o sucesso, isto é, a permanência e o êxito, e semelhantemente, os motivos influenciadores da evasão, que passam, entre outros motivos, pelas práticas, ou falta delas, na instituição de ensino.

1.4.1 Causas e Consequências da Evasão Escolar

Tendo em vista a complexidade que envolve os conceitos “retenção e repetência, saída da escola ou do sistema de ensino, não conclusão de algum nível de ensino ou, até, abandono e posterior retorno à escola” (DORE; SALES, 2017, p. 115-116), a evasão é vista como um processo gradual, que começa logo no início da vida estudantil do aluno, sendo concretizado no ato de desligamento definitivo do curso. Para muitos estudantes, o processo começa nas séries iniciais da educação fundamental, resultando, gradativamente, em seu desengajamento da escola, por razões sociais ou acadêmicas, e culminando no abandono do ensino médio (FINN, 1989; RUMBERGER; LIM, 2008 *apud* DORE; SALES, 2017, p. 116).

Esse processo gradativo de evasão do aluno, tem sido objeto de muitas pesquisas e estudos, no intuito de reconhecer quais são as causas principais que levam até o ponto crítico do desligamento do aluno. O conhecimento dos fatores causadores é primordial para se ter a base necessária para desenvolver práticas que tratem este problema desde o início e que proporcionem melhores soluções para aumentar a permanência e o êxito dos estudantes. Acerca deste assunto, Figueiredo (2014) faz referência a Rumberger (2011) citando que as pesquisas sobre a evasão escolar, têm identificado

[...] dois tipos de fatores: os individuais, relacionados aos próprios alunos, suas atitudes, comportamentos, desempenho escolar e experiências anteriores; e os contextuais, que se associam às famílias dos estudantes, às escolas e às comunidades em que vivem. (RUMBERGER, 2011 *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 37).

Ainda sobre este assunto, Figueiredo (2014) argumenta "o fato de ser esse um fenômeno quase sempre vinculado à trajetória de estudantes economicamente desfavorecidos e pertencentes a grupos étnicos ainda discriminados". Considerando esse argumento, percebe-se que a origem social dos estudantes é um fator de peso no aspecto do sucesso escolar. Acerca disso, Dore e Sales (2017) reportam-se a Bernard (2016) que,

[...] relaciona a origem social dos estudantes ao risco de evasão ou de interrupção nos percursos escolares, destacando entre os indicadores de desigualdades: categoria sócio profissional dos pais, regiões residenciais e nível educacional dos pais. O autor enfatiza este último como o principal fator associado à evasão escolar nas camadas mais populares. Por exemplo, entre os filhos das classes trabalhadoras, a chance de abandonar a escola é quadruplicada em relação àqueles oriundos de quadros sociais intermediários (BERNARD, 2016 *apud* DORE; SALES, 2017, p. 119).

No entanto, deve-se levar em conta a perspectiva da instituição, que assim como os fatores inerentes ao aluno, também pode se tornar um grande contribuidor para a evasão dos alunos da unidade escolar. Dentro desse âmbito, Oliveira Júnior (2015) cita que muitas vezes a própria instituição acaba considerando a evasão de alunos como um fenômeno natural e não dá a devida importância ao problema e suas consequências.

Os fatores internos e externos têm sido utilizados para se justificar a naturalização da evasão escolar na instituição, embora sejam elementos importantes, só confirmam a ausência de uma política efetiva de combate a esse fenômeno, o que se agrava à medida que o tempo passa e os campus vão se consolidando e mantendo-se os mesmos índices ou agravando-os, constituindo a necessidade imediata de um planejamento integrado e participativo que permita um diálogo da comunidade acadêmica sobre esse problema. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 113).

O fato é que mesmo que o problema seja ignorado pelas instituições e, muitas vezes, até pelas famílias dos estudantes, a questão da evasão persistirá a tomar progressão e alcançar índices mais altos na educação brasileira, deixando consequências negativas em todos os atores envolvidos nesta problemática. Fornari (2010, p. 112), afirma que "a evasão escolar aparece no cenário educacional como um problema significativo, pois, suas consequências levam os indivíduos ao que se chama de 'exclusão', ou seja, é também de um problema social". Acerca destas consequências para o aluno, pode-se enfatizar também que "[...] a evasão escolar entendida como interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer que seja o nível de educação". (VALENTE, 2013 *apud* MEIRA, 2015, p. 52).

Deve-se lembrar que há do mesmo modo consequências para a rede de ensino, causadas pelo fenômeno da evasão. Silva Filho *et al.* (2007) fala a esse respeito, relatando que a evasão estudantil é:

[...] um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p. 642).

De acordo com o que foi exposto, percebe-se quanto é desvantajosa a evasão estudantil tanto para a sociedade quanto para as instituições públicas e privadas. A partir da compreensão desse fato, é de grande valor, o pensamento de reverter essa situação adotando práticas que auxiliem os alunos no processo de adaptação e aceitação pela rede de ensino

profissionalizante. Várias instituições que, visando assegurar a permanência e o êxito de seus estudantes já colocam em prática, metodologias e didáticas que integram e motivam os alunos a permanecer em seus estudos. É sobre este assunto que se desenrolará a seção a seguir.

1.4.2 Práticas Pedagógicas Motivadoras para a Permanência e Êxito nas Instituições de Ensino

A função essencial da escola básica, principalmente para os filhos da classe trabalhadora, é a de dar a base de conhecimentos, valores e estímulos às crianças para que aprendam a estudar, pensar, comunicar e viver em conjunto, uma vez que as democracias dependem da cidadania ativa e consciência clara das nossas responsabilidades sociais e a escola é a melhor instituição que pode cumprir essa tarefa, talvez a única (NÓVOA, 1999, p. 2 *apud* FRIGOTTO, 2012, p. 73).

Para que o aluno alcance sucesso em sua jornada estudantil, é necessário que a instituição promova um ambiente estável, inclusivo, acolhedor, interativo e motivador para seus estudantes. Nessa perspectiva, é importante que o aluno saiba o que ele representa para a instituição e quais são seus objetivos. Sobre isso, Perrenoud (2003) afirma que,

[...] para obter êxito na escola, um aluno precisa compreender o que se espera dele. Como consegui-lo se as exigências são mutáveis e as mensagens dos adultos contraditórias?; a diversidade das concepções de sucesso impede todo debate racional sobre a eficácia da ação educativa, pois os objetivos efetivamente perseguidos por uns e por outros não são os mesmos; para desenvolver um ensino estratégico e uma pedagogia diferenciada, para lutar eficazmente contra o fracasso escolar, é preciso ter objetivos claros e estáveis, de modo que os professores possam consagrar sua energia e inteligência a ajudar todos os alunos a alcançá-los. (PERRENOUD, 2003, p. 16).

Nesse sentido, já existem resoluções que buscam assegurar um processo de ensino-aprendizagem a fim de facilitar a permanência do aluno na rede de ensino profissionalizante. Assis (2017) cita uma resolução que vem defender justamente a permanência e êxito estudantil.

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação - CNE, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Art. 39, defende a formulação e o desenvolvimento de uma política pública que venha a desencadear uma avaliação desse seguimento no sentido de promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com destaque ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção socioprofissional do estudante no mercado de trabalho. (ASSIS, 2017, p.31).

De acordo com a autora, para atuar de forma que os desiguais tenham igualdade de condições e permaneçam na educação formal, é necessário “oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996), sendo esse o primeiro princípio a ser considerado em relação ao ensino, conforme prevê o Art. 206 da CF (1988) e no Art. 3º da Lei nº 9.394/1996 (ASSIS, 2017).

Levando-se isso em consideração, tem-se que as políticas da instituição são um fator de grande importância que influenciam no êxito de seus alunos. Assim o IF Goiano em seu PDI 2019 a 2023, tem como desafio nos seus programas de acesso, permanência e êxito, pensar uma instituição capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças, de forma que seja construída uma cultura de valorização da diversidade (BRASIL, 2018). Desse modo,

Com o intuito de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, oriundas da chamada discriminação histórica, tem-se adotado mecanismos voltados a ações afirmativas que proporcionem o acesso, a permanência e o êxito de certos segmentos da sociedade. A instituição tem buscado formas alternativas de acesso ao ensino, no sentido de compensar a discriminação passada e presente e prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva. As políticas educacionais são planejadas e fundamentadas nas questões características da realidade escolar brasileira: os direitos humanos; o respeito às diversidades de gênero e sexuais; a realidade das pessoas com necessidades educacionais específicas; a educação ambiental; a educação de jovens e adultos, a educação do campo; a educação indígena; a educação quilombola; a educação das relações étnico-raciais; e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. (BRASIL, 2018, p. 75).

Nesse âmbito, a qualidade de ensino que a instituição oferece é um elemento primordial. A qualidade do ensino, no entanto, é uma junção de vários elementos, que segundo Assis (2017) podem ser elencados como:

[...] construção de um currículo que atenda às necessidades dos estudantes; da construção de ações que visem ao acompanhamento e o atendimento dos que possuem dificuldade de aprendizagem e ou de permanência; do apoio dos gestores escolares em relação à organização da escola, de seus espaços e de ações que possibilitem o fortalecimento e a formação permanente da equipe; e por meio do apoio governamental através de programas e políticas públicas comprometidas com a inclusão de todos. (ASSIS, 2017, p. 33).

E, é justamente neste ponto que se pode observar a ligação que existe entre as práticas auxiliaadoras do desempenho promovidas pela instituição, tal como a monitoria, com a permanência e o êxito escolar. Isso se deve ao fato de que, com o apoio adequado, o aluno sente-se motivado e acolhido pela instituição e passa a ter relações sociais nas quais pode

obter auxílio oportuno em suas dificuldades acadêmicas, e mais ainda, pode ganhar experiência e conhecimento, evitando assim, a desmotivação por baixo desempenho e pelo sentimento de exclusão. Corroborando com a ideia de que as práticas pedagógicas que atuam diretamente como relações sociais, são fonte de motivação para a permanência do aluno, Dore e Lüscher (2011) afirmam que:

Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola. (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 776).

Deste fato pode-se entender que a monitoria, enquanto prática pedagógica, têm duplo benefício para o êxito escolar: o auxílio em atividades acadêmicas, que melhoram o desempenho do aluno, diminuindo a defasagem de aprendizagem dos conteúdos; e a criação de vínculo com a comunidade escolar, que motiva o senso de pertença do aluno, quando faz com que este se sinta legitimamente, um membro da instituição.

Pesquisas relacionadas ao assunto já estão apontando que a monitoria facilita a permanência do aluno no seu curso, conforme cita Oliveira Júnior (2015) referindo-se ao resultado de uma pesquisa que fez no Instituto Federal de Goiás - IFG, mais especificamente, no campus Inhumas.

A dinamização do percurso acadêmico dos estudantes [...] deu maior mobilidade ao estudante. [...] Também o aproveitamento de diversas atividades tais como monitoria, projetos de pesquisas, Pibic, Pibid etc., como estágio obrigatório exigido na maioria dos cursos técnicos e superiores facilitou a conclusão desses cursos. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 111).

Neste resultado, percebe-se que a monitoria, enquanto atividade pedagógica voltada para os estudantes, tem surtido bons efeitos quanto à permanência e êxito dos mesmos nos cursos. E, como é de fundamental importância que as instituições ofereçam meios pedagógicos de apoio aos estudantes, com o intuito de recuperar os conteúdos em defasagem, para que os mesmos possam acompanhar o desenvolvimento acadêmico alcançado pelos demais colegas de curso, bem como ajudar os estudantes com perfil desinteressado, tentando, dessa forma, aumentar o índice de permanência e êxito escolar dos mesmos, cabe então, incentivar mais esta prática, de forma que esta possa contribuir cada vez mais para a diminuição do fracasso educacional nas instituições.

Nesse sentido, uma das possibilidades viáveis como apoio pedagógico extraclasse é a monitoria, que pode ser definida no contexto escolar como um processo no qual os próprios alunos que estão em séries mais avançadas e/ou possuem mais conhecimento em determinadas disciplinas, com maior facilidade de aprendizagem e capacidade de auxílio na construção do conhecimento, ajudam outros alunos no processo de ensino-aprendizagem, durante as aulas ou em horários livres.

1.5 Contextualização Histórica da Monitoria como Prática Pedagógica

A contextualização histórica acerca do processo de monitoria se justifica porque o método monitorial/mútuo foi importante para a disseminação da instrução elementar às massas trabalhadoras que exigia a racionalização do processo pedagógico, pela rapidez de ensinar, pelo baixo custo, pela disciplina e ordem, pelos poucos professores e vários alunos-mestres. Dessa forma, marcou uma etapa importante da história da instrução pública e das escolas de primeiras letras, como parte do processo de incorporação das modernidades dos países centrais, em fase de industrialização e a conseqüente formação de cidadãos adaptados a essa realidade. (BASTOS, 1999).

No entanto, apesar do método monitorial/mútuo ter sido sistematizado apenas no final do século XVIII, a utilização de alunos-monitores é uma prática referenciada desde a antiguidade. Riboulet (1951) afirma que entre os Indus, na educação elementar, os maiores e mais adiantados, às vezes, dirigiam os trabalhos dos menores. Na educação judaica havia um começo de ensino mútuo, no qual o mestre às vezes fazia uso de monitores. Em Esparta, os jovens recebiam suas lições em grupos, sob a direção de monitores, que eram escolhidos entre os mais inteligentes e os mais distintos e, na Idade Média, o método adotado era o individual, no entanto, em certas escolas, eram utilizados os monitores. Salienta-se, também, o emprego de regentes, que eram alunos mais velhos que instruíam os mais novos, nas escolas de Pestalozzi.

Durante a Idade Média, encontra-se, no *Ratio Studiorum*, o plano de educação dos colégios da Ordem Jesuítica com a figura do monitor sob o nome de decurião¹³. Comenius (1592-1670), no século XVII, na *Didática Magna*, afirmava que em cada escola deveria haver um só professor e que o mesmo poderia lidar com as grandes turmas de alunos da época, com

¹³ Aluno de melhor aproveitamento que, numa classe escolar, explica a matéria para os demais sob a orientação do professor; MONITOR. (<http://www.aulete.com.br/decurião>)

a ajuda de monitores, pois “um só professor pode bastar para centenas de alunos, sem que seja maior sua fadiga do que se devesse trabalhar apenas para um ou dois alunos”. (COMENIUS, 2001, p. 182). E, referindo-se aos monitores dizia ainda que:

[...] quando um professor encontra um aluno mais inteligente, deve confiar-lhe dois ou três dos mais lentos para que os instrua, e quando descobre um outro de boa índole deve confiar-lhe outros de temperamento mais fraco, para que os vigie e dirija. Assim será aproveitado uns e outros, sobretudo, se o professor estiver atento a que tudo se proceda às normas da razão. (COMENIUS, 2001, p. 101).

Dessa forma, segundo Bastos e Faria Filho (1999), o método de ensino monitorial/mútuo, que foi um marco na consolidação de vários sistemas educacionais, surgiu no final do século XVIII, na Inglaterra, sendo adotado depois na França e em outros países europeus e, na primeira metade do século XIX, chegou aos países da América Latina.

Até então, “não havia no ensino elementar mais que dois métodos, que se dividiam no ensino da diminuta porcentagem de crianças escolarizadas”. (LESAGE, 1999, p. 5). Era adotado o método individual¹⁴ e, no fim do século XVII, foi introduzido, principalmente nas escolas primárias, o método simultâneo¹⁵, que se propagou após 1850, sendo adotado até os dias atuais.

De acordo com Manacorda (1992), a sistematização didática e a propagação como um plano nacional de instrução popular do método educacional chamado ensino mútuo ou monitorial, no qual alguns adolescentes instruídos pelo mestre, atuavam como auxiliares ou monitores, ensinando outros adolescentes, supervisionando sua conduta e administrando o material didático, iniciou-se com Andrew Bell (1753-1832) e Joseph Lancaster (1778-1832).

O método monitorial/mútuo ficou conhecido como Bell-Lancaster. Bell era diretor de uma escola criada pela Companhia das Índias Orientais, em Madras, na Índia, para os filhos de seus soldados europeus e, Lancaster, da seita dos Quackers, em 1798, abriu em Londres uma escola para crianças pobres.

¹⁴ De acordo com Lesage (1999) o método individual era, de longe, o mais divulgado e propaga-se em particular nas zonas rurais que tinham o privilégio de dispor de uma escola. O professor chamava sucessivamente para perto de si cada aluno e lhe dava atenção por alguns minutos. O estudo se resumia geralmente a uma única matéria de ensino – a leitura: cada um devia ler o livro ou o almanaque que trouxe. Depois, o aluno retornava a seu lugar e se exercitava em repetir e em compreender aquilo que o professor acabou de mostrar-lhe.

¹⁵ Método de ensino, atribuído a Jean-Baptiste de la Salle, adquire, a partir do fim do século XVII, um certo sucesso. Muito bem explicado pelo seu iniciador no guia *Conduite des écoles chrétiennes*, comporta, em nível da estrutura, três classes sucessivas. A primeira é consagrada unicamente à leitura, estando dividida em subgrupos, em certos momentos da jornada escolar: esses subgrupos são constituídos segundo o grau de adiantamento dos alunos nessa disciplina. A segunda classe recebe os alunos que terminaram a aprendizagem da leitura (em francês e latim) e destina-se à aprendizagem da escrita, do modelo em voga às diversas formas de caligrafia. Na terceira classe, em que o número de alunos é bastante reduzido, são abordadas as disciplinas mais complexas e mais elaboradas: gramática, ortografia e cálculo. (LESAGE, 1999)

Andrew Bell, por não poder contar com mestres capacitados, quando dirigiu a escola em Madras, entre 1787 e 1794, aplicou princípios do método mútuo, utilizando os melhores alunos como monitores, para transmitir aos demais o conhecimento que haviam aprendido com o professor, instruindo, dessa forma, quase duzentos alunos. (BASTOS, 1999).

Fundamentado em sua experiência no asilo masculino em Madras, Bell publicou, em 1797, o livro *An Experiment in Educacion*, ou seja, Um Experimento de Instrução, “que sugere um sistema segundo o qual uma escola ou uma família pode instruir a si mesma sob a superintendência de um mestre ou um parente”. (MANACORDA, 1992, p. 257). E, em seguida a este livro, publica outras obras para ressaltar que “o sistema é destinado a diminuir as despesas da instrução, a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno”. (MANACORDA, 1992, p. 257).

Já Lancaster, na escola que criou, com mais de mil crianças pobres (oitocentos meninos e trezentas meninas), para instruir gratuitamente e sem muitos professores,

[...] decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior ao dos outros e sob direção imediata do professor. Lancaster percebeu que, por esse método, um só professor era suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos. (BASTOS, 1999, p. 63).

E, em 1803, publicou *Improvements in education* (MANACORDA, 1992), isto é, Melhoramentos na educação, no tocante às classes do povo, com uma breve descrição acerca da situação presente, sugerindo algumas formas para aperfeiçoá-la, com a apresentação de relatórios de experimentos práticos que levam a este objetivo e incentivando a abertura de várias escolas imitando o método Lancaster.

Ainda de acordo com Manacorda (1992), o ensino mútuo atingia, não individualmente, mas, simultaneamente, muitos alunos, instruindo até mil com apenas um mestre, número bem superior aos cinquenta alunos instruídos, em média, nas classes tradicionais por meio do ensino individual.

1.5.1 A Inserção da Monitoria como Prática Pedagógica no Brasil

No Brasil, segundo Bastos (1999), os primeiros sinais do método monitorial/mútuo são encontrados a partir de 1808, quando o país passou a ser sede da Coroa Portuguesa e D. João VI incumbiu o ministro Antônio de Araújo, Conde da Barca, de estudar um método, com

intuito de fornecer aos institutos, às academias e às escolas, a unidade necessária à formação de uma grande nação. O conde conhecia e tinha interesse pelo sistema Lancasteriano.

O encarregado de apresentar um plano de organização da instrução pública foi o General Francisco de Borja Garção Stockler, que o fez em 1816, com o “Projecto sobre o estabelecimento da instrução pública”, não sendo o mesmo aceito à época.

Contudo, em 1826, conforme Paiva (1987), o Projeto Stockler foi retomado por Januário da Cunha Barbosa, Pereira de Mello e Ferreira França, membros da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados e transformado em lei no que se refere ao ensino elementar, pelo Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827, que foi a primeira legislação sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, que propõe a criação de escolas primárias com a adoção do método Lancasteriano:

As escolas serão de Ensino Mútuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas em que for possível estabelecerem-se. Para as escolas de ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que houverem com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública. Os professores que não tiverem a necessária instrução deste Ensino, irão instruir-se a curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e História do Brasil. [...] ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; [...] Os castigos serão aplicados pelo método de Lancaster. (MOACYR, 1936, p. 189-191).

Tal decreto determinou de forma oficial o método de ensino a ser adotado em todas as Escolas de Primeiras Letras do país. Possivelmente, a questão econômica tenha sido o ponto que mais influenciou a adoção do método no Brasil. Segundo Villela (1999),

Nas fontes pesquisadas, em nenhum momento aparecem elogios quanto à parte propriamente pedagógica do método, isto é, ao seu potencial de instruir bem. Pelo contrário, não é o seu aspecto qualitativo, mas, sim, o quantitativo que é sempre enaltecido, ou seja, a possibilidade de instruir muitas pessoas ao mesmo tempo e a um baixo custo. (VILLELA, 1999, p. 55-56).

Como o Brasil se tratava de um país escravocrata e agroexportador, não tinha interesse em garantir a formação e a remuneração dos professores necessários ao funcionamento da escola pública. Assim, por “falta de professores habilitados, de materiais didáticos apropriados, de edifícios adequados, de recursos financeiros” (CASTANHA, 2012, p. 13), os

resultados do método Lancastriano não foram os esperados no Brasil, sendo substituído pelo método individual.

No século XX, no entanto, as legislações atuaram sobre esse tema somente no ensino superior, sendo a monitoria, nesse nível de ensino, regulamentada pela Lei nº 5.540/1968, Lei da Reforma Universitária e pelos decretos que a regulamentaram, Decreto nº 85.862/1981 e Decreto nº 66.315/1970.

Posteriormente, a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), revogou o artigo 41 da Lei nº 5.540/1968. De acordo com a LDB, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”. (BRASIL, 1996).

Atualmente, no Brasil, o ensino médio é regulamento pela LDB e a mesma não se refere à monitoria para esse nível de ensino. Dessa forma, para esse trabalho, será utilizada a legislação interna do IF Goiano e do IF Goiano - Campus Ceres.

1.5.2 A Monitoria no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

A utilização de monitores nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF Goiano – Campus Ceres contribui para o reaparecimento do método monitorial/mútuo, proposto por Bell e Lancaster, nas instituições de ensino médio, tendo em vista o papel de mediador que o monitor desempenha no processo de ensino-aprendizagem, quando auxilia alunos e professores, sendo essa a concepção original do método, na qual os alunos mais adiantados nos programas escolares auxiliavam na instrução e na orientação dos demais.

O IF Goiano – Campus Ceres iniciou seu Programa de Monitoria em 2011, tendo, como bases legais, principalmente, o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do IF Goiano e o edital de seleção. Inicialmente, atendia apenas os cursos de graduação¹⁶. No entanto, em 2012, a instituição passou a oferecer monitoria de ensino também para os cursos técnicos integrados ao ensino médio¹⁷.

Conforme o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do IF Goiano,

¹⁶ Atualmente o IF Goiano – Campus Ceres oferece os cursos de Bacharelado em: Agronomia, Sistemas de Informação e Zootecnia, e Licenciaturas em Ciências Biológicas e Química.

¹⁷ Os cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo IF Goiano – Campus Ceres no período da pesquisa (2017-2019) são: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente.

A monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do ensino dos cursos técnicos e de graduação, por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos. Tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas. (BRASIL, 2014c, p. 2).

Na concepção da equipe pedagógica da instituição, a monitoria é um dos instrumentos de ensino-aprendizagem mais importantes para os alunos. Ela é realizada pelos próprios estudantes com orientação docente, no entanto, “o foco é que é de estudante para estudante. É um tipo de auxílio onde um aluno ajuda o outro aluno.” (PEDAGÓGICO 01). É considerada “um programa fundamental, que auxilia bastante no processo de recuperação dos alunos e realiza um trabalho que é peculiar, impossível do próprio professor da turma realizar” (PEDAGÓGICO 04), sendo prioridade ocorrer dentro da escola, pois os alunos que nela ingressam, vêm de diversas regiões e com diferentes condições de aprendizagem.

Nós temos alunos da área urbana que vêm com uma visão de conhecimento. Nós temos alunos que vêm da área rural, de setores de escolas multisseriadas [...] onde tem professor, que nem formados são na área. Nós temos alunos que vêm com uma bagagem muito pobre e devido a isso, nós temos uma condição muito ruim deles se adaptarem às condições de um estudo, que é muito exigido aqui na instituição. Então a monitoria é fundamental, porque ela vai tentar fazer com que o aluno se adapte, mas ainda é muito pouco em função dos conteúdos que eles não viram. [...] para poder contornar as situações precárias do ensino que vêm desde o ensino fundamental. (PEDAGÓGICO 03).

Trata-se de um programa de reforço escolar, onde os próprios estudantes se auto ajudam. Um estudante que tem mais facilidade com certa disciplina ajuda os outros colegas numa interlocução entre o professor da disciplina e os estudantes com mais dificuldade (Pedagógico 02).

O Programa de Monitoria, em sua legislação interna específica, regulamenta as condições para que os alunos possam exercer a monitoria. São elas: os candidatos a monitores devem ser alunos matriculados em cursos técnicos ou de graduação no IF Goiano – Campus Ceres. Nesse ponto, existe, no Campus Ceres, a vantagem de que todos os cursos são verticalizados, desse modo, muitos alunos que estão na graduação passaram pelos cursos técnicos e estão ministrando monitoria para os terceiros anos. “É diferente, às vezes, de outras instituições ou IFs, que nas séries finais do curso não é possível ter monitoria porque o aluno sai da instituição.” (PEDAGÓGICO 01).

Outras condições para a função de monitor são: serem aprovados nas disciplinas que pleiteiam a vaga de monitoria de ensino; terem disponibilidade de tempo para atender as

atividades programadas; e, não estarem cumprindo pena disciplinar (BRASIL, 2014c). Assim, o programa está de acordo com a definição de monitor dada por Abreu e Masetto (1989), na qual definem monitor como sendo um aluno de uma turma mais avançada, que colabora no processo de ensino-aprendizagem com outros alunos e com o professor, uma vez que para ser monitor de uma disciplina é preciso tê-la cursado com aprovação.

Os integrantes da equipe pedagógica compreendem monitor como um aluno que possui melhor rendimento acadêmico, o que é uma premissa das diretrizes básicas da monitoria e, principalmente, na disciplina que ele atua (Pedagógico 01).

Para o entrevistado Pedagógico 03, monitor é aquele aluno que tem um conhecimento maior em relação a uma determinada disciplina. E cita o monitor da disciplina de Matemática, como um exemplo de sua necessidade na instituição, pois, “muitos alunos que vêm dos cursos do ensino fundamental de outras escolas, principalmente as públicas do Estado, vêm com uma bagagem muito ruim”. Sendo necessário nesse momento, um aluno que tenha um conhecimento mais efetivo e que demonstre ter habilidades, ou seja, uma maior facilidade de comunicação e domínio desse conteúdo (Pedagógico 03). Desse modo,

[...] o monitor tem que ter essa visão e tem que ser dado a ele essa condição para que ele faça um trabalho melhor. Porque ele terá alunos de todos os jeitos, talvez ele tenha um aluno que estudou na cidade, mas é um aluno que veio fraco porque não teve um bom professor. Nós temos alunos mais fraco ainda, que veio do setor rural, [...] não tinha um professor efetivamente formado na área, mas tinha que ministrar aquele conteúdo. Ele aprendeu como pôde, não é dele a culpa, é todo um processo social. (PEDAGÓGICO 03).

Nessa perspectiva, estão entre as funções do monitor, principalmente, a de atender os estudantes nas disciplinas em que eles têm dificuldades com aprendizagem, auxiliando-os nas atividades teóricas, práticas ou de laboratórios, de acordo com sua competência técnica (Pedagógico 04).

No artigo 9º do Regulamento de Monitoria, entre as principais às atribuições do monitor, estão as seguintes funções:

I- colaborar com o docente no desempenho de tarefas didáticas [...]; II- auxiliar os estudantes na realização de trabalhos práticos ou experimentais, sempre que compatível com seu grau de conhecimento e experiência; III- cooperar no atendimento e orientação aos estudantes, visando sua adaptação e maior integração no IF Goiano; [...] V- desenvolver as atividades propostas no seu Plano de Monitoria, com assiduidade e respeito aos prazos nele previstos; [...]. (BRASIL, 2014c, p. 4).

A expectativa da instituição é que esses alunos não procurem o programa apenas para receber a bolsa-auxílio, mas que realmente tenham engajamento na atividade de monitoria. Observa-se um número cada vez maior na evasão dos cursos de licenciatura e os alunos podem, por meio do programa, entender a importância do papel docente, visualizando o lado do professor com a dificuldade em ajudar os alunos a construir os conhecimentos que ainda não adquiriram ou apresentam dificuldades em assimilarem.

Quanto às atribuições dos professores orientadores, que estão elencadas no artigo 10 do referido Regulamento, é papel do professor orientador construir, em parceria com o monitor, um planejamento semestral dos componentes curriculares a serem atendidos; orientar e capacitar o monitor no uso de metodologias de ensino-aprendizagem para o desempenho das atividades propostas; promover o aprofundamento de conhecimentos, reunir-se com o monitor e avaliá-lo constantemente; acompanhar o desempenho do estudante nos componentes curriculares de seu curso, identificando possíveis interferências das atividades da monitoria sobre o seu desempenho escolar, a fim de evitar comprometimento do processo de aprendizagem; controlar a frequência do monitor (BRASIL, 2014c).

O processo seletivo para monitores é regulamento por edital próprio e ocorre semestralmente, por meio de provas escritas ou orais e entrevistas, a critério do professor orientador, conforme editais anteriores consultados.

[...] é um programa anual para os cursos técnico integrados, e todo começo de ano é feito esse levantamento das disciplinas. Na verdade, o ciclo é anual, mas temos feito ele semestralmente para tentar garantir o melhor desempenho dos estudantes. No começo do ano as disciplinas são elencadas e define-se o quantitativo de bolsas. É disponibilizado o edital para os candidatos, depois ocorrem as entrevistas onde eles são selecionados. Tenho uma reunião com os monitores, para que eles saibam o que têm que fazer e o que o programa espera deles. Assim se inicia o processo e todo mês os estudantes recebem a bolsa. (PEDAGÓGICO 02).

O programa é dividido em duas categorias: remunerada e voluntária e, em ambas as modalidades, as vagas são ofertadas para monitores nas mais diversas disciplinas, principalmente, naquelas em que existem os maiores índices registrados de evasão e retenção em anos anteriores. Tanto a monitoria remunerada quanto a voluntária têm grande procura por parte dos alunos quando do processo seletivo para monitores. O número de bolsas remuneradas é definido no regulamento de monitoria, no capítulo VI – Do número de bolsas:

Art. 11. O número de bolsas a ser distribuído aos monitores será definido em edital específico, considerando-se o disposto no orçamento do IF Goiano para essa atividade.

Art. 12. A distribuição de vagas será feita com base nos dados do ano letivo anterior, tais como retenção de discentes e demandas de docentes, complementadas com as projeções do ano corrente.

Art. 13. Caso o número de bolsas seja inferior à demanda a ser atendida, esta poderá ser suprida por meio da Monitoria Voluntária. (BRASIL, 2014c, p. 5).

A distribuição das bolsas remuneradas entre as disciplinas elencadas para a oferta de monitoria, a cada semestre, é realizada em reunião feita com a Comissão de Implementação, Seleção e Acompanhamento de Monitoria e os coordenadores dos cursos.

A ordem de prioridade era para as disciplinas que possuem o maior índice de reprovação e disciplinas que precisavam de um acompanhamento nas aulas práticas. Mas basicamente é na disciplina que teve o maior índice de reprovação no ano anterior, isso de acordo com o regulamento. (PEDAGÓGICO 02).

No regulamento, também é fixada a carga horária máxima e mínima a ser cumprida pelos monitores, sendo a mesma também determinada em edital próprio.

Art. 4º O exercício da monitoria implicará o cumprimento de cargas horárias semanais definidas entre o mínimo de 8 (oito) e o máximo de 20 (vinte) horas, as quais não poderão ser coincidentes com o horário das aulas do estudante em seu curso regular.

Parágrafo único. As atividades de monitoria não podem prejudicar o horário das atividades acadêmicas do estudante. (BRASIL, 2014c, p. 3).

Quanto à carga horária, em 2018, os monitores cumpriam 15 horas semanais, sendo oito horas de trabalho efetivo com monitoria e sete horas dedicadas para estudo e preparação das aulas. “O monitor tem que se organizar e antecipar em relação à turma.” (PEDAGÓGICO 02).

O principal acompanhamento ao monitor deve ser realizado pelo professor orientador, sendo uma das competências especificadas no regulamento do programa. No que se refere ao acompanhamento pela parte pedagógica, de acordo com o entrevistado Pedagógico 02, o mesmo tem sido precário, porque não se consegue acompanhar de forma regular e diariamente, ou às vezes, até semanalmente a frequência dos monitores, dada a quantidade dos mesmos e o espaço distribuído no *campus* onde ocorrem as aulas. “A gente sabe que o monitor não veio porque o aluno que queria monitoria foi lá e não o encontrou. [...] Quando a gente sabe de alguma coisa, nós vamos atrás para consertar.” (PEDAGÓGICO 02).

No final do semestre, o estudante entrega um relatório contendo informações acerca do que ele achou do programa, junto com uma avaliação feita pelo professor orientador sobre seu trabalho. Há também as avaliações dos alunos que frequentaram as aulas de monitoria,

sendo esse conjunto, basicamente, o acompanhamento dos monitores no processo de monitoria.

No Regulamento de Monitoria (BRASIL, 2014c), também está definido que a monitoria é uma atividade relacionada ao ensino que tem os seguintes objetivos: estimular a participação e inserção de alunos dos cursos técnicos e de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica do IF Goiano sob a orientação do docente; oferecer atividades de reforço escolar ao aluno, com a finalidade de superar problemas de retenção escolar, evasão e falta de motivação; criar condições para a iniciação da prática da docência, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade; propor formas de acompanhamento de alunos em suas dificuldades de aprendizagem; contribuir com novas metodologias de ensino; contribuir, por meio da formação de monitores de ensino, com a formação de recursos humanos para o ensino; estimular a participação em projetos de pesquisa e extensão, no âmbito do componente curricular; possibilitar o compartilhamento de conhecimentos, por meio da interação entre estudantes; e, favorecer a cooperação entre docentes e estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido, a monitoria vem sendo utilizada no IF Goiano – Campus Ceres como uma ferramenta de auxílio, mediadora de conhecimentos entre os alunos, por meio da qual tenta-se diminuir a defasagem no ensino, apresentada por muitos alunos que ingressam na instituição, de modo que se obtenha maior permanência e o êxito escolar. Os entrevistados destacam que:

Para os monitores, a questão de currículo. Muitos deles têm a carga horária que eles têm de cumprir de atividades extracurriculares, e talvez sem um programa de monitoria eles não teriam outra oportunidade de ter essa carga horária preenchida. [...] E os não monitores que estão com rendimento acadêmico baixo, e não está tendo bom aprendizagem do conteúdo, é uma forma de ele buscar o conteúdo e recuperar a nota e não reprovar na disciplina e continuar no curso. (PEDAGÓGICO 01).

[...] a monitoria resolve um pouco essa parte dos estudantes que estão com dificuldades de aprendizagem. Não resolve todo problema, mas ameniza muito a questão da aprendizagem. Isso reflete diretamente na permanência e no êxito porque o estudante que eventualmente reprovaria em três disciplinas reprova em uma. Então isso garante a permanência dele aqui no *campus*. (PEDAGÓGICO 02).

Eu acho que a monitoria ajuda demais na permanência e no êxito. Primeiro porque você pega jovens precários de conhecimento e eles sabem que precisam. Então se eles não tiverem a motivação e quem os ajude, eles vão embora. Se eles reprovarem em cinco, seis disciplinas, eles vão embora. [...] o professor tem que valorizar o

monitor e o aluno que estão participando da monitoria, isso dá a eles a condição da permanência, pois se sentem valorizados, diminui a evasão. (PEDAGÓGICO 03).

Dessa forma, de acordo com Pedagógico 04, enquanto tivermos um ensino fragmentado em disciplinas isoladas e uma metodologia centrada no professor, o Programa de Monitoria tem papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois propicia maior diálogo e trocas entre quem ensina e quem aprende. Para Laffin *et al.* (2011), a monitoria tem se apresentado como uma atividade dinâmica na mediação da aprendizagem de conteúdos em função do diálogo que se estabelece entre monitor e monitorando, mediados pela linguagem e pela condição de ambos serem estudantes.

De acordo com Frison e Moraes (2010), a mediação realizada pelo monitor pode oferecer aos estudantes a possibilidade de autorregular suas aprendizagens. Assim, monitores e monitorados conseguem, com o apoio recebido, raciocinar mais rápido, abstrair com mais clareza e compreender as questões que são postas no cotidiano escolar.

1.6 A Monitoria como Apoio Pedagógico no Processo de Ensino-Aprendizagem

A literatura a respeito do papel da monitoria na educação profissional integrada ao ensino médio é limitada ou de difícil acesso, mesmo em acervos eletrônicos. Não obstante, a monitoria está presente em grande parte dos Institutos Federais do país, sendo trabalhada, paralelamente, ao andamento dos cursos em sala de aula. Trata-se, assim, de uma ferramenta ainda pouco explorada de forma reflexiva.

Desse modo, é de grande relevância a realização de estudos relacionados à monitoria para que discentes e docentes possam compreender a sua importância e benefícios. É importante também analisar aquilo que pode ser melhorado, com sua utilização, no processo de ensino-aprendizagem, para a formação do cidadão apto para o mundo do trabalho, tendo em vista que a educação profissional não pode ser vista como simples qualificação de mão de obra, mas deve superar esse conceito e formar cidadãos emancipados, críticos, reflexivos, atuantes e transformadores da realidade social na qual estão inseridos.

Segundo Frison e Moraes (2010), na prática da monitoria podem ocorrer inconvenientes se essa não for implementada de forma reflexiva e, apesar de ser considerada uma modalidade de ensino fácil, consiste numa prática que exige, por parte do monitor, acompanhamento e consciência de seu papel. Contudo, se bem planejada e orientada, Jesus *et*

al. (2012) afirmam que a monitoria traz benefícios para professores, alunos monitores e não monitores.

Um aluno-monitor comprometido e consciente da função a ser desempenhada tende mostrar evolução em diversos aspectos, como por exemplo: aprofundamento no conteúdo da disciplina, melhora na linguagem e na comunicação com os pares, desenvolvimento de senso de responsabilidade, comprometimento, consciência coletiva, proatividade, dentre outros. Os alunos que podem usufruir da monitoria aprendem de forma mais interativa e dinâmica, desenvolvem o controle de seu próprio processo de aprendizagem [...], além de encontrarem um ambiente motivador para a sua aprendizagem, já que o ensino ocorre entre pares, [...]. O professor à frente de um programa de monitoria se beneficia na medida em que exerce um papel de liderança no projeto, coordenando as atividades propostas e adquirindo experiência a partir desta oportunidade, [...]. (JESUS *et al.*, 2012, p. 64-65).

Nessa perspectiva, a monitoria é um espaço que estabelece relações sociais, construindo vínculos aluno-aluno e aluno-professor, que podem interferir diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Investigar como ocorre essa intervenção no processo de aprendizagem por meio do Programa de Monitoria é de suma importância, tendo em vista que pode influenciar no sucesso ou fracasso escolar do discente.

Nesse sentido, com o intuito de minimizar a defasagem no processo de ensino-aprendizagem e aumentar a permanência e o êxito escolar, as instituições de ensino devem estabelecer medidas didático-pedagógicas, no sentido de mediar a apropriação de conhecimentos, de modo que o aluno seja ativo, crítico e participante nesse processo. Assim, a monitoria, que coloca o aluno em uma posição participativa, colaborativa e atuante na sua aprendizagem, apresenta-se como uma possibilidade para tentar minimizar essa defasagem. Conforme entendem Haag *et al.* (2008), a monitoria funciona como um apoio pedagógico, que pode ser oferecido aos alunos interessados em aprofundar conteúdos e também auxiliar nas dificuldades em relação à matéria trabalhada em sala de aula.

Os conhecimentos específicos de uma determinada área geralmente são adquiridos apenas em salas de aulas. No entanto, a aprendizagem acontece em todos os momentos da vida. Na perspectiva de Vigotski (2007), a aprendizagem é o resultado da interação entre a criança com o meio social, sendo que o pensamento e a linguagem recebem influências do meio em que convivem. O funcionamento cognitivo da mente está relacionado à reflexão, planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se a mediação simbólica e social.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve se constituir nas relações de interação entre os seres humanos e contatos com o mundo que os rodeia e, ocorrer em vários

ambientes além da sala de aula, via professor, tendo em vista ser um processo social e progressivo, no que se refere à aquisição de autonomia na construção de conhecimentos. Com a intenção de compreender a monitoria como ambiente de aprendizagem buscou-se, na Teoria Sócio Histórica de Vigotski, os fundamentos que permitiram uma caracterização deste ambiente, haja vista as contribuições de Vigotski no tocante ao desenvolvimento e aprendizado.

1.6.1 A Teoria Sócio Histórica de Vigotski e a Relação com o Processo Ensino-Aprendizagem

Com raízes no materialismo histórico dialético preconizado por Karl Marx, essa teoria é fundamentada nas ideias de que o homem como ser histórico-social, se constrói por meio de suas relações com o mundo, sendo o trabalho uma atividade de transformação, com a qual, o mesmo promove mudanças e desenvolve o seu conhecimento sobre a realidade que o cerca. Considera-se, de acordo com Oliveira (2010), como sendo os pilares básicos do pensamento de Vigotski:

As funções psicológicas têm um suporte biológico, pois são produtos da atividade cerebral; o funcionamento psicológico fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, as quais se desenvolvem num processo histórico; a relação homem/mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Essa concepção Sócio Histórica de homem pode ser sintetizada para Bock, Furtado e Teixeira (2001), da seguinte forma:

[...] o homem é um ser ativo, social e histórico. É essa sua condição humana. O homem constrói sua existência a partir de uma ação sobre a realidade, que tem, por objetivo, satisfazer suas necessidades. Mas essa ação e essas necessidades têm uma característica fundamental: são sociais e produzidas historicamente em sociedade. As necessidades básicas do homem não são apenas biológicas; elas, ao surgirem, são imediatamente socializadas. (BOCK; FURTADO e TEIXEIRA, 2001, p. 89).

Dessa forma, sendo o homem um ser ativo, social e histórico, Paula e Mendonça (2009, p. 31) afirmam que “sua ação deixa na natureza marcas e produtos que serão apropriados pelos demais integrantes do núcleo social mediante as atividades praticadas”. Assim, tendo em vista que a monitoria é uma atividade que se dá na relação entre homens e na qual a apropriação do conhecimento é um dos principais resultados esperados, considera-se de

grande importância compreender alguns elementos dessa teoria que são fundamentais para a concepção de monitoria, como: mediação e zona de desenvolvimento proximal.

1.6.2 A Mediação na Apropriação dos Conhecimentos Historicamente Construídos

A mediação é um dos conceitos fundamentais de Vigotski (2007), que a denominou como o processo em que o educador é responsável por incentivar a aprendizagem dos alunos, por meio da interação. Portanto, é possível que se promova, por meio da mediação, a modificação sócio histórica e cultural de si próprio e do outro, com a apropriação dos conhecimentos criados e acumulados pela humanidade. De acordo com Thadei (2018), ensinar e aprender são processos interativos, nos quais aquele que ensina também aprende.

Para Vigotski (OLIVEIRA, 2010), a relação do homem com o mundo não é direta, sendo mediada em suas atividades por ferramentas auxiliares, as quais ele dividiu em dois tipos principais: instrumentos e signos. Os instrumentos são elementos externos ao indivíduo, com função de provocar mudanças nos objetos. Já os signos, são chamados por Vigotski de “instrumentos psicológicos” e auxiliam em processos psicológicos e não em ações concretas.

Os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo – instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significado cultural – são fornecidos pela relação entre os homens. Os sistemas simbólicos, e particularmente a linguagem exercem um papel fundamental na comunicação entre os indivíduos e no estabelecimento de significados compartilhados que permitem interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo real. (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

Rego (2009) afirma que a mediação se faz presente em toda atividade realizada pelo ser humano, sendo que a mesma acontece utilizando instrumentos e signos construídos ao longo da história e, que por meio destes, “os processos de funcionamento psicológico são fornecidos pela cultura”. (REGO, 2009, p. 43).

O efeito do uso de instrumentos sobre os homens, de acordo com Vigotski (2007), é fundamental, não apenas para ajudá-los a se relacionarem de forma mais eficaz com o seu ambiente, mas também pela mudança que causa nas relações internas e funcionais no interior do cérebro humano. Para esse autor, o processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que distingue os homens e outros animais, sendo que a mediação é um processo fundamental para tornar

possível atividades psicológicas voluntárias, intencionais controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2010).

Partindo deste pressuposto, Vigotski

[...] trabalha com a função mediadora dos instrumentos e dos signos nas atividades humanas, fazendo uma analogia entre o papel dos instrumentos de trabalho na transformação e no controle da natureza, e o papel dos signos enquanto instrumentos psicológicos, ferramentas auxiliares no controle da atividade psicológica. E é justamente em sua analogia com os instrumentos de trabalho que os signos aparecem como marcas externas, que fornecem um suporte concreto para a ação do homem no mundo. (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Ao longo da internalização do processo de conhecimento, os aspectos particulares da existência social humana refletem-se na sua cognição. Assim, os mesmos têm a capacidade de expressar e compartilhar, com seu grupo social, as experiências vividas. Percebe-se desse modo, que a cultura tem grande importância para Vigotski, uma vez que a criança está inserida em um contexto social de dependência em relação ao grupo e, ao mesmo tempo rico em experiências para o seu aprendizado e desenvolvimento. Nos grupos sociais em que vive, o homem, por meio do trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma-se a si mesmo. Para Oliveira (2010),

É no trabalho que pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e a história humanas. No trabalho desenvolvem-se, por um lado, a atividade coletiva e, portanto, as relações sociais, e, por outro lado, a criação e a utilização de instrumentos. (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

De acordo com Laffin *et al.* (2011), a monitoria, como uma atividade concebida para mediar processos de aprendizagem entre alunos, tem oportunizado repensar as práticas pedagógicas, visto que o seu exercício tem proporcionado momentos de formação pela colaboração de diálogos democráticos na relação entre professor e aluno.

De acordo Frison e Moraes (2010), a monitoria compreende uma estratégia de apoio ao ensino, em que os alunos mais adiantados nos programas de formação acadêmica ajudam nos processos de apropriação do conhecimento de seus colegas. Os monitores atuam como mediadores da aprendizagem com os alunos que apresentam dificuldades na compreensão dos conteúdos do currículo proposto.

Segundo Haag *et al.* (2008), o professor motiva seus alunos a participarem da monitoria, uma vez que as aulas apresentam um curto prazo e, dessa forma, impossibilita a repetição dos conteúdos por longos períodos de tempo. Assim, a monitoria pode ser uma

oportunidade para os participantes aumentarem seus conhecimentos, sanarem dúvidas em atividades mais complicadas, revisarem conteúdos e, principalmente, estabelecerem relações importantes de mediação.

Para Vigotski (2007), todo o processo de desenvolvimento do homem acontece a partir da mediação, uma vez que ela está presente em toda atividade humana e possibilita a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

1.6.3 A Zona de Desenvolvimento Proximal e a Construção de Novos Conhecimentos

Considera-se que a interação entre alunos monitores e não monitores, nas ações mediadas, que ocorrem no Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres, criam um ambiente extraclasse de aprendizagem e de construção de novos conhecimentos, de forma social e participativa, caracterizando, de acordo com Vigotski (2007), a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que segundo o autor,

[...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas, sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VIGOTSKI, 2007, p. 97).

Assim, Vigotski (2007) afirma que a organização do pensamento é favorecida na relação com o outro em função da formação da ZDP, que consiste na distância entre o que a pessoa já conhece e aquilo que ela poderá vir a conhecer a partir das relações interpessoais, e que segundo Oliveira (2010, p. 63), o aprendizado interfere “constantemente na zona de desenvolvimento proximal das crianças, os adultos e as crianças mais experientes contribuem para movimentar os processos de desenvolvimento dos membros imaturos da cultura”.

Para um indivíduo que frequenta a escola, o aprendizado é elemento essencial para seu desenvolvimento. No entanto, o ensino deve ser dirigido para os estágios de desenvolvimento ainda não alcançados pelo aluno, partindo dos conhecimentos já consolidados por este e tendo como meta adquirir novos saberes. Nesse sentido, a atuação do professor torna-se fundamental para atingir tal objetivo, podendo ter a ajuda de alunos monitores nessa tarefa. Nesse sentido,

Com relação à atividade escolar, é interessante destacar que a interação entre alunos também provoca intervenção no desenvolvimento das crianças. [...] uma criança

mais avançada num determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento dos demais. (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

Assim sendo, tem-se o monitor como um estudante com conhecimentos mais avançados, que inserido no processo de ensino-aprendizagem, se propõe a colaborar com a aprendizagem de seus colegas, e que, ao mesmo tempo em que ensina também aprende.

Nesse contexto, a monitoria não pode ser uma atividade improvisada. Segundo Lins (2007), por meio da monitoria, é construída uma relação de cooperação entre o aluno e monitor e o professor que faz com que a monitoria, então, seja uma atividade de natureza complementar, na qual o aluno tem a oportunidade de desenvolver e ampliar os conhecimentos adquiridos.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, é realizada a descrição do desenvolvimento do trabalho, explicitando a metodologia adotada no percurso. São apresentados também os resultados obtidos pela pesquisa, cujo objetivo é avaliar se a monitoria atua de forma eficiente no processo de ensino-aprendizagem, influenciando na permanência e no êxito escolar dos estudantes do IF Goiano – Campus Ceres.

2.1 Metodologia da Pesquisa

De acordo com Minayo (2003), o método de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Para esse estudo utilizou-se a pesquisa do tipo descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa (mista), bem como a busca documental e a pesquisa bibliográfica. Com relação aos “métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. (HAGUETTE, 1992, p. 63).

No entanto, é necessário que o pesquisador situe em que campo se insere seu trabalho, bem como o potencial e/ou limites de cada um desses métodos. Nesse sentido, Dal-Farra e Lopes (2013), referindo-se à contribuição dos métodos de pesquisa no campo educacional, afirmam que:

[...] os estudos quantitativos e qualitativos possuem, separadamente, aplicações muito profícuas e limitações deveras conhecidas, por parte de quem os utiliza há longo tempo. Por esta razão, a construção de estudos com métodos mistos pode proporcionar pesquisas de grande relevância para a Educação como corpus organizado de conhecimento, desde que os pesquisadores saibam identificar com clareza as potencialidades e as limitações no momento de aplicar os métodos em questão. (DAL-FARRA; LOPES, 2013, p. 71).

Minayo (2003) corrobora com esse pensamento afirmando que, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, esses dados se complementam, pois, a realidade que eles abrangem exclui a dicotomia e interage dinamicamente. Do ponto de vista

dessa concepção, pode-se perceber que a pesquisa qualitativa não exclui a utilização de dados quantitativos, que podem complementá-la. No que se refere à investigação qualitativa, Bogdan e Biklen (2013), afirmam que:

Ao recolher dados descritivos, os investigadores qualitativos abordam o mundo de forma minuciosa. [...] A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. (BOGDAN e BIKLEN, 2013, p. 49).

Nesse sentido, de acordo com Creswell (2010), o investigador participa como coautor no processo de construção do conhecimento, tendo em vista que na abordagem qualitativa de investigação, o mesmo, coleta pessoalmente os dados por meio do exame de documentos, observação de comportamentos e/ou entrevistas com participantes ou algum outro protocolo, analisa e interpreta tais dados em um contexto social e histórico.

A pesquisa foi realizada no IF Goiano – Campus Ceres. A seleção da amostra foi realizada entre: professores orientadores das disciplinas ofertadas no Programa de Monitoria, membros da equipe pedagógica, alunos monitores e não monitores participantes do Programa Monitoria durante o ano letivo de 2018, que poderiam contribuir com sua vivência para o estudo.

A população pesquisada compreende 62 sujeitos. Foram entrevistados: um Diretor de Ensino, um Gerente de Ensino (também Coordenador do Programa de Monitoria no ano de 2018), uma Coordenadora Pedagógica e uma Coordenadora do NAP. Responderam aos questionários: 10 professores, 31 alunos não monitores e 17 monitores. A pesquisa teve duração de aproximadamente nove meses depois de aprovada pelo CEP do IF Goiano, e seu encerramento se dará com a defesa da dissertação junto ao IF Goiano – Campus Morrinhos.

Por se tratar de pesquisa qualitativa-quantitativa, na qual o universo de investigação é numeroso e a população corresponde ao agregado de sujeitos que compartilham um conjunto comum de características de interesse para o problema sob investigação, convém realizar a seleção de uma amostra, em que, de acordo com Gil (2010, p. 153) “a intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos”.

Dessa forma, foram estabelecidos e adotados os seguintes critérios de inclusão para os participantes da pesquisa: monitor de disciplina considerada crítica; professor orientador de disciplina da monitoria considerada crítica; aluno que frequenta monitoria de disciplina considerada crítica; diretor de ensino; gerente de ensino; coordenador (pedagógico, do Programa de Monitoria e do NAP). Os critérios de exclusão adotados foram: aluno (monitor e

não monitor) participante do Programa de Monitoria em disciplina considerada não crítica; professor de disciplina da monitoria considerada não crítica; aluno não autorizado pelo pai ou responsável e sujeito que manifestar desinteresse em participar da pesquisa.

Para a autorização e/ou participação dos sujeitos na pesquisa foi utilizado o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) (Anexos B, C e D), que entre outros quesitos, assegura aos mesmos a garantia de sigilo e anonimato quanto aos dados confidenciais da pesquisa e resguarda à pesquisadora a propriedade intelectual dos dados e a divulgação pública dos resultados. No caso dos menores de 18 anos, o sujeito participante levou o TCLE, para o pai ou responsável assinar e, no momento de responder a pesquisa, assinou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexos E e F). Todos os sujeitos participantes foram abordados de forma individual e/ou coletiva para participarem da pesquisa e receberam o TCLE e as explicações necessárias.

E, para garantir o sigilo e preservar a identidade dos participantes, foram estabelecidos códigos de identificação, utilizando-se nomes e algarismos arábicos. A primeira parte do código, composta por nomes, representa a função do sujeito na instituição. A segunda parte, composta por números, representa a ordem em que foram agrupados os questionários (temporal/por resposta). Desse modo, os sujeitos foram denominados de: a) Pedagógico 01 a Pedagógico 04, referente às respostas obtidas com as entrevistas com os quatro membros da Equipe Pedagógica; b) Professor 01 a Professor 10, referentes aos questionários realizados junto aos 10 Professores Orientadores; c) Aluno 01 a Aluno 31, fazendo referência aos questionários realizados junto aos 31 Alunos não Monitores e d) Monitor 01 a Monitor 17, referentes aos questionários realizados junto aos 17 Alunos Monitores.

A busca por dados para a pesquisa teve início com a participação da pesquisadora em uma Reunião de Pais e Mestres,¹⁸ no início do segundo semestre de 2018. A intenção de tal reunião foi conversar com os pais dos alunos que estavam com notas abaixo da média no primeiro semestre. O momento foi utilizado para buscar, junto com os pais e responsáveis, por meio do diálogo, opções de atividades pedagógicas, para que esses alunos pudessem recuperar as notas nas disciplinas que apresentavam dificuldades de aprendizagem, obtendo permanência e êxito no ano letivo.

A seguir, foi realizada uma consulta, no relatório do conselho de classe semestral retirado do sistema QAcadêmico,¹⁹ sendo possível, dessa forma, elencar as disciplinas

¹⁸ Reunião de Pais de alunos com notas abaixo da média e Mestres com participação do Diretor de Ensino, Gerente de Ensino, Coordenação Pedagógica, NAP e Coordenação do Programa de Monitoria.

¹⁹ QAcadêmico – Sistema de Registros Escolares utilizado pelo IF Goiano – Campus Ceres.

críticas, nas quais os alunos tiveram menor rendimento escolar durante o primeiro semestre de 2018 (Apêndice A). Seleccionadas tais disciplinas, fez-se uma comparação com as disciplinas que eram oferecidas no Programa de Monitoria no primeiro semestre de 2018 e continuavam sendo ofertadas no segundo semestre (Apêndice B). Diante dessa oferta, foi realizada a seleção das disciplinas, dos monitores e dos professores orientadores que possivelmente participariam da pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Número de alunos com notas abaixo da média por disciplina ofertada no Programa de Monitoria no primeiro semestre de 2018

Disciplinas ofertadas pelo Programa de Monitoria		Nº de alunos
Núcleo Comum	Física I	92
	Matemática III	85
	Matemática I	85
	Física II	53
	Química III	52
	Espanhol II	45
	Química I	45
	Matemática II	41
	Língua Portuguesa I	26
	Biologia I	15
	Língua Portuguesa II	10
	Química II	0
Parte Diversificada	Topografia	56
	Agricultura Geral	41
	Olericultura	34
	Desenvolvimento WEB	22
	Cartografia e Geoprocessamento	13
	Lógica de Programação	11
	Mecanização Agrícola	10
	Produção Animal II	04
	Zootecnia Geral	03

Fonte: Elaboração da autora com informações dos relatórios do Conselho de Classe do primeiro semestre de 2018.

Realizada a análise, as disciplinas críticas escolhidas para a pesquisa foram: Física I e II, Matemática I, II e III, Química I e III, atendendo às disciplinas do núcleo comum. Optou-se por investigar essas disciplinas, pelo motivo que as mesmas tinham índices altos de baixo rendimento e continuavam sendo ofertadas no segundo semestre dando a condição de um possível acompanhamento na frequência, por parte dos alunos, e seu reflexo na permanência e no êxito durante o ano letivo. Pelo motivo de não ser oferecida no segundo semestre pelo Programa de Monitoria, a disciplina Espanhol II, mesmo tendo o mesmo número de alunos com nota abaixo da média que Química I e mais alunos que Matemática II, não foi estudada. As disciplinas de Língua Portuguesa I e II e Biologia II também não foram ofertadas no segundo semestre, pelo programa, e Química II não teve nenhum aluno com nota abaixo da média.

Quanto à parte diversificada dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a intenção era escolher uma disciplina de cada curso, no entanto, optou-se por escolher as disciplinas de Topografia e Agricultura Geral do curso Técnico em Agropecuária e, Desenvolvimento WEB do curso Técnico em Informática para a Internet, tendo em vista estarem entre as quatro disciplinas, da parte específica, que apresentam maiores índices de notas abaixo da média, nas disciplinas ofertadas pelo Programa de Monitoria.

Os alunos não monitores foram selecionados de acordo com as listas de frequência nas aulas de monitoria, ou seja, não foram selecionados de acordo com o rendimento escolar, uma vez que se verificou que não eram apenas alunos que estavam com notas abaixo da média que participavam das aulas de monitoria e, que em algumas disciplinas, todos alunos que as frequentavam estavam com notas acima da média.

Os alunos monitores e não monitores foram abordados de forma coletiva, da seguinte maneira: os alunos selecionados foram chamados, por turmas, pelo líder de sala, para reuniões em grupo, nas quais lhes foram explicados, pela pesquisadora, os procedimentos da pesquisa e nas quais puderam manifestar sua vontade em participar ou não da mesma. Muitos alunos, mesmo com a explicação, foram resistentes e não concordaram em participar da pesquisa. Os demais grupos do estudo: professores orientadores, diretor de ensino, gerente de ensino/coordenador do Programa de Monitoria e os coordenadores pedagógico e do NAP, foram abordados individualmente, momento em que também receberam explicações sobre os procedimentos da pesquisa e puderam manifestar sua vontade em participar ou não do estudo.

A investigação foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com o diretor de ensino, gerente de ensino/coordenador do Programa de Monitoria e os coordenadores

pedagógico e do NAP, que foram agendadas previamente e realizadas em uma sala separada para tal finalidade.

Quanto aos professores orientadores, e alunos (monitores e não monitores) a coleta de dados foi realizada por meio de questionários com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. Os questionários foram confeccionados inicialmente no *Google Forms*, ferramenta do *Google Drive*, tendo em vista ser uma ferramenta de fácil utilização e compreensão e enviados via e-mail para os sujeitos participantes responderem. Isso funcionou bem para os professores e monitores, cujo índice de respondentes foi de 90,9%, contudo, não teve muito sucesso para os alunos não monitores, devido a problemas com a demora em conseguir que trouxessem o TCLE, com autorização dos pais, uma vez que a maioria dos que concordaram em participar da pesquisa eram menores de idade e de outras cidades. Assim, quando trouxeram o TCLE, assinaram o TALE e responderam o questionário escrito, para não atrasar a pesquisa, tendo em vista que já estava findando o segundo semestre letivo de 2018.

Os questionários e entrevistas aplicados (Apêndices C, D, E, F e G) foram previamente submetidos e validados pelo CEP, nos termos da legislação correlata. As questões foram elaboradas com o intuito de: identificar e compreender com mais clareza o trabalho desenvolvido pelo Programa de Monitoria de forma a propiciar a análise das interações entre o Programa de Monitoria, alunos, professores e outros setores da instituição, na busca da melhoria no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas; identificar as formas e os critérios de como são escolhidos os monitores para as disciplinas; compreender a definição de monitoria e avaliar a percepção dos respondentes sobre o processo de orientação dos monitores; verificar as expectativas e as formas de acompanhamento dos monitores; investigar os fatores que levam os alunos à monitoria e se a mesma pode exercer algum impacto em seu futuro profissional.

Após, foi realizada a análise dos resultados obtidos na pesquisa que serão apresentados no próximo tópico por meio de gráficos e quadros, bem como de excertos das entrevistas para a devida sistematização, à luz dos referenciais teóricos e dos documentos utilizados.

Ainda referente à pesquisa, em se tratando de um mestrado profissional da área de Ensino em EPT, pressupõe-se a elaboração de um Produto Educacional, cuja intenção é articular a teoria com a pesquisa, implementando-a no percurso formativo do profissional. Dessa forma, da análise dos resultados também derivou um Produto Educacional, a História em Quadrinhos (HQ) “A Importância da Monitoria” (Apêndice H), que está disponibilizada na página do IF Goiano – Campus Ceres por meio do link https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_Ensino/Monitoria/2019/Orientacoes_im

portancia/Quadrinhos---Clcia.pdf, e o caminho para a construção desse produto está descrito no capítulo 3, no artigo “Uma História em Quadrinhos como Produto Educacional para Auxiliar no Aperfeiçoamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres”.

2.2 Descrição e Análise dos Dados

A análise dos dados é um processo que permeia todo o desenvolvimento metodológico da pesquisa, não podendo se restringir a um único momento. Bogdan (2013) afirma que:

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. (BOGDAN, 2013, p. 205).

Assim sendo, tal processo ocorreu em paralelo e a cada nova informação coletada, o conhecimento sobre o objeto estudado era ampliado, favorecendo um olhar mais crítico sobre os resultados obtidos. Concorde-se com Bogdan (2013, p. 204) quando diz que “a reflexão, sobre aquilo que se vai descobrindo enquanto se está no campo de investigação, é parte integrante de todos os estudos qualitativos”. Desse modo, os dados foram coletados e analisados.

Passa-se agora à exposição das análises e dos resultados obtidos. Os questionários elaborados para a coleta de dados na pesquisa continham questões para preenchimento de dados gerais (idade, gênero, curso, ano) e também questões relacionadas ao Programa de Monitoria (atividades desenvolvidas, dificuldades, contribuições). As entrevistas, por sua vez, continham apenas questões específicas, uma vez que já foram elaboradas para as funções determinadas dos membros da equipe pedagógica selecionados para a pesquisa (diretor de ensino, gerente de ensino, coordenadores: pedagógico, do Programa de Monitoria e do NAP).

Os questionários foram elaborados em três versões: uma para os alunos monitores, uma para os alunos não monitores e uma para os professores orientadores. Dos sujeitos que responderam, 17 eram monitores, 31 eram alunos não monitores e 10 eram professores orientadores. Foram entrevistados, também, quatro membros da equipe pedagógica, uma vez que o gerente de ensino também respondia pela coordenação do Programa de Monitoria em 2018.

A monitoria é uma prática pedagógica de mediação que privilegia a interação entre alunos monitores e não monitores, visando um aprendizado mútuo. O Programa de Monitoria, implantado no IF Goiano – Campus Ceres segue o modelo no qual as aulas de monitoria ocorrem em horários livres e comuns dos alunos monitores e não monitores, utilizando-se de alunos de turmas subsequentes para auxiliar alunos de turmas anteriores, que apresentam defasagem de aprendizagem em algumas disciplinas.

Para atingir o objetivo da pesquisa, ou seja, avaliar se a atuação da monitoria acontece de forma eficiente e positiva, no processo de ensino, ajudando a minimizar a defasagem de aprendizagem de conteúdos nas disciplinas consideradas críticas, podendo refletir na permanência e no êxito escolar dos alunos, optou-se pelo estudo de 10 disciplinas críticas, (Física I e II, Matemática I, II e III, Química I e III, Agricultura Geral, Desenvolvimento WEB e Topografia). As disciplinas críticas foram conceituadas nesse trabalho como aquelas com maiores índices de notas abaixo da média ofertadas pelo Programa de Monitoria.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam a quantidade de monitores por disciplinas críticas, escolhidas para a pesquisa, no primeiro e no segundo semestre de 2018.

Gráfico 1: Quantidade de monitores por disciplina no primeiro semestre



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Gráfico 2: Quantidade de monitores por disciplina no segundo semestre



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

A diferença entre o número de disciplinas escolhidas (10) e o número de monitores pesquisados (17), se deve ao fato de que as disciplinas de Matemática I, Química I, Agricultura Geral e Desenvolvimento WEB, tinham, cada uma, dois monitores no primeiro semestre, totalizando 14 monitores, no entanto, um deles não interessou em responder ao questionário. Outro motivo é a realização semestral do processo seletivo para monitores no

qual, houve mudança de monitores em quatro disciplinas escolhidas. Dessa forma, o número de respondentes nessa categoria é 17 monitores.

Apresenta-se a seguir, por meio dos Quadros 2, 3 e 4 o número de alunos monitores e não monitores que participaram da pesquisa, em relação às características de idade, gênero, curso e série.

Quadro 2 – Quantidade de Alunos Monitores e não Monitores por Idade e Gênero

CATEGORIAS		SUJEITOS					
		Alunos não Monitores	%	Monitores	%	Total	%
Idade	15 a 18	31	100	12	70,6	43	89,6
	19 a 20	0	0	02	11,8	2	4,2
	Acima de 20	0	0	03	17,6	3	6,3
	Total	31	100	17	100	48	100
Gênero	Masculino	19	61,3	13	76,5	32	66,7
	Feminino	12	38,7	04	23,5	16	33,3
	Total	31	100	17	100	48	100

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

A adolescência começa depois da infância e antes da juventude, iniciando por volta dos doze anos e terminando por volta dos dezoito (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2001). No entanto, os autores afirmam que a adolescência é uma construção cultural,

[...] não há um critério claro para definir a fase que vai da puberdade até a idade adulta. Essa confusão acontece porque a adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado da estrutura socioeconômica. Em outras palavras, nós não temos adolescência e sim adolescentes. (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2001, p. 291).

Dessa forma, pelo senso comum, após a puberdade, até a idade adulta, o termo juventude é mais utilizado. Esse período pode ser caracterizado “pela aquisição de conhecimentos necessários para o ingresso do jovem no mundo do trabalho e de conhecimentos e valores para que ele constitua sua própria família” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001, p. 294), sendo, a escola, uma das principais vias de acesso a esses

conhecimentos, que deve procurar atender, da melhor forma possível, as necessidades de aprendizagem desses jovens.

Quanto ao gênero, 66,7% dos alunos pesquisados eram do sexo masculino e 33,3% eram do sexo feminino, sendo a predominância masculina entre os alunos monitores, representados por 76,5% dos alunos e também entre os alunos não monitores, representando um percentual de 61,3%. Essa predominância pode ser justificada por se tratar de uma instituição de ensino em que, historicamente, por sua origem de Escola Agrotécnica, sempre houve maioria de meninos.

Por outro lado, em relação aos alunos não monitores pode-se discutir esse número mais elevado de alunos que frequentam as aulas de monitoria serem do sexo masculino pela questão de gênero, pois, de acordo com Carvalho (2001), no que diz respeito ao fracasso escolar, os alunos do sexo masculino são as maiores vítimas, “[...] os meninos são em número maior que as meninas. Irmãos e irmãs de uma mesma família, ‘estruturada’ ou não, estudando numa mesma escola ‘bem organizada’ ou não, podem apresentar resultados escolares totalmente diversos”. (CARVALHO, 2001, p. 558). Para essa autora, as expectativas, os estímulos e cobranças recebidas, influenciam para melhorar ou piorar a aprendizagem, sendo que diversas pesquisas indicam que professores têm expectativas diferentes em relação a meninos e meninas.

De acordo com Silva (1999, p. 215-217) as meninas são vistas como responsáveis, organizadas, estudiosas, sossegadas, caprichosas, atentas, “mas menos inteligentes”, e os meninos como “agitados, malandros, dispersivos, indisciplinados, mas inteligentes”. Carvalho (2001), referindo-se a Walkerdine (1995), destaca a discrepância na avaliação dos professores diante de meninos e meninas, cujos comportamentos não são percebidos de forma equivalente: enquanto o bom desempenho escolar das meninas era atribuído ao seu esforço, o desempenho inferior dos garotos era percebido como não realização de um potencial brilhante devido a seu comportamento ativo.

A escola, entretanto, não pode continuar reforçando o estímulo a essa diferenciação entre gêneros, e precisa ser vista como um espaço em que essas relações devem ser enfrentadas, tendo em vista que

O conhecimento mais homogêneo entre os sexos é uma dimensão importante de enfrentamento, já que os desdobramentos dessas competências diferenciadas atingem o mercado de trabalho, o valor dos salários, a vida familiar, as relações na sociedade entre outras. (RICHARTZ e SANTANA, 2010, p. 7).

Nessa perspectiva, é interessante observar a teoria da Modificabilidade Estrutural Cognitiva²⁰ apresentada por Reuven Feuerstein, em que a mente é uma estrutura aberta e pode sofrer modificações durante toda vida. Essas mudanças dependem das mediações feitas especialmente por pais e professores (RICHARTZ; SANTANA, 2010). Assim, a mediação didática, como descrita no capítulo 1, apresenta grande importância nas modificações cognitivas, tendo o papel de estimular meninos e meninas, de forma adequada, nas áreas que foram impedidos pelas experiências sociais, para que possam desenvolver as potencialidades que estão inativas dentro do indivíduo porque não foram estimuladas.

Beyer (1996) ressalta que a ênfase sociocultural de Feuerstein, no que se refere aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, encontra paralelo na abordagem de Vigotski, a respeito das interações socioculturais da criança. Para Feuerstein, a experiência da aprendizagem mediada pode ser considerada como o ingrediente que determina o desenvolvimento cognitivo diferencial. Entende-se que as dificuldades no desenvolvimento cognitivo-intelectual devem ser atribuídas, principalmente, às carências na aprendizagem mediada nos primeiros anos de vida.

Desse modo, a monitoria, como ferramenta didática, utilizada para mediar os conhecimentos escolares,²¹ se presta ao papel de estimular o desenvolvimento dessas potencialidades, com a intenção de ajudar os alunos de ambos os sexos, indistintamente, com as disciplinas que têm dificuldades na aprendizagem de conteúdo para que alcancem o sucesso escolar.

No Quadro 3 é apresentado o número de alunos monitores e não monitores por série. Entre as disciplinas críticas analisadas na pesquisa, quatro são da matriz curricular do primeiro ano (Agricultura Geral, Física I, Matemática I e Química I), quatro são da matriz curricular do segundo ano (Desenvolvimento WEB, Física II, Matemática II e Topografia) e duas do terceiro ano (Matemática III e Química III).

Dos dados analisados, pode-se extrair que entre os alunos não monitores, a maioria, 45,2%, cursam o primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, 38,7% cursam o segundo ano e 16,1% cursam o terceiro ano.

²⁰ Essa teoria postula que todo ser humano é modificável e para tanto estabelece cinco proposições: o ser humano é modificável; o sujeito que eu vou mediar é modificável; eu sou capaz de produzir modificações no sujeito; eu próprio devo modificar-me; e a sociedade e a opinião pública são modificáveis e podem ser modificadas.

²¹ O agente mediador de Feuerstein é chamado por Vigotski de mediador humano. No Programa de Monitoria o monitor é o mediador dos conhecimentos escolares.

Quadro 3 – Quantidade de Alunos e Monitores por Série

CATEGORIAS		SUJEITOS					
		Alunos não Monitores	%	Monitores	%	Total	%
Ano	1º ano	14	45,2	0	0	14	29,2
	2º ano	12	38,7	01	5,9	13	27,1
	3º ano	05	16,1	10	58,8	15	31,3
	2º período	0	0	01	5,9	01	2,1
	4º período	0	0	03	17,6	03	6,3
	6º período	0	0	0	0	0	0
	8º período	0	0	01	5,9	01	2,1
	10º período	0	0	0	0	0	0
	2º período Agropecuária Subsequente	0	0	01	5,9	01	2,1
	Total	31	100	17	100	48	100

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Constata-se, então, que o maior índice é de alunos dos primeiros anos, o que também foi verificado nas listas de frequência às aulas de monitorias, consultadas durante a pesquisa, confirmando assim, que os alunos apresentam mais dificuldades nessa etapa, o que pode ocorrer devido a fatores como a diversidade social, econômica e cultural, bem como a base de conhecimentos adquirida no ensino fundamental. Nogueira e Nogueira (2002, p. 32), analisando a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, afirmam que:

Segundo ele, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo, culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino. Essa correlação só pode ser explicada, na perspectiva de Bourdieu, quando se considera que a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e uma certa naturalidade no trato com a cultura e o saber que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter.

De acordo com Pedagógico 03, a instituição recebe alunos urbanos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros, vindos, em grande parte, de uma educação precária e

todos têm merecimento de uma condição de melhorar suas vidas, contudo, nem todos têm condições de serem aprovados, sem algum auxílio, tendo em vista defasagem de aprendizagem elevada apresentada por esses alunos.

Nós temos alunos que não sabem ler e escrever direito. Não me pergunte como eles chegam aqui, mas eles chegam. Nós temos leis de cotas, precisamos dos alunos e uma melhor inclusão, mas nós temos que fazer um trabalho melhor com as nossas bases. Temos que fazer um trabalho melhor com o nosso primário, temos que fazer um trabalho melhor com o nosso ensino fundamental para que dê a eles uma condição melhor de entrar no ensino médio. Quando eles chegam com essa precariedade no ensino médio é doloroso, eles se sentem excluídos, eles não falam muito porque tem vergonha de dizer que não sabem. Então nós temos uma parcela do ensino médio que precisa de ser incluído, precisa de ser trabalhado e o nosso tempo é curto. É necessário que tenhamos essas programações como a monitoria, devido a defasagem de muitos alunos que recebemos. Isso é minimizar, porque às vezes não conseguimos, e nosso número de alunos reprovados é grande, em função da precariedade de um ensino anterior. (PEDAGÓGICO 03).

Com relação aos cursos (Quadro 4), 51,6% dos alunos não monitores pesquisados, são do curso técnico em Informática para Internet, o que pode indicar maior defasagem de aprendizagem na área de exatas, como já detectado, quando da análise para identificação das disciplinas críticas. O curso técnico em Agropecuária apresenta índice de 38,7% e o curso de Meio Ambiente índice de 9,7% de alunos não monitores que frequentam as aulas do programa.

Quanto aos alunos monitores, para exercer a função, é necessário que já tenham cursado a disciplina e sejam alunos matriculados na instituição. Logo, não precisam ser alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. No entanto, ocorre que a maioria também é aluno do curso técnico em Informática (29,4%), o que confirma o interesse dos alunos do curso pelas disciplinas da área de exatas. Das dez disciplinas analisadas na pesquisa, nove estão diretamente ligadas a essa área e a outra disciplina, Agricultura Geral, envolve cálculos.

A quantidade de monitores, oriundos do curso técnico em Agropecuária, representou 11,8%, abaixo dos monitores do técnico em Meio Ambiente que representou 23,5%, mesmo com o número de disciplinas ofertadas pela monitoria sendo maior para o curso de Agropecuária. Esse fato pode ter ligação com a origem dos alunos do curso. Apesar de não ser foco desse estudo, é visível uma origem mais urbana dos alunos dos cursos de Informática para Internet e Meio Ambiente, enquanto mais rural e socioeconômica mais precária para os alunos do curso técnico em Agropecuária, podendo ter influenciado na aprendizagem desses alunos.

Quadro 4 – Quantidade de Alunos e Monitores por Curso

CATEGORIAS		SUJEITOS					
		Alunos não Monitores	%	Monitores	%	Total	%
Curso	Agropecuária	12	38,7	02	11,8	14	29,2
	Informática	16	51,6	05	29,4	21	43,8
	Meio Ambiente	03	9,7	04	23,5	07	14,6
	Agropecuária Subsequente	0	0	01	5,9	01	2,1
	Agronomia	0	0	03	17,6	03	6,3
	Zootecnia	0	0	0	0	0	0
	Sistemas de Informação	0	0	0	0	0	0
	Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0
	Química	0	0	02	11,8	02	4,2
	Total	31	100	17	100	48	100

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente; Curso Técnico em Agropecuária Subsequente; e graduações: Bacharelados em Agronomia, Zootecnia e Sistemas de Informação, Licenciaturas em Ciências Biológicas e Química.

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Entre os alunos da graduação que ministraram aulas de monitoria para os cursos técnicos, nas disciplinas críticas estudadas, 17,6% dos monitores eram do curso de Agronomia e 11,8% do curso de Química, o que está de acordo com as monitorias ofertadas (Agricultura Geral, Topografia, Química I e Química III). Do curso técnico em Agropecuária Subsequente havia 5,9% de monitores do segundo período.

Os alunos mais envolvidos no trabalho como monitores, nessas disciplinas, são os estudantes do terceiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, totalizando 58,8%, sendo que do segundo ano são apenas 5,9%. Entre os monitores dos cursos superiores, 17,6% são do quarto período, o segundo e o oitavo períodos possuem 5,9% cada um. Assim, ressalta-se a importância da verticalização dos cursos na instituição, pois não seria possível ofertar monitoria de algumas disciplinas críticas para as turmas de terceiros anos se não houvesse cursos superiores na instituição.

A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós graduação tecnológica. (PACHECO, 2011, p. 24-25).

Nesse sentido, a experiência de ser monitor tem fundamental importância, no intento de melhorar o senso de responsabilidade e as relações interpessoais, de propiciar uma ampliação teórica constante nos conteúdos e um aprendizado acerca das metodologias que visam uma maior eficiência no ensino-aprendizado.

Para Vigotski (2008), a aprendizagem pressupõe relações interpessoais, sendo que a relação entre o indivíduo e o mundo é sempre mediada pelo outro “e que a capacidade para regular as nossas ações pessoais utilizando meios auxiliares só atinge o seu completo desenvolvimento na adolescência” (VIGOTSKI, 2008, p. 74).

De acordo com a equipe pedagógica, há maior eficiência no ensino e na aprendizagem quando o monitor é eficiente, ou seja, cumpre seu horário e passa, de fato, para os estudantes, aquilo que foi combinado com o seu orientador. O monitor que entrega os relatórios e a documentação dentro dos prazos corretos, comunica com o orientador ou com a comissão do programa problemas eventuais com integrantes da monitoria. O monitor que deixa a desejar é o oposto, ele chega atrasado, não comparece no dia, foge do orientador, ensina mais ou menos tentando enrolar e aí por diante (Pedagógico 02).

Ser monitor eficiente é o monitor que procura o orientador. Ele é proativo, não pode ficar tudo só nas costas da comissão de monitoria ou do orientador. Ele tem que ir atrás, procurar qual conteúdo está sendo ensinado, questionar os estudantes daquelas disciplinas se tem dúvidas, divulgar o horário dele, trazer o aluno mais próximo dele para linguagem dele [...]. E o monitor que deixa a desejar é aquele que não procura o aluno de forma nenhuma, e quando os estudantes o procuram, ele não se mostra ativo para poder correr atrás da informação para responder os alunos, não cumpre os horários pré-estabelecidos. (PEDAGÓGICO 01).

Convidados a fazer uma autoavaliação, os monitores pesquisados classificaram seu desempenho na atividade de monitoria de forma positiva, na qual 76,5% disseram ter um bom desempenho, 17,6% excelente e 5,9% regular. Ao considerarem o início de suas atividades como monitor, até a data da pesquisa, todos perceberam mudanças em sua aprendizagem, como segue relatado, no Quadro 5, afirmando, como destacado pela pesquisadora, que: mais aprenderam do que ensinaram; buscaram novas formas e melhoraram o desempenho ao se expressarem e falarem em público; reforçaram, fixaram e passaram a ter melhor domínio dos

conteúdos, ao prepararem as aulas; melhoraram a capacidade de interpretação de outros conteúdos; melhoraram os relacionamentos interpessoais; aprimoraram os métodos didáticos utilizados e ficaram mais assíduos em relação cumprimento de horários:

Quadro 5 – Mudanças percebidas pelos monitores em sua aprendizagem

SUJEITO	RESPOSTAS
Monitor 01	“Tipo, como Cora Coralina dizia, que feliz é aquele que ensina o que sabe, e aprende o que ensina. Acredito que mais aprendi do que ensinei. ”
Monitor 02	“Uma melhoria sensível na forma de expressar , visto que trabalhava com pessoas fora do nível superior, exigindo assim uma simplificação para melhor entendimento.”
Monitor 03	“A monitoria me ajudou a reforçar alguns conteúdos que já estavam quase esquecidos. ”
Monitor 05	“Melhor relacionamento interpessoal e maior didático nos métodos de ensino e também domínio dos conteúdos. ”
Monitor 06	“Facilidade na comunicação e fixação do conteúdo ministrado para os alunos durante a monitoria, ajudando-me ter um melhor desempenho nas provas, vestibulares e Enem.”
Monitor 09	“ Assiduidade com o horário, fixação maior do conteúdo a ser monitorado, busca de formas mais transparentes de explicitar o conteúdo e sanar as dúvidas, ser claro, direto, ser empático, simpático e outros mais.”
Monitor 16	“ Facilidade entender matérias diversas da disciplina e aprimoramento na fala em público. ”
Monitor 17	“Quando passei explicar o conteúdo para outras pessoas, ele acabou fazendo mais sentido o que facilitou a minha interpretação e entendimento dos demais conteúdos. Além de melhorar minha oratória. ”

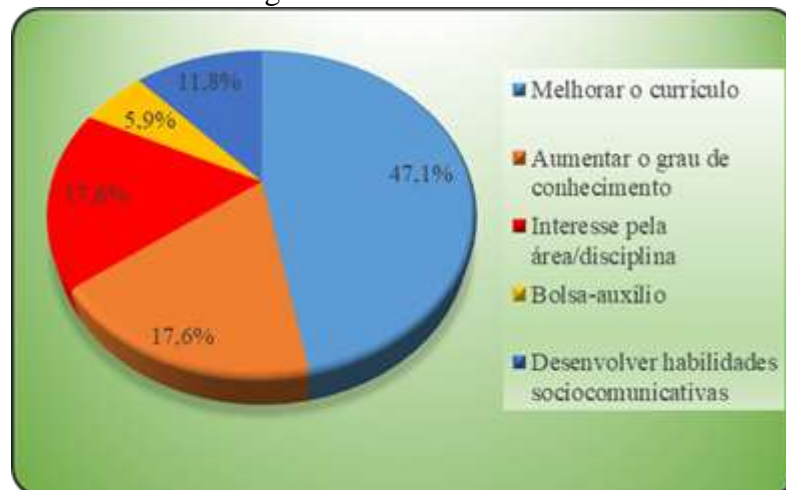
Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as mudanças percebidas pelos monitores.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

São diversos os motivos que levam o aluno a praticar a atividade de monitoria, contudo, independente dos motivos dessa escolha, precisa-se trabalhar com os monitores da mesma forma. Para Pedagógico 03, existem três tipos de monitores: os que já gostam e têm vontade; os que vão pelo dinheiro e os vão pelo lado emocional (avaliação/valorização do professor), no entanto todos precisam ser bem preparados e orientados e fiscalizados. Precisam saber como trabalhar com os alunos, como valorizá-los, quais dificuldades podem encontrar. “Então, é ensinar o monitor para que ele faça um trabalho de trazer o aluno e mostrar para ele que ele é capaz, que ele tem condição de aprender.”

E visando conhecer o porquê dos monitores se ingressarem nessa atividade, foi realizada a pergunta 9 do questionário dos alunos monitores, “Qual o principal motivo que o levou a se inscrever no Programa de Monitoria?”, e cujo resultado apresenta-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Principais motivos para os monitores se inscreverem no Programa de Monitoria



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

De acordo com o Gráfico 3, 47,1% dos pesquisados mencionaram melhorar o currículo, como principal motivo para participar do programa, 17,6% aumentar o grau de conhecimento, 17,6% interesse pela área ou disciplina, 11,8% desenvolver habilidades sociocomunicativas e 5,9% bolsa auxílio, sendo que 64,7% dos pesquisados são monitores remunerados e 35,3% exercem a função de forma voluntária.

Aumentar o grau de conhecimento e o interesse pela área ou disciplina ficaram como segundos principais motivos que levam os alunos a serem monitores. Percebe-se assim, que os alunos procuram ser monitores nas disciplinas com as quais possuem mais afinidade, e enquanto se dedicam a ampliar seus conhecimentos sobre o conteúdo da disciplina trabalhada, no desenvolvimento de suas atividades, aprimoram o seu próprio aprendizado.

Na opinião do Pedagógico 01, os principais motivos para o trabalho como monitor são:

Ampliar conhecimentos. Normalmente, já que o aluno foi destaque naquela disciplina, ele quer conhecer mais aquela disciplina tendo contato com o orientador. Então, ele vai ampliar os conhecimentos contribuindo com os outros. É muito gratificante ajudar os demais colegas estabelecer contato, estar na rede de relacionamentos e principalmente dar um upgrade no Curriculum Lattes. Quando o aluno é monitor, ele já vê com outros olhos. Muitos também é porque tem interesse em ser professor, então a monitoria pode ser um fator decisivo, que daí ele pode decidir realmente seguir pela linha acadêmica em ser professor, ou ele fala: ‘isso aqui não é para mim’. Também não posso deixar de citar que é a remuneração financeira, que no nosso caso, temos muitos que são remunerados. Alguns são só voluntários, mas essa remuneração financeira auxilia os estudantes. (PEDAGÓGICO 01).

Quanto ao motivo relacionado a desenvolver habilidades sociocomunicativas, esse também é importante para os monitores. Para Bock, Furtado e Teixeira (2001, p. 142),

O homem é um ser social por natureza [...] cada indivíduo aprende a ser um homem nas relações com os outros homens, quando se apropria da realidade criada pelas gerações anteriores, apropriação que se dá pelo manuseio dos instrumentos e pelo aprendizado da cultura humana.

Alguns excertos das respostas dos monitores pesquisados revelam que a prática da monitoria ajuda no desenvolvimento dessas habilidades, como destacado no Quadro 6.

Quadro 6 – Evolução nas habilidades sociocomunicativas percebidas pelos monitores

SUJEITO	RESPOSTAS
Monitor 02	“Uma melhoria sensível na forma de expressar [...]”
Monitor 05	“Melhor relacionamento interpessoal [...]”
Monitor 06	“Facilidade na comunicação [...]”
Monitor 09	“[...] ser claro, direto, ser empático, simpático e outros mais.”
Monitor 10	“[...] Uma melhor performa em apresentações de seminários.”
Monitor 11	“[...] desenvoltura da fala e do diálogo [...]”
Monitor 14	“Melhoria na comunicação [...]”
Monitor 15	“Maior facilidade em comunicação [...]”
Monitor 16	“[...] aprimoramento na fala em público [...]”
Monitor 17	“[...] Além de melhorar minha oratória.”

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

No entanto, o principal fator de motivação para os monitores pesquisados é melhorar o currículo. Ao avaliarem a contribuição da monitoria para melhoria em sua formação acadêmico/profissional, 52,9% dos monitores classificaram a contribuição da atividade como excelente, 41,2% como boa e 5,9% como regular.

Quando solicitados, na questão 21, para avaliar a respeito dos eventuais impactos que a experiência como monitor possa exercer em sua carreira/atividade profissional, de acordo as respostas obtidas no Quadro 7, fica claro que para a maioria, 58,8% dos monitores, a prática da monitoria proporciona uma melhora nas características pessoais, principalmente nas habilidades relacionadas à comunicação e requisitadas pelo mundo do trabalho. Para 17,6% vai muito além da troca de conhecimentos e de experiências, e 11,8% consideraram que a experiência despertou a vocação para atuar como professor, e que também pode influenciar na escolha de cursos de graduação e pós-graduação, entre outros. Esses dados evidenciam que, por meio dessa ferramenta pedagógica, tanto o desejo para ser docente, devido às práticas utilizadas na monitoria, quanto para realizar o estágio obrigatório e seguir carreira profissional em áreas correlatas, devido ao aprofundamento dos estudos nas disciplinas específicas dos cursos técnicos, podem ser potencializadas no Programa de Monitoria.

Quadro 7 – Impactos que a experiência como monitor pode exercer na carreira/atividade profissional

IMPACTOS	Monitores	%
A monitoria alcança as expectativas construídas durante a formação acadêmica, pois vai muito além da troca de conhecimentos e de experiências.	3	17,6
A monitoria proporciona um aperfeiçoamento na comunicação, superando a timidez ou melhorando outras características pessoais que são requisitadas pelo atual mundo do trabalho.	10	58,8
A experiência propiciou-me o despertar da vocação/desejo para atuar como professor da disciplina monitorada.	2	11,8
A experiência pode influenciar diretamente em minha vida acadêmica, ajudando na escolha de cursos (graduação, pós-graduação, etc.).	2	11,8
Total	17	100

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Questionando a equipe pedagógica se as monitorias das disciplinas técnicas podem influenciar na profissionalização dos monitores, eles responderam que sim.

[...] Eventualmente um estudante que pega a monitoria de uma disciplina técnica ele descobre ali na monitoria uma identidade. Vê a parte técnica de uma outra forma e passa a gostar, e eventualmente se forma e vai seguir ou academicamente em uma área parecida com aquela disciplina, ou vai para o mercado de trabalho trabalhando naquela área. Com certeza influencia. (PEDAGÓGICO 02).

Quando ele é monitor, ele assume a responsabilidade de que ele tem que ter domínio do conteúdo. No momento de ele estudar aquele conteúdo, pode ser que ele fale: “aí é diferente do que quando eu fiz a disciplina”, e ele começa a gostar mais do conteúdo. Ele pode seguir mais na área profissional também do que acadêmica. Isso aconteceu com o bolsista meu da disciplina de banco de dados, em que o estudante tinha sido monitor e ele quis carreira nessa linha. E aí na linha profissional não gostou muito da área docente, percebeu que era difícil ensinar os outros mas gostou do conteúdo técnico na disciplina. (PEDAGÓGICO 01).

Na opinião de 40% dos professores orientadores o Programa de Monitoria contribui para a vida acadêmica dos monitores de forma extremamente importante, 40% acham que contribui de forma muito importante e 20% de forma importante. Perguntados se a monitoria pode despertar a vocação acadêmico/profissional nos monitores, 90% respondeu que sim e 10% que não tem certeza. 70% respondeu que o programa incentiva o interesse pela docência e 30% afirmaram não ter certeza.

Outro aspecto a ser observado é o fato do Programa de Monitoria atuar em parceria com o NAP. No início do ano, em uma reunião com os candidatos aprovados, é apresentado o regulamento e explicado o papel do monitor, bem como a parte pedagógica propriamente dita do mesmo. Fora esse contexto, o NAP participa dos conselhos de classe incentivando os professores a participarem e a fazerem o mesmo com os estudantes.

Em relação ao encaminhamento de alunos com notas baixas em disciplinas críticas para as aulas de monitoria, o NAP tem como “uma das atribuições do apoio pedagógico, identificar as demandas e realizar os encaminhamentos” (PEDAGÓGICO 04). Esse trabalho é realizado de forma contínua. Os estudantes são chamados semanalmente, por motivos de falta ou dificuldades em disciplinas. Eles são diretamente encaminhados para as monitorias, com a ciência dos pais. “Os pais ficam cientes de que teve a conversa com o estudante para que os pais também incentivem os alunos a irem para a monitoria.” (PEDAGÓGICO 02).

O acompanhamento desses alunos, devido à grande demanda tem sido realizado bimestralmente. Ao final de cada bimestre, por meio do QAcadêmico, é realizado um levantamento dos estudantes com baixo rendimento. Esses dados são confirmados no

conselho de classe com os professores, que acrescentam mais detalhes sobre o processo de ensino-aprendizagem.

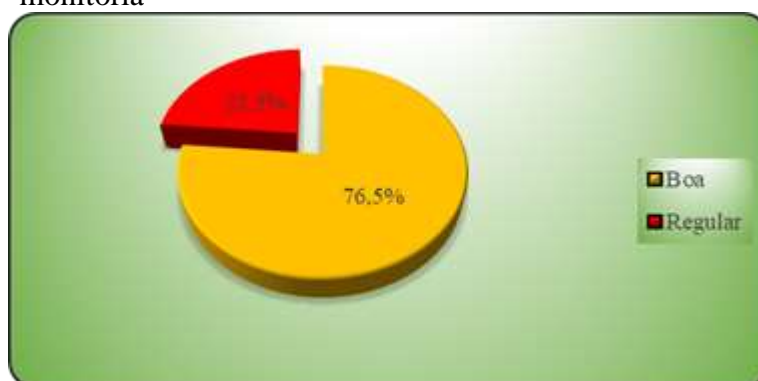
Após o conselho de classe os estudantes são chamados pelo NAP para orientação pedagógica com objetivo de oferecer ajuda ao estudante para que ele se organize em termos de horário e priorize sua recuperação participando da monitoria. Caso seja identificado outros problemas patológicos ou psicológicos os estudantes são encaminhados para o NAPNE ou Assistência Estudantil. (PEDAGÓGICO 04).

Assim, identificam-se os estudantes com dificuldades de aprendizagem, realizam-se os encaminhamentos necessários e a partir do segundo bimestre, em relação àqueles que não conseguiram recuperar suas notas, é realizado contato com os pais, com o intuito de notificar e buscar parceria para esses discentes melhorarem o desempenho acadêmico.

Quanto às atividades práticas de monitoria, 82,4% dos monitores relatam que houve encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem para suas aulas, no entanto 17,3% afirmam que não houve esse encaminhamento. Para Antunes (2010), é necessário que haja encaminhamento e orientação por parte dos professores para que o desenvolvimento da atividade de monitoria aconteça no sentido de minimizar a defasagem de conteúdo dos alunos.

Em relação à aprendizagem dos alunos não monitores, pontua-se aqui que todos os monitores pesquisados concordam que a monitoria contribui para a aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas e avaliam a aprendizagem dos mesmos como boa e regular (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Avaliação dos monitores para a aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Algumas respostas dos monitores pesquisados justificando a contribuição da monitoria para a aprendizagem dos alunos encontram-se no Quadro 8. Segundo os monitores a

aprendizagem ocorre devido, principalmente, aos seguintes fatores: haver uma melhor comunicação entre os alunos e o conteúdo ser explicado de maneira mais simples e fácil de entender; reforçar o conteúdo que é explicado em sala de aula; esforço dos alunos em buscar mais conhecimento nas aulas de monitoria; ter horários extras para sanar dúvidas teóricas e práticas; obter melhores resultados nas avaliações, dentre outros.

Quadro 8 – Justificativas dos monitores em relação à contribuição da aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria

SUJEITO	RESPOSTAS
Monitor 01	“Sim. Pois às vezes o professor não consegue estabelecer uma boa comunicação com os alunos, já a comunicação entre alunos é melhor consolidada , logo, o discente com dificuldade consegue entender melhor os conteúdos.”
Monitor 06	“Sim. Pois, reforça o aprendizado já introduzido em sala de aula com o professor, retirando as dúvidas dos alunos de maneira individual.”
Monitor 09	“Sim, pois no instante que um aluno se dirige à alguma monitoria, ela se esforça e nesse momento, esse esforço promove um aprendizado mais real e concreto. ”
Monitor 10	“O programa de monitoria tem uma grande relevância quando se trata de aprendizados dos alunos, os alunos tem horários extracurricular ao de sala de aula para retirar dúvidas e ter auxílio em práticas de campo. ”
Monitor 11	“Acredito que sim, pois através da monitoria os alunos podem esclarecer as dúvidas que na maioria das vezes não são esclarecidas em sala de aula. Além disso, os estudantes tem a oportunidade de obter maior conhecimento em temas específicos. ”
Monitor 13	“Sim, aos alunos que se interessaram e buscaram participar da monitoria tiveram suas dúvidas sanadas, revisões realizadas e assim, uma compreensão da matéria antes não conseguida.”
Monitor 14	“Sim, visto que a maioria dos alunos que frequentavam a monitoria tiveram bons resultados nas provas da disciplina monitorada.”
Monitor 16	“Sim, porque muitos deles relataram a simplicidade da explicação e o quanto isso facilitava a aprendizagem.”
Monitor 17	“Ela é de extrema importância, pois na maioria das vezes, os monitores por

	<p>não terem um conhecimento de nível superior, consegue passar o conteúdo de uma forma mais simples, facilitando o entendimento por parte do aluno que apresenta dificuldade.”</p>
--	--

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as justificativas dos monitores em relação à contribuição da aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Para Laffin *et al.* (2011, p. 52), a monitoria é uma atividade de ensino sem as hierarquias sociais estabelecidas, pois os alunos relacionam-se com os próprios alunos, utilizando-se de uma linguagem comum. De acordo com esses autores,

O professor, supostamente como um sujeito cultural em diferentes relações com os conhecimentos, assim como em suas experiências pedagógicas, tende a apresentar em sua linguagem múltiplas sínteses do conhecimento, envolvendo diversos contornos e posicionamentos sobre os conteúdos, enquanto o aluno geralmente tende a organizar na sua aprendizagem uma relação com o conhecimento de forma mais restrita. É nesta dimensão que inferimos ser dinâmica a aprendizagem enquanto um percurso de construção, pois pode ser mediada por uma mesma linguagem e sem as hierarquias sociais estabelecidas.

Andrade *et al.* (2018), concordam afirmando que as relações estabelecidas entre alunos monitores e não monitores, ocorre entre pares, mesmo o monitor se encontrando em séries mais adiantadas, eles se igualam na condição de discentes. Esta concepção reforça a monitoria como processo fomentador do aprendizado, tendo em vista que o discente, apoiando-se no monitor, encontra espaço fértil ao esclarecimento de dúvidas e consequente fortalecimento de habilidades, potencializando seus conhecimentos com menor grau de receio e de maneira mais acessível, tanto no que se refere a manutenção de contato, a linguagem mais próxima e adaptada a realidade do estudante, quanto as simetrias das experiências acadêmicas de ambos, o que difere da relação discente-docente que, por vezes, e representada por receio, timidez e verticalidade por parte do aluno.

Nesse sentido, os entrevistados da equipe pedagógica percebem o Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem dos alunos não monitores como “um momento de encontro, de interação que é fundamental no ambiente escolar. Já ouvi vários relatos de estudantes dizerem que compreendem mais a forma que monitor fala do que professor na sala de aula”. (PEDAGÓGICO 04).

Outro ponto observado no decorrer da pesquisa foram as atividades desenvolvidas e os recursos didáticos utilizados pelos monitores que auxiliam na mediação da aprendizagem de conteúdos. Cerqueira e Ferreira (1996, p. 15) definem como recursos didáticos:

[...] todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem.

No Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres, os monitores pesquisados realizaram diversas atividades e utilizaram alguns recursos didáticos que estão relacionados no Quadro 9.

Quadro 9 – Principais atividades desenvolvidas e recursos utilizados pelos monitores nas aulas de monitorias

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS	
Atividades	%	Recursos Didáticos	%
Auxílio ao professor em aulas práticas	11,8	Quadro/giz	88,2
Plantão de dúvidas	94,1	Lista de Exercícios	64,7
Resolução de listas de exercícios	100	Apostilas	11,8
Práticas de laboratório	17,6	Imagens	17,6
Revisão de conteúdos para avaliações	64,7	Softwares e Aplicativos	23,5
Auxílio na produção de trabalhos escritos e relatórios	23,5	Textos	11,8
Práticas de campo	11,8	Equipamentos de campo, Instrumentos topográficos e calculadoras	11,8
		Livro Didático	5,9

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

No funcionamento de qualquer programa de auxílio didático existem dificuldades, e em uma escola de tempo integral, para viabilizar o Programa de Monitoria, uma das maiores dificuldades para sua implementação é encaixar o tempo livre dos alunos monitores e não monitores, tendo em vista serem de cursos e turmas diferentes.

[...] não é nada fácil encaixar os horários de acordo com a grande demanda e os poucos horários disponíveis principalmente para os alunos dos cursos técnicos

integrados que só tem duas tardes livres durante a semana, tem se buscado resolver aproveitando parte do horário de almoço. (PEDAGÓGICO 04).

A respeito das dificuldades encontradas pelos monitores, as respostas obtidas estão no Gráfico 5. O que ficou mais evidente nas respostas obtidas foi que a maior dificuldade encontrada é a falta de interesse dos alunos com 47,1%, e, em segundo lugar a procura excessiva em véspera de prova com 23,5%. Percebe-se, que grande parte dos alunos que necessitam frequentar as aulas de monitoria não o fazem com frequência, procuram essa ajuda apenas em época de avaliações, o que acaba por sobrecarregar os monitores diminuindo a eficiência do programa.

A principal dificuldade tem sido na participação. Os estudantes das disciplinas às vezes nós temos um mês inteiro que aparecia um estudante procurando monitor ou dois estudantes. É natural que esse fluxo aumente antes das avaliações, mas a gente esperava que seria mais constante. O que a gente tem feito é encorajar os professores para incentivar a participação dos estudantes com nota ou de alguma outra forma. Esse é o principal desafio da monitoria, temos que conseguir contornar isso. Tem sido muito sutil essa diferença, a procura dos estudantes para monitoria tem sido um desafio. Temos que trabalhar isso mais, para não levar o programa ao descrédito. (PEDAGÓGICO 02).

Gráfico 5 – Principais dificuldades encontradas pelos monitores na atividade de monitoria



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Em terceiro lugar, foi relatado a falta de local adequado para o atendimento (17,6%). Os atendimentos são realizados nos horários livres das turmas, nas salas de aulas que estão disponíveis. É realizado um horário de aulas de monitoria para não haver conflitos no uso dessas salas, no entanto, as turmas e as disciplinas ofertadas pela monitoria são muitas e às vezes, as salas são insuficientes, prejudicando as aulas de monitoria. “Outra dificuldade é o espaço, este tem se buscado resolver dividindo o mesmo espaço entre dois ou três monitores, dependendo da quantidade de salas disponíveis.” (PEDAGÓGICO 04).

O atendimento a diferentes cursos também apareceu como uma dificuldade, no entanto, em menor percentual, apenas 5,9%. Isso pode ser explicado em razão de, por cautela, não colocar um monitor para uma mesma disciplina de cursos que contemplem conteúdos muito diferentes, em suas grades curriculares. E 5,9% não encontraram nenhuma dificuldade para executar suas atividades na prática da monitoria.

Questionados ainda, se fizeram algo para minimizar as dificuldades encontradas e se essa atitude teve efeito positivo, grande parte respondeu que “sim”, e algumas das respostas obtidas estão no Quadro 10.

Quadro 10 – Atitudes dos monitores para minimizar as dificuldades encontradas

SUJEITO	RESPOSTAS
Monitor 01	“Tentei conceituar de forma simples , não tão aprofundada igual aos docentes, e de pouco em pouco os alunos conseguiam absorver o conteúdo. Sim, eles se mostraram satisfeitos.”
Monitor 03	“Para minimizar as dificuldades, assisti algumas aulas com os estudantes , onde pude tirar dúvidas na sala de aula, já que a procura fora da sala foi baixa. Acredito que tenha tido um efeito positivo na aprendizagem.”
Monitor 05	“Tentei separar dias diferentes pra cada curso .”
Monitor 06	“ Orientar os alunos para que procurassem a monitoria , após surgirem as primeiras dúvidas no início do semestre. Sim.”
Monitor 09	“Coloquei nos murais meu local e horário de atendimento de forma chamativa. De forma oral apresentei a muitos alunos do 2º anos minha posição como monitor. [...]”
Monitor 11	“Conversei com a professora a respeito de um ponto extra aos alunos que frequentaram a monitoria, pois assim os estudantes se interessariam mais por frequentar a monitoria. De certa forma, acredito que sim.”
Monitor 12	“ Desenvolia previamente as atividades das listas passadas pelo professor”.
Monitor 13	“Primeiramente, para minimizar e até mesmo extinguir as dificuldades dos alunos é necessário a concretização de uma relação tranquila entre monitor e aluno , pois caso a mesma não existir, muitas vezes esse aluno não perguntará ou buscará mais aulas. Sim, após uma relação já estabelecida as dúvidas puderam ser sanadas sem receios ou ‘vergonha’ por parte do aluno.”

Monitor 16	“Anunciar a monitoria em grupos de WhatsApp , bem como passar o número de celular para atendimento em horas fora do horário escolar. ”
------------	--

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as atitudes dos monitores para minimizar as dificuldades encontradas.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Assim, as principais tentativas realizadas pelos monitores para minimizar as dificuldades por eles encontradas durante a realização das atividades de monitoria foram: sugerir aos alunos que procurassem a monitoria sempre e não apenas em época de provas; estabelecer uma relação interpessoal tranquila entre monitor e aluno e simplificar a forma de conceituar para atrair os alunos, que se mostraram satisfeitos. Alguns monitores participaram das aulas com os estudantes, momento em que ajudaram a tirar suas dúvidas, o que acreditam tenha um efeito positivo na aprendizagem dos mesmos.

De acordo com Parrilla (2004 *apud* CUNHA JÚNIOR, 2009, p.23), o atendimento imediato aos alunos que enfrentam dificuldades pode ser uma das soluções para o problema em sala de aula, de forma que ao se apropriarem dessa nova forma de trabalhar em aula, começam um processo de transformação do contexto, de forma a utilizar recursos disponíveis na própria escola. Assim, os alunos sempre terão ajuda em tempo real durante a realização das atividades.

Nesse sentido, diversas tentativas foram realizadas pelos alunos, no intuito de diminuir essas dificuldades mencionadas, como: definição de horários diferenciados para cada curso; divulgação dos locais e horários de atendimento, com destaque nos murais; apresentação pessoal para os estudantes; diálogo com o responsável pela disciplina sobre uma pontuação extra para os estudantes que frequentassem a monitoria; disponibilização para atendimento por celular, fora do horário escolar. Enfim, os monitores implementaram várias soluções para os problemas que se colocaram em seus caminhos no desenvolvimento de suas atividades e, em sua maioria, concordam que tiveram sucesso com as mesmas.

Continuando com a análise das respostas obtidas, o aluno que sai do 9º ano do ensino fundamental para um curso técnico integrado ao ensino médio passa por uma mudança curricular imensa. Além do descompasso que geralmente existe nessa transição entre o que se estava aprendendo e o que será cobrado, há o número de disciplinas que aumenta consideravelmente e ainda a defasagem de conteúdos apresentada por grande parte dos alunos. São várias as dificuldades encontradas nessa transição. No entanto, escola, professores e alunos devem utilizar-se de métodos eficientes que auxiliem no desenvolvimento da criatividade, da autonomia, da iniciativa e da comunicabilidade para minimizá-las,

principalmente a defasagem de conteúdos, como forma de caminhar para a superação da dualidade estrutural na educação brasileira. Nesse sentido Zibas (2003, p. 34-35), alerta que

[...] a maior dificuldade é reconhecer que a imprescindível valorização da cultura popular não nos exime da necessidade de tornar significativo, principalmente para os filhos das camadas populares, o conhecimento historicamente acumulado. Caso contrário, continuaremos com um sistema educacional irremediavelmente cindido entre a escola para a classe média e a escola dos pobres, em que a aprendizagem de conteúdos significativos se torna uma farsa [...]

Observou-se que o principal motivo que levou os alunos não monitores a procurarem o Programa de Monitoria, conforme o Gráfico 6, foi a dificuldade de aprendizagem na disciplina com 83,9%, em seguida esclarecimento de dúvidas com 12,9% e por fim 3,2% foram encaminhados pelo NAP.

Gráfico 6 – Principais motivos que levam alunos não monitores a procurar monitoria



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Os dados expostos confirmam a opinião da equipe pedagógica sobre o assunto, reafirmando que a dificuldade de aprendizagem na disciplina é o principal motivo de frequência às aulas de monitoria. A maioria dos alunos procura as aulas para “recuperar a nota, infelizmente a nota é a balizadora. São poucos os que procuram para dedicar ao estudo da disciplina” (PEDAGÓGICO 04).

Analisando-se as disciplinas que os alunos frequentaram nas monitorias, verifica-se que a área de exatas teve maior procura, sendo as disciplinas de Matemática, Física e Química do primeiro ano, no núcleo comum, as disciplinas mais procuradas, o que evidencia a base frágil de conhecimentos adquirida no ensino fundamental (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – Percentual de frequência dos alunos nas Monitorias/Disciplinas no primeiro semestre de 2018



Estão relacionadas todas as monitorias do núcleo comum. Das monitorias da parte específica, estão relacionadas somente as disciplinas críticas estudadas na pesquisa.

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Gráfico 8 – Percentual de frequência dos alunos nas Monitorias/Disciplinas no segundo semestre de 2018



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Os alunos não monitores avaliam positivamente a contribuição das aulas de monitoria em sua aprendizagem: 45,2% avaliam como excelente, 45,2% como boa e 9,7% como regular. Para Andrade *et al.* (2018), a monitoria é reconhecida, por docentes e discentes, como ferramenta facilitadora para o alcance de um processo ensino-aprendizagem efetivo, tanto para aquele que exerce a função de monitor, orientado por um docente, quanto para o monitorado, no intuito de que seus conhecimentos e práticas sejam fortalecidos.

[...] o ensino-aprendizagem é compreendido, por docentes e discentes, como instrumento que propicia troca de saberes e de experiências e aprendizado mútuo entre os participantes de um cenário, no qual se verificam diferentes relações humanas. O processo é representado como complexo, dinâmico, contínuo e dialógico. (ANDRADE *et al.*, 2018, p. 1692).

Quando perguntados se achavam que a monitoria contribuiu para a aprendizagem dos alunos, todos os alunos não monitores responderam que “sim”, e algumas justificativas para as respostas dadas estão no Quadro 11.

Os alunos evidenciaram que a monitoria contribuiu para sua aprendizagem pela acessibilidade e a forma como os monitores esclarecem as dúvidas que não foram sanadas em sala e reforçam o conteúdo ministrado em aula pelos professores, tendo em vista, principalmente, que às vezes, o aluno entende melhor a linguagem utilizada pelo monitor, o que facilita o aprendizado.

Quadro 11 – Justificativas dos alunos não monitores para contribuição da monitoria em sua aprendizagem

SUJEITO	RESPOSTAS
Aluno 01	“Sim, pois na monitoria pode focar onde se tem mais dificuldade e a maneira de que um aluno explica para o outro pode facilitar o aprendizado. ”
Aluno 06	“Sim, pois através da monitoria as dúvidas nas disciplinas que não foram esclarecidas em sala de aula serão retiradas por alunos que podem estabelecer uma conversa que haja mais esclarecimento para os alunos que possuem dificuldades.”
Aluno 18	“Sim, pois ajuda o aluno a relembrar aquela matéria que teve dificuldade e, explicar de outra forma até sendo uma forma mais fácil. ”
Aluno 25	“Sim, pois é uma forma prática de ajudar os alunos, às vezes o aluno compreende melhor a linguagem do monitor do que do professor, além de ser uma forma de esclarecer dúvidas que surgem no decorrer dos estudos , mais fácil que conversar com o professor.”
Aluno 29	“Sim, acho a monitoria super importante pois além de dar uma reforçada no que o professor passa, tira alguma dúvida que o aluno(a) tinha na sala de aula e etc. ”

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as justificativas dos alunos não monitores para contribuição da monitoria em sua aprendizagem.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Os estudantes pesquisados relatam que, do início de sua frequência às aulas de monitoria, até o dia em que responderam à pesquisa, perceberam mudanças em sua aprendizagem. Há declaração de que para alguns estudantes, essa mudança positiva em relação à aprendizagem não ocorreu em todas as disciplinas como no caso do ALUNO 19, “Algumas matérias tive uma boa melhora em outras nem tanto”. No entanto, de acordo com maioria das respostas (Quadro 12), as mudanças em relação à aprendizagem por parte dos alunos não monitores, foram perceptíveis e positivas em relação à compreensão do conteúdo com dificuldade, o que refletiu em suas notas, assim como em novas maneiras de estudar e “ver” o conteúdo.

Quadro 12 – Mudanças percebidas pelos alunos não monitores

SUJEITO	RESPOSTAS
Aluno 01	“Percebi que indo na monitoria estou dando uma revisão no conteúdo e isso teve um ótimo reflexo nas minhas notas. ”
Aluno 04	“Entendi conteúdos que com a explicação do professor não havia ficado claro. E achei novos recursos de estudo orientados pelas monitoras.”
Aluno 06	“Passei a compreender melhor as disciplinas que estava com dificuldades e as matérias se tornaram mais fáceis.”
Aluno 12	“Mudou o jeito de ver o conteúdo para interpretá-lo e estudá-lo.”
Aluno 14	“Percebi e aprendi a maneira certa de estudar , [...] pois eles nos motivam muito, principalmente a ‘sede’ pelo conhecimento.”
Aluno 17	“Muita, porque a maioria das vezes a gente compreende mais com o monitor ensinando.”
Aluno 18	“Houve mudanças tanto na forma de aprendizagem , quanto na compreensão. ”
Aluno 23	“Me ajudou muito em períodos de avaliação , pois tirei minhas dúvidas na monitoria e consegui uma nota boa. ”
Aluno 25	“Esclareci dúvidas, o que me auxiliou bastante nas aulas e provas. ”
Aluno 26	“Os meios usados na monitoria ajudam a aprender com maior facilidade. ”
Aluno 27	“A minha capacidade em compreender o conteúdo ficou maior e meu desempenho nas aulas aumentou. ”
Aluno 28	“ Maior conhecimento das matérias que eu frequentei, além de melhor entendimento ao decorrer da matéria.”

Aluno 31	“Ajudou a entender a matéria mais rápida e melhor , eu tinha dificuldade só com as aulas.”
----------	---

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as mudanças percebidas pelos alunos não monitores em sua aprendizagem.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Para a pergunta “Quais as principais dificuldades que você encontrou”, feita aos alunos não monitores, as respostas estão no Quadro 13, do qual se infere que, assim como os alunos monitores, os alunos que frequentam as aulas de monitoria também consideram como uma das principais dificuldades no programa a procura excessiva pelas aulas em véspera de provas, o que dificulta o trabalho dos monitores, pois as salas ficam com mais alunos e a possibilidade de atender cada um em sua dificuldade de aprendizagem é menor. Outro ponto colocado, que também já foi levantado anteriormente pelos monitores refere-se ao local para as aulas.

Quadro 13 – Principais dificuldades encontradas pelos alunos não monitores

DIFICULDADES	Alunos não monitores	%
Capacidade de transmissão de conteúdo pelos monitores	3	9,7
Falta de interesse dos monitores	4	12,9
Procura excessiva por monitoria em véspera de provas	8	25,8
Falta de orientação dos professores para os monitores	1	3,2
Falta de local adequado para o atendimento	4	12,9
Número insuficiente de monitores	3	9,7
Falta de materiais didáticos diversos	2	6,5
Divulgação dos horários de monitoria	2	6,5
Falta de tempo	1	3,2
Cansaço para participar de algumas monitorias	1	3,2
Nenhuma dificuldade	2	6,5
Total	31	100

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

A falta de interesse dos monitores também aparece como fator de dificuldade para os estudantes. Alguns monitores não apresentam o compromisso necessário com o programa. De acordo com Aluno 05, há monitores

[...] que marcam compromisso com os alunos que frequentam sua monitoria de voltar na outra semana mas ele quebra o compromisso um estorno lá mesmo sendo em horário de monitoria [...] monitores não está presente no horário previsto das monitorias em quase todos os dias da semana. (ALUNO 05)

Da mesma forma, a capacidade de transmissão de conhecimento e o número insuficiente de monitores são apontados. Para o ALUNO 11, “poderia melhorar o processo seletivo, pois que escolhessem não só monitores que sabem a matéria mas que também sabem ensiná-la” e conforme o ALUNO 07, “poderia ter mais monitores, e assim teria mais monitorias ao longo da semana”. Houve também a constatação como dificuldade da falta de materiais didáticos diversos, da falta de divulgação dos horários da monitoria e da falta de orientação dos professores para os monitores, falta de tempo e cansaço para participar.

É fácil perceber que atividade da monitoria não é uma prática tranquila. Ela é permeada por inúmeras dificuldades, sendo papel do professor orientador nortear os trabalhos do monitor, sanando suas dúvidas, ajudando com os materiais didáticos, explicando o funcionamento da monitoria e o papel mediador do monitor nessa atividade, deixando-o livre, para que as aulas de monitoria não sejam réplicas das aulas do professor da disciplina.

As situações de aprendizado ocorrem não somente na sala de aula, uma vez que todo ambiente é propício à aprendizagem, sendo importante aproveitar todas as oportunidades no âmbito escolar. Assim, cabe ao professor incentivar os alunos monitores e não monitores a participarem ativamente da monitoria, identificando o nível de desenvolvimento real de seus alunos e auxiliando-os no seu desenvolvimento mental. De acordo com Antunes (2010), se o professor prepara seus alunos para atuarem na ZDP de seus colegas, a aprendizagem ocorre de forma intencional. Oliveira (2010, p. 64), ao tratar da teoria de Vigotski, cita que:

[...] na escola o aprendizado é um resultado desejável, é o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo pedagógico privilegiado. O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

É papel do professor observar e intervir nas interações (professor-aluno e aluno-aluno), pois estas são fundamentais para o aprendizado. Ao agir sobre ZDP, o professor auxiliará o aluno a evoluir em seu aprendizado. O único bom ensino, afirma Vigotski (2007), é aquele que se adianta ao desenvolvimento.

A falta de recursos didáticos diversos deixa o monitor limitado para desenvolver as atividades de monitoria, impedindo-o de atuar como mediador de modo mais eficiente no

processo de ensino-aprendizagem, prejudicando o andamento das atividades da monitoria. No entanto, os materiais devem ser pensados, a fim ajudar o monitor operar na ZDP de seus colegas.

Para Antunes (2010), a ZDP é um espaço teórico com origem na interação entre aluno e professor em função dos esquemas de conhecimento acerca da atividade a ser realizada pelo educando e os saberes, recursos e instrumentos de apoio utilizado pelo educador. Dessa forma, a seleção dos recursos didáticos necessita a orientação do professor, bem como a forma como os monitores podem explorá-los, tendo em vista que a improvisação pode comprometer e até inviabilizar o processo de ensino.

Nesse quesito há uma diferença entre as respostas dadas pelos alunos monitores e não monitores, pois os monitores dizem fazer uso de vários recursos didáticos como: quadro/giz, lista de exercícios, apostilas, imagens, softwares, aplicativos, textos, equipamentos de campo, instrumentos topográficos, calculadoras e livro didático, enquanto os alunos não monitores colocam como uma dificuldade. Os alunos não monitores colocaram também que houve tentativa de minimizar essa dificuldade “levando outros materiais didáticos” (ALUNO 31), o que pode ter resolvido o problema em algumas disciplinas e justificar a diferença entre as respostas.

A falta de tempo e cansaço também afetam a participação na monitoria. O número de disciplinas cursadas pelos alunos nos cursos técnicos integrados é grande, assim como o número de trabalhos e avaliações. Dessa forma o fator tempo influencia de forma significativa a presença nas aulas de monitoria, o que pode ser melhorado com interdisciplinaridade que poderia resultar na diminuição de trabalhos e avaliações escolares.

Ainda existe, mesmo que não mencionado pelos participantes da pesquisa, a resistência em participar por parte do aluno com dificuldade de aprendizagem e dos professores orientadores, o que notadamente tem gerado um desinteresse pelo programa. E existe até resistência por parte dos pais em deixar os filhos participarem, pois é sinal de que estão “fracos nos estudos”, isso foi percebido, ocasionalmente nas visitas aos pais para a coleta das assinaturas requisitadas no TCLE.

Quanto aos alunos muitos não participam por vergonha ou mesmo por cansaço e falta de tempo, como citado anteriormente. O programa é tido como efetivo, no entanto, “apresenta algumas dificuldades quanto à procura das aulas de monitoria o que destaca a necessidade de aperfeiçoar de alguma forma o programa para poder engajar mais, os que não são monitores a procurarem os monitores e vice-versa”. (PEDAGÓGICO 01). De acordo com Professor 02, a resistência pode ser até por a monitoria ser uma novidade na rotina desses alunos,

Aos alunos que buscaram apoio na monitoria conseguiram melhorar o seu desempenho nas atividades, mas muitos alunos possuem resistência para buscar ajuda através da monitoria. Talvez falte hábito de estudo nesta modalidade por serem alunos do primeiro ano. (PROFESSOR 02).

Quanto às tentativas para minimizar tais dificuldades, de acordo com os alunos, em alguns casos existiu, em outros não, conforme algumas respostas a pergunta 11, “Houve tentativas para minimizar as dificuldades encontradas? Quais?”, destacadas no Quadro 14, verifica-se que os monitores, em sua maioria, procuraram meios para tentar diminuir as dificuldades colocadas pelos alunos. Procuraram fazer com que os mesmos frequentassem a monitoria de forma contínua e não apenas em véspera de provas; buscaram outras fontes e materiais didáticos de apoio para melhorar o ensino; procuraram orientação dos professores e mudaram os horários de atendimento.

Quadro 14 – Tentativas para minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos não monitores

SUJEITO	RESPOSTAS
Aluno 01	“ No momento não , pois com a perda de remuneração de algumas monitoria acabou que tirando um grande incentivo dos alunos.”
Aluno 02	“Buscar outras fontes de apoio. ”
Aluno 05	“Sim de nos atender fora do horário da monitoria.”
Aluno 13	“Sim, tentar fazer com que os alunos fossem na monitoria com frequência e não em época de prova. ”
Aluno 17	“Sim, os monitores iam atrás dos professores para entender sobre a matéria e repassar para nós.”
Aluno 23	“ Não que eu tenha ficado sabendo.”
Aluno 28	“ Não teve nenhuma dificuldade. ”
Aluno 29	“A dificuldade era relacionada a minha pessoa. ”
Aluno 31	“Sim, levando outros materiais didáticos. ”

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as tentativas para minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos não monitores.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

No tocante aos professores orientadores, foram enviados questionários para 11 sujeitos, uma vez que são 10 as disciplinas pesquisadas, sendo que a disciplina de Matemática I possui duas monitorias com orientadores diferentes. No entanto, um dos sujeitos se recusou

a responder ao questionário, totalizando assim, 10 respondentes nessa categoria. Não houve mudança de professores orientadores das monitorias no segundo semestre, todos orientadores continuaram os mesmos durante todo o ano letivo de 2018.

Todos os professores orientadores, participantes da pesquisa, consideram o Programa de Monitoria necessário para sua disciplina, 90% disseram que há melhora na aprendizagem dos alunos que frequentam a monitoria e somente 10% disseram não ter certeza. Quando indagados se pretendem solicitar monitores para o próximo semestre, 90% responderam que sim e apenas 10% disseram não ter certeza.

É possível perceber assim, a monitoria como uma estratégia de suporte ao trabalho docente. No entanto, “como o professor vai utilizar essa estratégia é que faz a diferença. Por isso todo o trabalho deve ser planejado e ficar bem claro entre as partes para que consigam desenvolver, intervir e avaliar as ações desenvolvidas”. (PEDAGÓGICO 04).

[...] principalmente quando se trata de uma disciplina prática. Quando que é no laboratório ou no campo esse suporte é mais evidente, porque o estudante consegue deixar os outros estudantes da disciplina mais preparados para as práticas, e mesmo nas disciplinas básicas garante que a turma acompanhe melhor curso do conteúdo. Então, é sim uma ajuda e tanto para o trabalho do professor. (PEDAGÓGICO 2).

No que se refere ao incentivo que a monitoria proporciona ao aluno em estudar mais, 90% dos professores concordam e 10% não tem certeza sobre essa influência, no entanto, 100% responderam que já encaminharam alunos para as aulas de monitoria, pois avaliam a contribuição do programa para sua disciplina e para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria como, extremamente importante, muito importante ou importante.

Quando perguntados “Considerando o início das atividades de monitoria, até a data da pesquisa, que mudanças você percebeu no processo de ensino-aprendizagem em sua disciplina?”, os professores citaram melhora nas notas por parte dos alunos não monitores, e no relacionamento com alunos e professores por parte dos monitores (Professor 06). Destacaram também que os alunos que frequentam as aulas de monitoria se mostraram mais tranquilos e mais à vontade para perguntar, tentar e fazer, sem medo de demonstrar suas dificuldades. Perceberam mais interesse por parte dos alunos monitores e não monitores nas aulas, com avanço na aprendizagem e melhor desempenho nas atividades, como segue abaixo em algumas respostas obtidas, no Quadro 15, referente às mudanças percebidas, pelos professores orientadores, no processo de ensino-aprendizagem na sua disciplina:

Quadro 15 – Mudanças percebidas pelos professores orientadores

SUJEITO	RESPOSTAS
Professor 01	<p>“É notável a influência positiva da monitoria de ensino no desempenho dos alunos que buscam auxílio no programa, pois, além de boa parte deles conseguirem recuperar as notas baixas, participam melhor das aulas e conseguem acompanhar a explicação do professor. Outra mudança considerável é a tranquilidade que a monitoria passa para os alunos, pelo fato de sentirem que tem a quem recorrer fora do período das aulas quando surgem as dificuldades. Percebe-se ainda que a monitoria deixa o aluno mais a vontade para perguntar e tentar fazer, visto que todos falam a mesma língua e normalmente todos tem suas dificuldades, motivo pelo qual não se sentem constrangidos em demonstrar e assumir suas dificuldades e buscar esse apoio fundamental.”</p>
Professor 04	<p>“As mudanças no processo ensino-aprendizagem dependem muito do interesse dos alunos, do monitor (responsabilidade no cumprimento das atividades propostas), e também é necessário uma boa parceria entre o professor e monitor e o professor estimular os alunos a participarem das aulas. Quando isso todos esses fatores ocorreram, foi o período em que tivemos maior êxito no processo ensino-aprendizagem.”</p>
Professor 03	<p>“A mudança perceptível que pôde ser notado foi a nota da avaliação de aprendizagem individual dos alunos que frequentaram a monitoria. Houve um caso de aluna ir sempre na monitoria e chegar a gabaritar a avaliação individual. Assim, a participação nas monitorias colabora muito para o processo de aprendizagem dos alunos nos estudos extra classe.”</p>
Professor 05	<p>“Para estudantes que possuem dificuldades e usam com sabedoria os momentos da monitoria, nota-se o avanço no processo de aprendizagem. Infelizmente é muito baixo o envolvimento dos alunos nas monitorias e quando o fazem, aproveitam mal este tempo. Já fiz algumas atividades em sala ligadas às monitorias para alunos que estavam abaixo da média. A intenção era que eles se envolvessem nas monitorias, mas infelizmente eles iam na monitoria apenas para ganhar nota. Havia algumas exceções.”</p>

Destaque em negrito feito pela pesquisadora, das palavras-chaves que representam as Mudanças percebidas, pelos professores orientadores, no processo de ensino-aprendizagem em sua disciplina.

Fonte: Tabulação de dados pela autora.

As maiores dificuldades encontradas pelos docentes no processo de acompanhamento e orientação dos monitores são as descritas no Gráfico 9. E alguns delas confirmam as dificuldades apontadas pelos próprios alunos monitores e não monitores.

Gráfico 9 – Maiores dificuldades no processo de acompanhamento e orientação dos monitores



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Quando se perguntou ainda aos monitores se houve programação das atividades de monitoria com os professores orientadores, 47,1% responderam que sempre, 47,1 responderam que apenas em alguns momentos e 5,9% responderam que nunca. Todos da equipe pedagógica concordam que o sucesso dos alunos na função de monitores depende do “bom desempenho do professor orientador”. (PEDAGÓGICO 04).

Um dos principais fatores para o sucesso é o acompanhamento realizado pelos docentes e pela comissão de monitoria, principalmente quando é a primeira vez do monitor nessa função, ou seja, ele acabou de entrar no programa. De acordo com as respostas dos monitores, não é a remuneração financeira que motiva o aluno participar da monitoria, dessa forma, é preciso que ele se sinta parte do processo, sinta que está contribuindo, caso contrário poderá ficar desmotivado com a atividade.

Portanto, o envolvimento do professor, o fato explicar o que se espera e adiantar o conteúdo para o monitor, para que ele se sinta confiante, assim como o apoio da comissão de monitoria é muito importante para o sucesso da atividade do monitor. Segundo Pedagógico 01, é preciso empoderar o monitor, pois, quando o aluno começa nessa atividade, ele tem um conhecimento técnico da disciplina, mas se não mostrar para ele que consegue tirar as dúvidas dos colegas, talvez ele se sinta desmotivado. É preciso que os estudantes entendam o monitor

como um elo de comunicação entre eles e o professor, sendo necessário que o professor confie no monitor e não quebre tal elo, dando suporte para que o monitor consiga ajudar nas dificuldades e esclarecer as dúvidas dos colegas.

O sucesso é maior, quanto maior é o acompanhamento do orientador, porque se ele acompanha, o estudante está em consonância com o conteúdo que ele está ministrando [...]. E também, o orientador vai estimular a turma a procurar um monitor. (PEDAGÓGICO 02).

Quanto à avaliação do Programa de Monitoria alunos não monitores, monitores e professores orientadores o avaliaram de acordo com o Quadro 16.

Quadro 16 – Avaliação do Programa de Monitoria por Alunos não Monitores, Monitores e Professores Orientadores

CATEGORIAS	SUJEITOS					
	Alunos não monitores	%	Monitores	%	Professores Orientadores	%
Excelente	13	41,9	07	41,2	02	20
Bom	13	41,9	07	41,2	08	80
Regular	4	12,9	03	11,8	0	0
Ruim	1	3,2	0	0	0	0
Péssimo	0	0	0	0	0	0
Total	31	100	17	100	10	100

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

O Programa de Monitoria foi avaliado, principalmente, como excelente e bom por todas as categorias entrevistadas. Os membros da equipe pedagógica em sua avaliação consideram “que o programa de monitoria é essencial, ele deve continuar existindo. Ele ajuda na permanência dos resultados finais do aluno, sendo aprovado nos estudos”. (PEDAGÓGICO 03). Para melhorar o Programa de Monitoria foi sugerido por parte dos alunos monitores e não monitores e professores orientadores: Melhorar a remuneração e aumentar o número de bolsas e de monitores; melhorar o acompanhamento dos professores orientadores e buscar formas de aumentar o interesse dos monitores e não monitores; disponibilizar mais locais apropriados, materiais didáticos e horários para a monitoria;

divulgar mais; fazer o processo seletivo mais cedo. Os membros da equipe pedagógica destacam que,

[...] precisamos fazer uma pesquisa mais eficiente dos resultados. Por isso nós temos que ter gráficos em um ano, fazer um trabalho de quantos alunos participaram, quantos alunos foram aprovados. Tem que ter essa organização pelo grupo [...]. Por que os professores têm que dar o número de alunos que vão entrar, alunos não estão evadindo, estão permanecendo, estão sendo aprovados, e isso devido ao trabalho da monitoria. (PEDAGÓGICO 03).

[...] o fato do baixo envolvimento de alguns docentes em algumas disciplinas que tem monitores, eles podem exigir em sala, por exemplo que os alunos que têm baixo rendimento compareçam à monitoria, é uma forma de dar mais efetividade na monitoria. Já que o aluno está com dificuldade de rendimento, no mínimo ele pode procurar ela, que é o que o campus está oferecendo para o aluno. (PEDAGÓGICO 01).

Analisando-se os resultados finais obtidos pelos alunos da instituição, por meio dos dados consultados na Seção de Registros Escolares, constata-se que foram reprovados 45 alunos em 58 disciplinas (Quadro 17) no ano de 2018.

Quadro 17 – Número de alunos reprovados por disciplinas em 2018

Disciplinas	Alunos Reprovados
Física I	20
Matemática I	20
Matemática II	14
Química I	14
Química II	11
Matemática III	10
Agricultura Geral/ Zootecnia	10
Biologia I	09
Física II	09
Língua Portuguesa I	09
Química III	09
Topografia	09

Relação das doze primeiras disciplinas por número de alunos reprovados

Fonte: Sistema de Registros Escolares – QAcadêmico

Nenhum dos alunos pesquisados foi reprovado. Infere-se do Quadro 17, que a maior quantidade de alunos reprovados é nas disciplinas das turmas de primeiros anos e na área de exatas. Foram aprovados com dependência 108 alunos, entre os quais, 88 ficaram com dependência em algumas das disciplinas críticas estudadas na pesquisa, conforme apresentado no Gráfico 10. Desses 88 alunos, apenas sete frequentaram as aulas de monitoria desde o primeiro semestre e participaram da pesquisa.

Gráfico 10 – Número de Alunos em dependência por Disciplina Críticas



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Com relação aos alunos que frequentaram as aulas de monitoria em 2018 e participaram da pesquisa, pode-se inferir que houve um índice de permanência e êxito considerável, conforme se verifica no Quadro 18, todos chegaram ao fim do ano letivo, com maioria de aprovação.

Quadro 18 – Situação final dos alunos não monitores em 2018

SITUAÇÃO	Alunos não monitores	%
Aprovados	24	77,4
Aprovados com dependência	6	19,4
Transferidos	1	3,2
Total	31	100

Fonte: Sistema de Registros Escolares – QAcadêmico

Dos 31 alunos pesquisados, 24 (77,4%) foram aprovados sem dependência em nenhuma disciplina. Seis alunos (19,4%) foram aprovados com dependência, sendo que um aluno (3,2%) foi aprovado com dependência em uma disciplina não crítica e cinco alunos (16,1%) com dependência em apenas uma disciplina crítica. Apenas um aluno (3,2%) transferiu-se, tendo sido aprovado com dependência na disciplina de Desenvolvimento WEB do segundo ano técnico integrado ao ensino médio em Informática para Internet (Quadro 19).

Quadro 19 – Número de alunos não monitores em dependência por disciplina

Disciplinas	Alunos não monitores	%
Matemática I	2	28,6
Química I	1	14,3
Física II	1	14,3
Desenvolvimento WEB	2	28,6
Produção Animal II	1	14,3
Total	7	100

Fonte: Sistema de Registros Escolares – QAcadêmico

Entre os alunos que ficaram em dependência três (42,9%) cursavam o primeiro ano integrado ao ensino médio e quatro (57,2%) cursavam o segundo ano integrado ao ensino médio. O que indica que os alunos do primeiro ano, que eram maioria nas aulas de monitoria, conseguiram minimizar com mais êxito, a defasagem de conteúdo apresentada no início do ano de 2018.

Desses alunos que ficaram em dependência, quatro frequentaram as aulas de monitorias no primeiro e segundo semestre da disciplina em que não foram aprovados. Um frequentou apenas no primeiro semestre e dois frequentaram as monitorias apenas no primeiro semestre, em outra disciplina crítica.

No que diz respeito às disciplinas estudadas, quatro (40%) apresentaram índice de dependência (Matemática I, Química I, Física II e Desenvolvimento WEB). A disciplina de Produção Animal II só teve monitoria no primeiro semestre de 2018, sendo que o conteúdo ministrado é diferente no primeiro e segundo semestres e o aluno ficou em dependência no segundo semestre, quando não era ministrado monitoria.

Em relação aos monitores, como o objeto de estudo são os cursos técnicos integrados ao ensino médio, verificou-se a aprovação apenas desses alunos, e todos foram aprovados sem dependência, obtendo 100% de permanência e êxito.

A partir das respostas obtidas nota-se que a percepção dos alunos monitores e não monitores, professores e equipe pedagógica, em relação à monitoria, é positiva. Tomando com isso, os dados obtidos na pesquisa, nos quais os resultados finais obtidos pelos alunos monitores e não monitores pesquisados refletiram em 97,9% de permanência e 85,4% de êxito nas disciplinas críticas, confirma-se que a monitoria realmente atua, de forma eficiente e positiva, no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O referido programa ajuda a minimizar a defasagem na aprendizagem de conteúdos existentes entre os mesmos, devido a diversos fatores como, por exemplo, as diferenças em suas origens locais, sociais, econômicas e culturais, proporcionando a esses alunos um mínimo de chances perante a vida e o mundo do trabalho, e, conforme compreensão e formulação conceitual desenvolvida por Anastasiou e Alves (2006), a monitoria desencadeia um processo de construção de autonomia, controle e consciência para o sujeito e para o grupo.

De acordo com Cunha Júnior (2009, p. 24),

[...] na medida em que tem apoio dos monitores, o aluno não monitor diminui o nível de dependência e passa a realizar atividades por si só. É preciso salientar que os monitores necessitam ser preparados para o trabalho a ser desenvolvido. Ser monitor é um processo de aprendizagem e desenvolvimento bastante complexo.

Cavalheiro (2008) afirma que proporcionar ao aluno a oportunidade de trabalhar e interagir com seus colegas é um desafio. Por meio da cooperação, no cotidiano, pode-se criar um ambiente de ajuda mútua, respeito pelas diferenças e responsabilidade compartilhada podendo desenvolver habilidades sociais.

Os estudantes monitores tendem a se colocar no lugar dos outros e a resolver problemas que necessitam de cooperação para serem solucionados, além de passar a gostar mais de ir à escola e aprender, utilizando e aprimorando suas habilidades de comunicação e raciocínio. As atividades de monitoria se tornam estratégias pedagógicas apropriadas para fortalecer o companheirismo entre os colegas e a desenvolver a comunicação, o que se torna comum a todos com a troca de ideias entre os alunos. (CAVALEIRO, 2008, p. 47).

Assim, constata-se que a prática da monitoria como atividade de apoio pedagógico é uma ferramenta eficiente no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista os resultados obtidos na pesquisa, pois o programa refletiu na permanência e êxito dos alunos que frequentaram as aulas durante o ano de 2018, pois, além de obterem boas notas, tiveram a

oportunidade de adquirir novas formas de “ver” o conteúdo. Houve também reflexos, constatados por meio das respostas aos questionamentos, nas relações interpessoais e habilidades sociocomunicativas, tão necessárias à vida em sociedade e ao mundo do trabalho.

O estudo apresenta resultados que atestam a importância e os benefícios que a monitoria pode trazer aos discentes e docentes em relação ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a permanência o êxito escolar dos estudantes. Evidencia-se, pelos dados analisados, que na prática da monitoria, não é só o professor que ensina e produz o pensamento crítico, orientando os monitores, mas também os alunos monitores e não monitores que aprendem juntos, sistematizando diferentes pontos de vista. Essas considerações mostram a importância de discutir novas abordagens e formatos diferenciados e dinâmicos para facilitar a aplicação e eficácia dos Programas de Monitoria.

Nesse sentido, a partir da pesquisa foi desenvolvido e compartilhado, na página da internet do Campus Ceres, um produto educacional, a HQ: “A Importância da Monitoria”, que tornou a divulgação do Programa de Monitoria mais ampla e rápida. A HQ pode ser difundida em outros *campus* do IF Goiano e instituições, com a intenção de colaborar para a melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO 3

CONTRIBUIÇÕES

3.1 Artigo – O aperfeiçoamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres por meio de Histórias em Quadrinhos²²

O aperfeiçoamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres por meio de Histórias em Quadrinhos

The improvement of Federal Institute Goiano - Campus Ceres Monitoring Program through comics

Clécia Messias de Souza

*Especialista em Docência Universitária pela Faculdade de Ciência e Educação de Rubiataba (FACER)
Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos (IF Goiano – Campus Morrinhos)
E-mail: clecia.sousa@ifgoiano.edu.br*

José Carlos Moreira de Souza

*Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
Mestre em Ciências da Educação Agrícola pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano)
E-mail: jose.moreira@ifgoiano.edu.br*

Resumo: O objetivo deste estudo foi desenvolver uma História em Quadrinhos (HQ) como ferramenta educacional no intuito de aperfeiçoar o Programa de Monitorias do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. A monitoria como ferramenta pedagógica, na vida acadêmica dos discentes, tem sido estudada e discutida como formação unitária, tornando-os sujeitos ativos e colaborativos no processo de ensino-aprendizagem. O uso da HQ como estratégia, dinamiza a apresentação de temas diversos e se torna eficaz ao focar no público-alvo do Programa. A pesquisa se deu a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos a partir da aplicação de questionários e entrevistas aos estudantes, professores e equipe pedagógica do Campus Ceres. Os resultados indicaram a importância e a relevância dos Programas de Monitoria na dinamização do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, sua contribuição para a permanência e o êxito escolar. Assim, elaborou-se a HQ intitulada “A Importância da Monitoria” visando chamar a atenção de professores e estudantes para a participação no Programa de Monitoria, destacando as possibilidades de desenvolvimento pessoal dos discentes e atentando para os problemas que se apresentam no

²² Artigo devidamente submetido à Revista Prática Docente, vinculada à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso - Campus Confresa. Revista com Qualis B2 para a área de Ensino (Anexo G).

percurso. Esta HQ mostrou-se uma importante ferramenta pedagógica para a melhoria das monitorias do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

Palavras-chave: Monitoria; Produto educacional; História em quadrinhos; Ensino-aprendizagem.

Abstract: The objective of this study was to develop a Comics as educational tool to improve the Monitoring Program of Federal Institute Goiano - Campus Ceres. The monitoring as an educational tool in the students's academic life, has been studied and discussed as unitary formation, becoming the students active and colaborative subjects in the teaching-learning process. The use of comics as a strategy dynamize the presentation of many diversificate themes and become itself efficient for focusing in the program target public. The research was a quantitative and qualitative analysis of obtained data from questionaries and interviews applied to students, teachers and pedagogic staff of Campus Ceres. The results indicated the importance and relevance of the Monitoring Program by the dynamization of the teaching-learning process and, consenquently, its contibuition to the scholar success and permanence. Thus, a comics titled "The Importance of Monitoring" was elaborated seeking to call attention of teachers and students to participate in the monitoring program, highlighting the possibilities of personal development of students and paying attention to the problems that appearing through the way. This comics shown itself an important pedagogic tool to the improvement of monitoring program of Federal Institute Goiano - Campus Ceres.

Keywords: Monitoring; Educational product; Comics; Learning-teaching process.

1 Introdução

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada: A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar. A pesquisa teve como objetivo avaliar a eficiência do Programa de Monitoria, compreendendo o alcance dessa prática, que integra a proposta político-pedagógica da instituição, no processo de ensino.

O propósito desse texto é apresentar um Produto Educacional, em formato de História em Quadrinhos (HQ), elaborado a partir da pesquisa supracitada. Tal produto é exigência do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Trata-se de um Mestrado Profissional da área de Ensino, cuja intenção com sua elaboração é articular a teoria com a pesquisa, implementando-a como parte integrante do percurso formativo do profissional.

Os Produtos Educacionais são ferramentas que contribuem com as práticas pedagógicas e que devem ser divulgados e disponibilizados após a sua elaboração, tendo em vista que um de seus objetivos é que seu uso seja democratizado, “visando à melhoria do ensino na área específica” (MOREIRA, 2004, p. 134). Para Sousa (2015), o Produto Educacional é o resultado de um processo reflexivo e contextualizado.

Tal produto não é mera transposição didática de uma escola para a outra. Muito menos um material didático pronto para ser manipulado por professores e estudantes. Pelo contrário, é vivo, contem fluência, movimento e nunca está pronto e acabado porque representa a dinâmica das aulas [...] vivenciada pelos estudantes. (SOUSA, 2015, p. 05).

Assim, as HQs caracterizam-se como Produtos Educacionais, pois têm a intenção de influenciar a inserção de diferentes práticas que podem trazer contribuições positivas no processo de ensino-aprendizagem. De acordo Vergueiro (2004, p. 26), no caso dos quadrinhos, “pode-se dizer que o único limite para seu bom aproveitamento [...] é a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-los para atingir seus objetivos de ensino”.

2 Referencial teórico

2.1 A educação profissional integrada ao ensino médio como formação unitária

Um dos principais objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é alcançar a formação integral e unitária, para tanto, diversos autores como Frigotto (2012), Ramos (2007, 2012) e Ciavatta (2012), amparados pela proposta educacional de Gramsci, voltada para a emancipação da classe trabalhadora, sugerem superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, o que significaria focar o trabalho como princípio educativo, que na concepção de Gramsci (1981, p. 144 e ss. *apud* CIAVATTA, 2012, p. 84), “significa incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. (RAMOS, 2007, p. 02).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o ensino técnico integrado ao ensino médio é uma necessidade histórica e social, para a efetivação da educação tecnológica entre os filhos da classe dos trabalhadores. Nesse sentido, visando à formação integral do ser humano, os autores apontam essa possibilidade de integração entre formação geral e técnica no ensino médio como “condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 45).

Nessa perspectiva, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com o objetivo de minimizar a dualidade estrutural existente na educação brasileira e articular teoria e prática, consolidando a tríade ensino, pesquisa e extensão, recebem alunos de diversas origens e classes sociais, com intuito de oferecer essa formação integrada entre todas as dimensões da vida: cultura, ciência e trabalho, ou seja, uma formação para o exercício da vida produtiva. Pacheco (2011) afirma que o fazer pedagógico desses institutos tenta romper com um formato consagrado, fragmentado e secular de lidar com o conhecimento. É nesse sentido, que o IF Goiano coloca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 a 2023.

A relação do conhecimento com o mundo do trabalho representa condição indispensável para um ensino de qualidade, no qual os conteúdos trabalhados sejam contextualizados e tratados de forma integrada, levando a uma constante reflexão e intervenção na realidade atual. Essa relação oportuniza o rompimento da dicotomia entre a teoria e a prática e entre a formação técnica e a formação humana, objetivando uma formação integrada e integral. Dessa forma, a prática educativa deve promover o desenvolvimento do senso crítico do estudante em relação ao mundo e ao pleno exercício de sua cidadania, capacitando-o para as inovações tecnológicas. Essas premissas devem estar pautadas nos princípios da igualdade, solidariedade, equidade e sustentabilidade, que estão em consonância com os objetivos de melhorar as condições de vida da população, de criar mecanismos para uma melhor redistribuição de renda e de, conseqüentemente, primar por uma maior justiça social. Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, social, artística e cultural. (BRASIL, 2018, p. 64).

Muitos desses alunos que buscam educação nos Institutos Federais vêm de comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais, e de escolas públicas com ensino de baixa qualidade, tendo uma base de conhecimentos frágil. Desse modo, possuem diferenças de ordem social, cultural, econômica, política, religiosa entre outras, mas principalmente relacionadas às dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista sua formação no ensino fundamental.

Assim, é necessário questionar se esse objetivo proposto pelos Institutos Federais tem sido alcançado; como ocorre essa integração; se realmente há perspectiva de superação dessa dualidade; pois, como as diferenças entre os alunos que são recebidos por essas instituições são grandes, é imprescindível que as mesmas sejam reconhecidas e trabalhadas com intuito de minimizá-las. Nesse sentido, Kuenzer (2002) afirma que é necessário destacar o papel da escola pública na construção de uma proposta pedagógica que proporcione situações de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, na maior parte pauperizados economicamente, e, conseqüentemente, empobrecidos cultural e socialmente.

É essa nova compreensão que permitirá superar a profissionalização estreita, restrita à apropriação de modos de fazer para uma parcela da população condenada a *priori* à pobreza cultural, tida como irremediável em face da pobreza econômica, para a qual em princípio, qualquer esforço pedagógico será inútil. (KUENZER, 2002. p. 43).

Para tanto, é de suma importância que a instituição ofereça ferramentas pedagógicas de apoio a esses alunos, para que os mesmos tenham a oportunidade de recuperar os conteúdos em defasagem e acompanhar o desenvolvimento acadêmico alcançado pelos demais colegas de curso, bem como para ajudar os estudantes com perfil desinteressado, tentando, dessa forma, aumentar o índice de permanência e êxito escolar dos mesmos.

Nesse sentido, uma das possibilidades como ferramenta de apoio pedagógico extraclasse é a monitoria. Ela deve ser ministrada pelos alunos que estão em séries mais avançadas e têm, conseqüentemente, mais conhecimentos em determinadas disciplinas, além de possuírem maior facilidade de aprendizagem e capacidade de auxílio na construção do conhecimento.

2.2 A monitoria no processo de ensino-aprendizagem como ferramenta de apoio pedagógico

A monitoria está presente em grande parte dos Institutos Federais do país, sendo trabalhada paralelamente ao andamento dos cursos em sala de aula. Trata-se de uma ferramenta didático-pedagógica relevante na formação do cidadão apto para viver e produzir em sociedade, tendo em vista que a EPT não pode ser vista como simples qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas deve superar esse conceito e formar cidadãos emancipados, críticos, reflexivos, atuantes e transformadores da realidade social na qual estão inseridos e atuar no mundo do trabalho. Dessa forma, a realização de estudos relacionados à prática da monitoria é necessária para que discentes e docentes compreendam sua importância e benefícios, bem como para analisar o que pode ser passível de melhora no processo de ensino-aprendizagem.

Para Haag *et al.* (2008), a monitoria é uma atividade de apoio pedagógico ofertada aos alunos com interesse em aprofundar conteúdos, bem como solucionar dificuldades em relação à matéria trabalhada em sala de aula. Desse modo, a monitoria pode ser compreendida como oportunidade para os participantes aumentarem seus conhecimentos, sanarem dúvidas em atividades mais complicadas, revisarem conteúdos e principalmente estabelecerem relações importantes de mediação.

Nesse sentido, Frison e Moraes (2010), entendem a monitoria como uma estratégia de apoio ao ensino, na qual os alunos mais adiantados nos estudos ajudam nos processos de apropriação do conhecimento de seus colegas. Sendo que os monitores atuam como mediadores da aprendizagem com os alunos que apresentam dificuldades na compreensão dos conteúdos do currículo proposto.

Nas palavras de Jesus *et al.* (2012), a monitoria traz benefícios para professores, alunos monitores e não monitores.

Um aluno-monitor comprometido e consciente da função a ser desempenhada tende mostrar evolução em diversos aspectos, como por exemplo: aprofundamento no conteúdo da disciplina, melhora na linguagem e na comunicação com os pares, desenvolvimento de senso de responsabilidade, comprometimento, consciência coletiva, proatividade, dentre outros. Os alunos que podem usufruir da monitoria aprendem de forma mais interativa e dinâmica, desenvolvem o controle de seu próprio processo de aprendizagem [...], além de encontrarem um ambiente motivador para a sua aprendizagem, já que o ensino ocorre entre pares, [...]. O professor à frente de um programa de monitoria se beneficia na medida em que exerce um papel de liderança no projeto, coordenando as atividades propostas e adquirindo experiência a partir desta oportunidade, [...]. (JESUS *et al.*, 2012, p. 64-65).

Nesse contexto, a monitoria caracteriza-se como um espaço que estabelece relações sociais em que são construídos vínculos aluno-aluno e aluno-professor, que podem interferir diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, com o intuito de minimizar a defasagem no processo de ensino-aprendizagem e aumentar a permanência e o êxito escolar, as instituições de ensino tem procurado estabelecer medidas didático-pedagógicas, no sentido de mediar a apropriação de conhecimentos, de modo que o aluno seja ativo, crítico e participante desse processo.

Em vista disso, a monitoria, que coloca o aluno em uma posição participativa, colaborativa e atuante na relação ensino-aprendizagem, apresenta-se como uma possibilidade para tentar minimizar essa defasagem. Investigar como ocorre essa intervenção no processo de aprendizagem por meio do Programa de Monitoria é de suma importância, tendo em vista que esse programa pode influenciar no sucesso ou fracasso escolar do discente.

Nessa perspectiva, ressalta-se a experiência do IF Goiano – Campus Ceres, que oferece o Programa de Monitoria todos os anos, para os cursos técnicos integrados ao ensino médio e também para os cursos de graduação. O programa é dividido em duas categorias: remunerada e voluntária, e em ambas modalidades têm sido ofertadas vagas para monitores nas mais diversas disciplinas, principalmente naquelas em que existem maiores índices registrados de evasão e retenção em anos anteriores.

3 Metodologia

Para o presente artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, de natureza quantitativa e qualitativa, na modalidade exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2010),

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2010, p. 29).

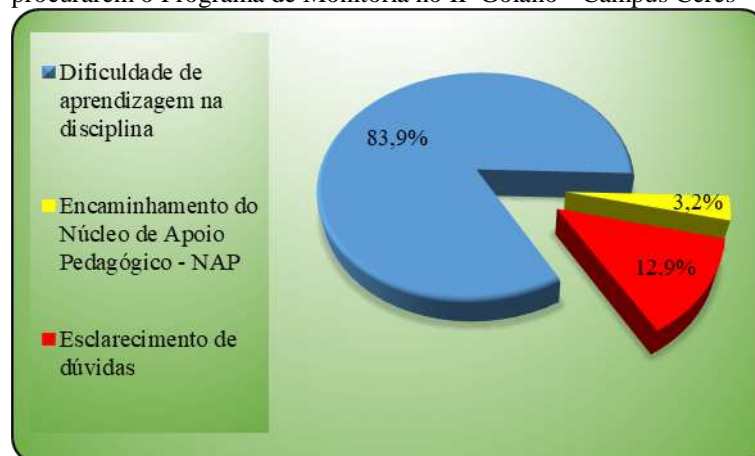
Visando o levantamento de dados referentes ao Programa de Monitoria desenvolvido no IF Goiano – Campus Ceres para elaborar o roteiro da HQ, utilizou-se dos resultados do trabalho intitulado: “A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar”. Este foi desenvolvido no âmbito do ProfEPT, de outubro de 2018 a maio de 2019, no qual foram obtidas respostas de 62 sujeitos, sendo 31 alunos não monitores, 17 alunos monitores, 10 professores orientadores e 04 membros da equipe pedagógica, a questionários e entrevistas com questões fechadas e abertas. Buscou-se identificar dentre outros aspectos, os avanços percebidos em relação à aprendizagem, às dificuldades encontradas no desenvolvimento da prática das atividades de monitoria e a orientação recebida pelos monitores por parte dos professores orientadores.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo foi submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012) e da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). Diante disso, ressalva-se que a pesquisa atendeu às exigências éticas e científicas, e não resultou em riscos ou desconforto algum aos participantes. Faz-se importante mencionar que a participação dos mesmos no estudo acarreta como benefício o aumento do conhecimento científico relacionado a essa temática para a área do Ensino.

4 Utilização de resultados da pesquisa na elaboração da História em Quadrinhos

Analisando as respostas obtidas, foi possível fazer algumas inferências acerca da prática da monitoria e sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem. No Gráfico 1 pode-se visualizar os principais motivos que levaram os alunos a procurarem o Programa de Monitoria (pergunta feita para alunos não monitores).

Gráfico 1: Principais motivos que levam alunos não monitores a procurarem o Programa de Monitoria no IF Goiano - Campus Ceres



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

Os respondentes, em sua maioria, 83,9%, afirmaram que o principal motivo foi a “dificuldade de aprendizagem na disciplina”, 12,9% deles afirmaram ser o “esclarecimento de dúvidas” e 3,2% responderam que foram “encaminhados pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

Quando perguntados se achavam que a monitoria contribui para a aprendizagem dos alunos, todos os alunos não monitores responderam que “Sim”, justificando sua resposta, conforme as falas a seguir: “Sim, pois na monitoria pode focar onde se tem mais dificuldade e a maneira de que um aluno explica para o outro pode facilitar o aprendizado”; “Sim, pois através da monitoria as dúvidas nas disciplinas que não foram esclarecidas em sala de aula serão retiradas por alunos que podem estabelecer uma conversa que haja mais esclarecimento para os alunos que possuem dificuldades”; “Sim, pois ajuda o aluno a lembrar aquela matéria que teve dificuldade e, explicar de outra forma até sendo uma forma mais fácil.”; “Sim, pois é uma forma prática de ajudar os alunos, às vezes o aluno compreende melhor a linguagem do monitor do que do professor, além de ser uma forma de esclarecer dúvidas que surgem no decorrer dos estudos, mais fácil que conversar com o professor”; “Sim, acho a monitoria super importante pois além de dar uma reforçada no que o professor passa, tira alguma dúvida que o aluno(a) tinha na sala de aula e etc.” (ALUNO 01; ALUNO 06; ALUNO 18; ALUNO 25 e ALUNO 29).

Os alunos monitores também responderam que “Sim” a esta pergunta, justificando suas respostas da seguinte forma: “Vários possuíam dificuldades em aplicar regras básicas de raciocínio lógico matemático à disciplina”; “Ficou bem notável o desenvolvimento dos alunos que participaram da monitoria durante o semestre”; “Pois no instante que um aluno se dirige à alguma monitoria, ela se esforça e nesse momento, esse esforço promove um aprendizado

mais real e concreto”; “Pois através da monitoria os alunos podem esclarecer as dúvidas que na maioria das vezes não são esclarecidas em sala de aula. Além disso, os estudantes tem a oportunidade de obter maior conhecimento em temas específicos”; “Visto que a maioria dos alunos que frequentavam a monitoria tiveram bons resultados nas provas da disciplina monitorada” (MONITOR 02, MONITOR 07, MONITOR 09, MONITOR 11 e MONITOR 14).

Ao analisar as monitorias/disciplinas que os alunos frequentaram no primeiro e segundo semestre de 2018, verifica-se que a área de exatas teve maior procura, sendo que as disciplinas de Matemática, Física e Química do primeiro ano, entre as disciplinas do núcleo comum, foram mais procuradas, o que evidencia a base frágil de conhecimentos adquirida no ensino fundamental (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de frequência dos alunos do IF Goiano - Campus Ceres nas Monitorias/Disciplinas ofertadas no primeiro semestre de 2018.



Estão relacionadas todas as disciplinas/monitorias do núcleo comum. Das disciplinas/monitorias da parte específica, estão relacionadas somente as disciplinas críticas estudadas na pesquisa.

Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

A partir das respostas obtidas, nota-se que a percepção dos alunos em relação à monitoria é positiva e que realmente ela influencia, de forma favorável, no processo de ensino-aprendizagem. Ela os ajuda a minimizar a defasagem na aprendizagem de conteúdos existentes entre os mesmos devido às diferenças em suas origens locais, sociais, econômicas e culturais, proporcionando-os um mínimo de chances perante a vida e o mundo do trabalho.

De acordo com Cunha Júnior (2009, p. 24),

[...] na medida em que tem apoio dos monitores, o aluno não monitor diminui o nível de dependência e passa a realizar atividades por si só. É preciso salientar que

os monitores necessitam ser preparados para o trabalho a ser desenvolvido. Ser monitor é um processo de aprendizagem e desenvolvimento bastante complexo.

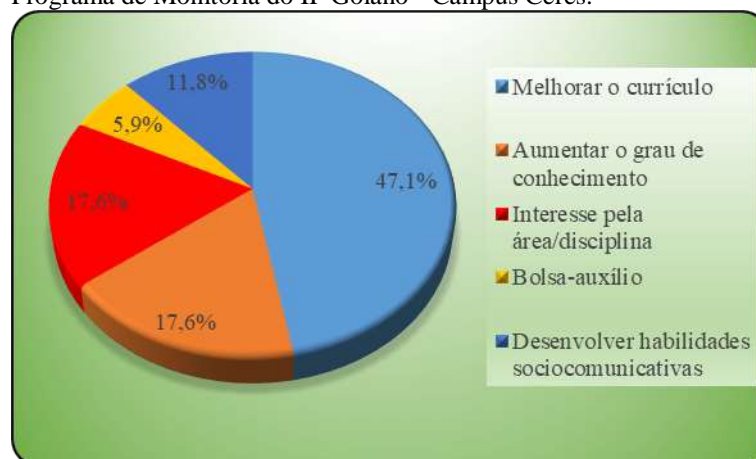
Cavalheiro (2008) afirma que proporcionar ao aluno a oportunidade de trabalhar e interagir com seus colegas é um desafio. Por meio da cooperação, no cotidiano, pode-se criar um ambiente de ajuda mútua, respeito pelas diferenças e responsabilidade compartilhada podendo desenvolver habilidades sociais.

Os estudantes monitores tendem a se colocar no lugar dos outros e a resolver problemas que necessitam de cooperação para serem solucionados, além de passar a gostar mais de ir à escola e aprender, utilizando e aprimorando suas habilidades de comunicação e raciocínio. As atividades de monitoria se tornam estratégias pedagógicas apropriadas para fortalecer o companheirismo entre os colegas e a desenvolver a comunicação, o que se torna comum a todos com a troca de ideias entre os alunos. (CAVALEIRO, 2008, p. 47).

Os dados da pesquisa também revelaram informações acerca da orientação realizada pelos professores e obteve-se os seguintes resultados: 47,05% dos professores orientadores “sempre” programam as atividades de monitoria junto com os monitores, 47,05% programam essas atividades “apenas em alguns momentos” e 5,9% “nunca” programam.

Outro fator pesquisado entre alunos monitores e que deve ser considerado, pois tem implicações no desempenho de suas atividades, se refere a qual o principal motivo que os levou a se inscreverem no Programa de Monitoria, cujas respostas seguem apresentadas no Gráfico 3.

Gráfico 3: Principais motivos para os monitores se inscreverem no Programa de Monitoria do IF Goiano - Campus Ceres.



Fonte: Tabulação de dados pela autora.

Conforme se infere dos dados analisados, pondera-se, aqui, que a maioria dos monitores, o equivalente a 47,1%, se inscreveu no Programa de Monitoria com a intenção de

melhorar o currículo, enquanto 17,6% se inscreveram com o objetivo de aumentar o grau de conhecimento e por interesse pela área/disciplina, 11,8% para desenvolver habilidades sociocomunicativas e apenas 5,9% por interesse na bolsa-auxílio. Nesse mesmo diapasão, os alunos foram solicitados a avaliar os eventuais impactos que a experiência como monitor possa exercer em sua carreira/atividade profissional. As respostas obtidas estão expostas no Gráfico 4.

Gráfico 4: Eventuais impactos na carreira/atividade profissional ocasionados pela atividade de monitoria do IF Goiano - Campus Ceres.



Fonte: Tabulação de dados realizada pela autora.

De acordo com as respostas obtidas, fica claro que para a maioria, 58,8% dos monitores, a prática da monitoria proporciona uma melhora nas características pessoais, principalmente na comunicação, requisitadas pelo mundo do trabalho. Para 17,6% vai muito além da troca de conhecimentos e de experiências e 11,8% consideraram que a experiência despertou a vocação para atuar como professor e que também pode influenciar na escolha de cursos de graduação e pós-graduação, entre outros. Esses dados evidenciam que, por meio dessa ferramenta pedagógica, tanto o desejo para ser docente, devido às práticas utilizadas na monitoria, quanto para realizar o estágio obrigatório e seguir carreira profissional em áreas correlatas, em razão do aprofundamento dos estudos nas disciplinas específicas dos cursos técnicos, podem ser potencializadas no Programa de Monitoria.

Analisa-se, assim, a monitoria como uma forma de tentar minimizar a dualidade existente na educação profissional, pois, de acordo com Kuenzer (2002), o ensino médio é mediação necessária para o mundo do trabalho, por meio da síntese entre ciência trabalho e cultura, não sendo possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

Nesse sentido, faz-se necessária a superação da ruptura que existe historicamente entre uma escola que ensine a pensar e a apropriar-se do conhecimento produzido e acumulado

histórica e socialmente, e uma escola que ensine a fazer, por meio da memorização de procedimentos e desenvolvimento de habilidades. Assim, com os dados da pesquisa, iniciou-se o desenvolvimento do Produto Educacional, com a intenção de auxiliar o Programa de Monitoria a melhorar sua atuação no processo de construção colaborativa de conhecimento.

4.1 O processo de criação da História em Quadrinhos como Produto Educacional

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a ênfase dos cursos de Mestrados Profissionais da área de Ensino deve ser na aplicação do conhecimento e no desenvolvimento dos produtos educacionais. O Documento de Área – Ensino (BRASIL, 2013), diz que,

O Mestrado Profissional destaca a produção técnica/tecnológica na área de Ensino, entendida como produtos ou processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. (BRASIL, 2013, p. 27).

O mesmo documento enquadra como “material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, história em quadrinhos e similares).” (BRASIL, 2013, p. 27). Com a intenção de divulgar resultados da pesquisa, explicar como a monitoria funciona, seus objetivos, contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, ampliar a participação de docentes e discentes no programa, tentando aumentar a permanência e o êxito escolar, o Produto Educacional desenvolvido foi uma HQ, classificado pela CAPES, como material textual.

A opção pelo desenvolvimento no formato em HQ se deve ao fato de que o mesmo possui uma linguagem mais próxima do público-alvo, que em sua maioria são os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Concorda-se com Mendonça (2007), quando afirma que o reconhecimento e a utilização dos quadrinhos como ferramenta pedagógica parece impor-se como necessidade, numa época em que a imagem e a palavra, cada vez mais, associam-se para a produção de sentido nos diversos contextos comunicativos. No mesmo sentido Kaplúm (2003, p. 54), afirma que é “preciso animar-se a romper moldes para que a mensagem educativa não seja, uma vez mais, equivalente a um sermão impresso, ou a uma chatice audiovisual. Tudo isso sempre girando em torno ao nosso eixo pedagógico”.

Ainda de acordo com Kaplúm (2003), o processo para a criação de um material educacional se divide em três fases: a criação, produto, e o uso posterior. O material precisa ter importância e acrescentar algo para o público que irá atingir, caso contrário, será deixado

de lado. Nesse sentido, os eixos elencados por ele auxiliam na produção de um material educativo:

- Eixo Conceitual: é preciso conhecer os conceitos, ler autores importantes sobre o tema e escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material.

- Eixo Pedagógico: expressa o caminho que convidamos o sujeito a percorrer, quem ele é, e onde está antes de começar.

- Eixo Comunicacional: está relacionado ao formato, diagramação e linguagem utilizada na confecção do material educativo.

Para o desenvolvimento do Produto Educacional foram observados os aspectos elencados por Kaplúm (2003), e com base nas respostas dos sujeitos pesquisados foi elaborado previamente um roteiro para a criação da HQ com o intuito de chamar a atenção de docentes e discentes para as possibilidades e também para os problemas que se apresentam no Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres.

Com relação a cenário e caracterização de personagens em HQs, Carvalho (2006) ressalta que,

Uma boa HQ traz em suas páginas personagens muito bem elaborados. Além de os textos exigirem concisão, os personagens precisam ser representados de maneira adequada ao que devem representar (tanto nas vestimentas quanto nas características físicas), falar de forma convincente. Por esse motivo, a oralidade é (e precisa ser) bastante respeitada para que um personagem seja convincente [...]. (CARVALHO, 2006, p. 91).

Levando esses fatores em consideração, na elaboração do produto, atentou-se para diversidade sociocultural e racial dos alunos da instituição. Assim, foi criado um ambiente familiar para os alunos e utilizando-se de uma linguagem próxima a empregada no dia a dia por eles, de modo que se identificassem na história, despertando, desse modo, o interesse pela leitura.

Segundo Oliveira *et al.* (2007), personagens conhecidos do público inspiram sentimentos como confiança e aceitação de ideias; são, portanto, uma via hábil para a construção de materiais educativos, posto que também geram no público a sensação de identificação e transferência de responsabilidades, afinal, os artifícios visuais são poderosos veículos de comunicação sobre valores sociais e morais, compondo um código socialmente aceito e compreendido.

De acordo com Rebolho, Casarotto e João (2009, p. 49), “A facilidade com que a história em quadrinhos comunica conhecimentos científicos está relacionada ao fato de que

ela transmite informações de forma atrativa, divertida e facilita a memorização de conceitos”. Dessa forma, ressalta-se que de maneira mais lúdica os docentes, discentes, bem como a equipe pedagógica da instituição, podem ter uma percepção melhor de como o Programa de Monitoria funciona e também apresentarem sugestões para que o mesmo possa ser mais eficiente com a finalidade de obter sucesso no processo de ensino-aprendizagem e aumentar a permanência e o êxito escolar.

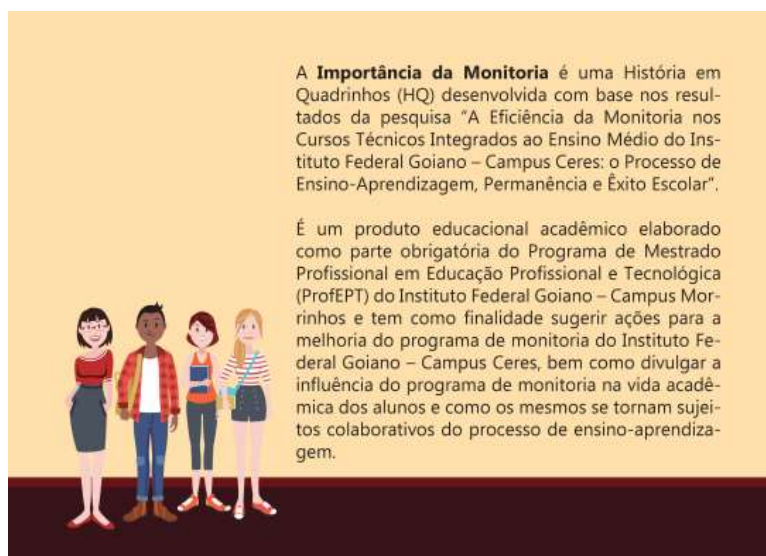
Segue abaixo tela inicial, tela explicativa e uma das telas com falas dos personagens, todas constantes na HQ produzida.

Figura 01: Tela inicial da História em Quadrinhos



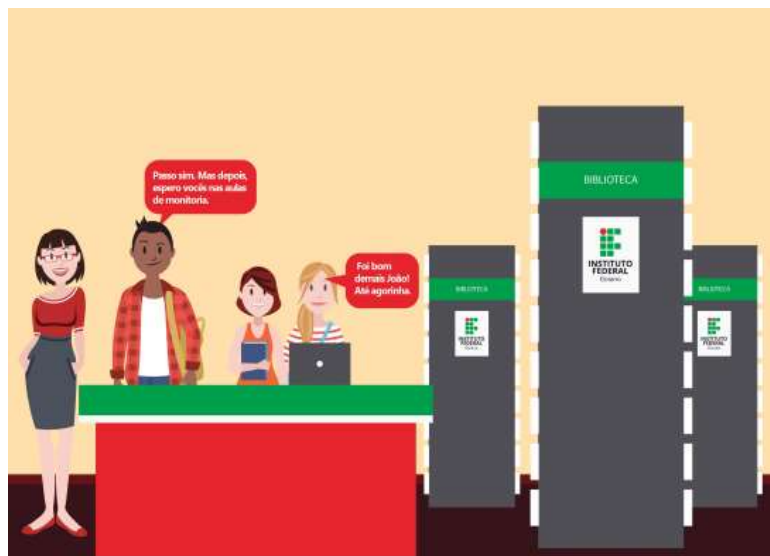
Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela própria autora.

Figura 02: Tela explicativa da História em Quadrinhos



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela própria autora.

Figura 03: Tela com falas dos personagens da História em Quadrinhos



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela própria autora.

Após a elaboração do roteiro e a criação da HQ, observou-se o estudo de Amiel (2014), em relação ao último passo, após criar um Recurso Educacional, qual seja, compartilhar. Para esse autor é preciso criar, relacionar e compartilhar para então completar o círculo virtuoso da criação. “O último passo, compartilhar, é o menos comum e mais trabalhoso. Somente com o compartilhamento desses recursos é que conseguimos fechar o círculo virtuoso da criação” (AMIEL, 2014, p. 199).

Nesse sentido, concorda-se com o autor, pois, com o compartilhamento da HQ, o Programa de Monitoria teve uma divulgação mais ampla e rápida, podendo ser difundido em outros *campus* do IF Goiano e instituições, com a intenção de colaborar para a melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

O Produto Educacional foi desenvolvido em formato de HQ e disponibilizado na forma digital, pois, dentre outras vantagens, um material digital pode ser lido por mais de uma pessoa de uma vez sem custos monetários e pode ser compartilhado de maneira mais rápida entre outras. Assim, desde o processo seletivo para monitores do primeiro semestre de 2019, a HQ: “A Importância da Monitoria”, está acessível na íntegra, por meio do link, https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_Ensino/Monitoria/2019/Orientacoes_importancia/Quadrinhos---Clcia.pdf, na página da internet do IF Goiano – Campus Ceres. Nesse ambiente, a HQ pode ser visualizada e compartilhada por inúmeras pessoas, entre docentes, discentes e público externo. Ela também será disponibilizada no repositório do IF Goiano e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

No que se refere a direitos autorais a HQ, utiliza uma licença Creative Commons, do tipo CC BY-NC-ND, que permite que outros façam download da HQ, compartilhem a mesma, porém o crédito deve ser atribuído à autora, não podendo alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.

4.2 Avaliação e validação da História em Quadrinhos

Para realizar a avaliação produto e validar o uso do mesmo, fez-se uma pesquisa por meio de questionário enviado para os e-mails de alunos monitores e não monitores, professores orientadores das disciplinas ofertadas pela monitoria e membros da equipe pedagógica do IF Goiano – Campus Ceres, no período de maio/junho de 2018.

Por meio de um questionário (Apêndice I) com oito questões fechadas e uma questão aberta, foi realizada a avaliação da aplicabilidade do referido Produto Educacional, e conforme Leite (2018), foi elaborado a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação, buscando avaliar a estética, organização, estilo da escrita, conteúdo, proposta didática e criticidade apresentados no material educativo. Foram obtidas 42 respostas entre os 617 questionários enviados. Entre os respondentes 47,6% (20) são alunos não monitores, 21,4% (09) são monitores, 19% (08) são professores orientadores e 11,9% (05) são membros da equipe pedagógica.

De acordo com as respostas obtidas, na opinião da maioria dos alunos monitores (55,6%) e dos alunos que frequentaram as aulas de monitoria (78,9%) a HQ estimulou a participação dos mesmos no Programa de Monitoria. Inclusive, dos 20 alunos não monitores que responderam ao questionário, 55% deles (11 alunos) acessaram, leram a HQ e posteriormente, frequentaram a monitoria no ano de 2019.

Quanto aos professores orientadores, 62,5% afirmaram que a proposta trazida pela HQ os estimularam a encaminhar alunos com defasagem na aprendizagem em suas disciplinas para participarem das aulas de monitoria, 25% disseram que não estimulou e 12,5% não acessaram a HQ.

Quando perguntados alunos, professores e membros da equipe pedagógica se a utilização da HQ pode contribuir para impulsionar alunos monitores, alunos não monitores e professores orientadores a participarem com responsabilidade e dedicação do Programa de Monitoria aplicado no IF Goiano – Campus Ceres, contribuindo, assim para aperfeiçoamento do referido programa, 73,8% dos respondentes concordaram plenamente que sim, 11,9% concordaram parcialmente, 9,5% não concordaram nem discordaram, 2,4% discordaram parcialmente e 2,4% não acessaram a HQ.

Quanto à estética e ao aspecto visual, 31% considerou o produto excelente, 35,7% muito bom, 19% bom, 7,1% razoável e 7,1% não acessaram a HQ. Na opinião do Entrevistado 31 “A história em quadrinhos está em ótimo formato, foi feita com clareza e de entendimento fácil.”. Para o Entrevistado 28 “a ilustração e a história, e a monitoria é bem isso mesmo, quando levada a sério realmente tem aumentado o desempenho dos alunos.”

E, no que se refere a clareza de ideias e estilo de escrita, 69% dos respondentes concordaram plenamente que a HQ facilita a leitura e o entendimento pelos usuários, 21,4% concordaram parcialmente, 7,1% não acessaram a HQ e 2,4% discordaram parcialmente. Para o Entrevistado 06 a HQ tem uma “Escrita bem didática e explica com clareza o programa de monitoria.”

Para o membro da equipe pedagógica (Entrevistado 03) a HQ ajudará, com certeza, no aperfeiçoamento do programa, pois esclarece e reforça pontos importantes, que devem ser considerados por todos os professores e alunos.

Após a etapa de avaliação e validação do produto educacional, foi possível perceber que a proposta de trazer inovações, por meio da HQ, que pudessem contribuir para a divulgação, o conhecimento e o aperfeiçoamento do Programa de Monitoria, foi relevante para o IF Goiano – Campus Ceres, pois após ser amplamente divulgado e compartilhado antes do edital referente ao ano de 2019, a HQ conseguiu alcançar e estimular discentes e docentes a participarem com responsabilidade e empenho do Programa de Monitoria, e assim contribuir para melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

5 Considerações finais

O ensino-aprendizagem é referido como um processo no qual deve haver diálogo, e onde docentes e discentes aprendem mutuamente, rompendo os paradigmas tradicionais de repasse unilateral e vertical de conteúdo. Como referenciado, a monitoria destaca-se como propulsora e fortalecedora de tal processo. Dessa forma, por meio dos resultados obtidos e analisados buscou-se aperfeiçoar esse projeto de monitoria com a elaboração de uma HQ abordando o tema. Tal estratégia se mostra eficaz pois, dinamiza a apresentação de temas relevantes, uma vez que as HQs são mais atrativas para o público jovem, sujeitos da pesquisa.

Por ser uma ferramenta ainda pouco explorada de forma reflexiva, sendo a literatura a respeito do papel da monitoria limitada ou de difícil acesso, mesmo em acervos eletrônicos, é de grande relevância a realização de estudos relacionados a ela para mostrar os benefícios que a monitoria pode trazer, a compreensão dos discentes e docentes em relação a sua importância

e benefícios, bem como para analisar o que pode ser passível de melhora no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo assim para a permanência o êxito escolar dos estudantes.

Percebe-se que os envolvidos no Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres apresentam desempenhos positivos, são mais autônomos e comprometidos em relação à sua aprendizagem. Os dados analisados indicam que, na atividade de monitoria, não só o professor que ensina e produz o pensamento crítico, orientando os monitores, mas também os alunos monitores e não monitores que aprendem juntos, sistematizando diferentes pontos de vista. Essas considerações mostram a importância de discutir novas abordagens e formatos diferenciados e dinâmicos para facilitar a aplicação e eficácia dos Programas de Monitoria.

Referências

AMIEL, Tel. Recursos Educacionais Abertos: uma análise a partir do livro didático de história. **Revista História Hoje**. São Paulo, v.3, n.5, p. 189-205, 2014.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville-SC: UNIVILLE, 2006. p. 67-100.

BRASIL. Capes. **Documento de Área – Ensino**. 2013. Disponível em: https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensino_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf . Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Goiânia, GO: Instituto Federal Goiano, 2018. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf. Acesso: em 24 mai. 2019.

BRASIL. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 23 mai. 2018.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 25 jun. 2019.

CAVALHEIRO, Patrícia da Silva. **Monitoria como Estratégia Pedagógica para o Ensino de Ciências no Nível Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n.º 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; MORAES, Márcia Amaral Corrêa de. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Revista Poiesis Pedagógica**, Goiás: UFG, v. 8, n. 2, p. 144-158, ago./dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAAG, Guadalupe Scarparo; KOLLING, Vanessa; SILVA, Elisete; MELO, Silvana Cláudia Bastos; PINHEIRO, Monalisa. Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, p. 215–220, mar-abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a11v61n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

JESUS, Daniele Maria Oliveira de; MANCEBO, Rafael Cuba; PINTO, Fernando Igor Pinho; BARROS, Giovanni Victor Evangelista. Programas de monitorias: um estudo de caso em uma IFES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 61-68, out./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11109>. Acesso em: 17 out. 2017.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**. São Paulo, v. 27, p. 46-60, mai./ago. 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 7, 2018, Fortaleza. **Anais[...]** Fortaleza: UNIFOR, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MOREIRA, Marco Antônio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, n. 1, p. 131-142, 2004.

OLIVEIRA, Vânia Lúcia Bezerra. *et al.* Modelo explicativo popular e profissional das mensagens de cartazes utilizados nas campanhas de saúde. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 16 n. 2, p. 287-293, abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072007000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 jul. 2019.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. p. 05-12.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino médio integrado**. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

REBOLHO, Marilia Christina Tenorio; CASAROTTO, Raquel Aparecida; JOÃO, Silvia Maria Amado. Estratégias para ensino de hábitos posturais em crianças: história em quadrinhos *versus* experiência prática. **Fisioterapia e Pesquisa**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46-51, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/download/12124/13901/0>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SOUSA, Maria do Carmo. **Produtos educacionais de Matemática elaborados por professores da Educação Básica no âmbito do NIPEM**. Disponível em: http://www.enrede.ufscar.br/participantes_arquivos/E3_Sousa_TA.pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.

VERGUEIRO, Valdomiro. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitoria constitui uma ferramenta de apoio didático no processo de ensino, que contribui para a aprendizagem dos alunos. Essa atividade consiste no envolvimento de professores e alunos. O papel do professor como orientador é de fundamental importância, pois cabe a ele dar o suporte pedagógico necessário aos alunos, incentivando-os e orientando-os na participação nessa atividade. Os alunos participam, como monitores, desempenhando uma função mediadora da aprendizagem.

Nessa interação aos alunos não monitores, de acordo com Cunha Júnior (2009), é desejável que aprendam a utilizar os instrumentos que são compartilhados e passem a usá-los em outras situações fora do contexto, o que revelaria uma mudança de totalidade e não apenas uma apropriação de conteúdo. Assim, a atividade de monitoria, como uma função mediadora da aprendizagem, se torna importante e necessária em uma instituição de ensino que pretenda trabalhar na perspectiva de uma proposta educacional de formação humana integral.

O Programa de Monitoria implantado no IF Goiano – Campus Ceres tem a finalidade de ofertar aos alunos da instituição as disciplinas que apresentam maiores índices de evasão ou retenção em anos anteriores, assim como outras que a comissão de monitoria junto aos coordenadores dos cursos e equipe pedagógica julgarem necessárias, visando auxiliar os estudantes em suas dificuldades na aprendizagem.

Nesse sentido, a monitoria tem se apresentado aos alunos dos cursos técnicos em Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente integrados ao ensino médio como atividade extraclasse, na qual os alunos de séries mais adiantadas têm contribuído com a aprendizagem de alunos de séries anteriores. As aulas ocorrem nos horários livres e comuns dos alunos monitores e não monitores, o que leva a duas das dificuldades detectadas na pesquisa: os fatores tempo e local. Por atender aos três cursos que têm poucos horários vagos e dada a dificuldade em coordenar esses horários com os das aulas de monitoria, sugere-se que, nas disciplinas críticas tenham-se mais monitores, para que possam ser realizados atendimentos em diferentes horários.

A maior parte das monitorias acontece no horário do almoço e durante toda a semana, no entanto, a demanda mostrou-se menor nesse período, sendo intensificada na véspera de provas. Dessa forma, é necessário que seja trabalhado com esses alunos, de forma efetiva, a importância em se procurar a monitoria logo que as dúvidas surgirem e não apenas em época

de provas. Um ponto relevante, acerca dessa dificuldade, é sobre a importância dada a avaliação, que não deve ser vista de forma tradicional e quantitativa, ficando reduzida a um processo de seleção e não de formação, principalmente em uma instituição que tem o compromisso de formar profissionais emancipados e críticos.

No que se refere às disciplinas, dentre as estudadas, selecionadas e consideradas como críticas, praticamente todas estão na área de exatas, atendendo aos alunos das três séries. No entanto, a frequência às aulas de monitoria é maior por parte dos alunos dos primeiros anos, prevalecendo o sexo masculino, o que indica que muitos estudantes ingressam na instituição com uma defasagem de aprendizagem, seja por motivo social, econômico, cultural, entre outros. Nesse contexto, cabe ao IF Goiano – Campus Ceres cumprir seu papel social junto à comunidade, mantendo, melhorando e ampliando suas políticas pedagógicas e de auxílio, principalmente aos estudantes em situação de vulnerabilidade, de modo que “se possa avançar na construção teórico-prática, nos espaços da contradição, de uma pedagogia de fato comprometida com a emancipação humana” (KUENZER, 2005, p. 79), para que essa parcela da população deixe de ser excluída.

Entre os participantes da pesquisa, os alunos dos 3^{os} anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, são maioria na função de monitores. Avalia-se que esses alunos exercem funções equiparadas à liderança, o que representa uma experiência muito significativa para eles, pois enriquece as relações interpessoais que são importantes, quer decidam por um futuro acadêmico ou profissional. Na pesquisa, a maioria dos monitores responderam que durante a monitoria mais aprenderam do que ensinaram, destacando melhora no domínio de conteúdo, no método de ensinar, no relacionamento interpessoal e na forma de se expressarem e, relataram, ainda, que desenvolveram a atividade principalmente, para melhorar o currículo, ficando empatado, em segundo lugar o aumento do grau de conhecimento e o interesse pela área ou disciplina, e, em último lugar apareceu o interesse econômico.

Para esses estudantes, a prática da monitoria proporciona um aperfeiçoamento na comunicação, superando a timidez ou melhorando outras características pessoais que são requisitadas pelo atual mundo do trabalho. Alguns consideraram que a mesma despertou, ainda, a vocação para atuar como docente e pode influenciar em sua vida acadêmica, ajudando na escolha de cursos. Esses dados evidenciam que, por meio dessa ferramenta pedagógica, tanto o desejo para ser professor, devido às atividades realizadas na monitoria, quanto para realizar o estágio obrigatório e seguir carreira profissional em áreas correlatas,

devido ao aprofundamento dos estudos nas disciplinas específicas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, podem ser potencializadas no Programa de Monitoria.

Analisa-se, assim, a monitoria como uma forma de tentar minimizar a dualidade existente na educação profissional, pois, junto com a proposta de aprendizagem, em prol da emancipação dos alunos dos Institutos Federais, o Programa de Monitoria atua de forma inclusiva, o que oportuniza àqueles que não tiveram uma base satisfatória de aprendizagem no ensino fundamental, a possibilidade de recuperar os conteúdos em defasagem, bem como proporciona experiências práticas, aos alunos monitores, o que pode ajudá-los a definir os rumos de sua carreira profissional.

O trabalho do NAP, realizado junto ao Programa de Monitoria, acontece identificando as demandas dos alunos com baixo rendimento, e realizando o encaminhamento e o posterior acompanhamento da recuperação ou não do aluno, assim como as medidas necessárias. No entanto, mesmo sabendo da dificuldade com o número de servidores que a maioria das instituições públicas enfrenta, sugere-se um acompanhamento mais assíduo dos alunos com defasagem, tendo em vista o mesmo ser realizado bimestralmente.

Apesar da avaliação positiva do Programa de Monitoria, é necessário o comprometimento mais efetivo por parte de alguns professores orientadores, no sentido de incentivar o interesse e avaliar a capacidade dos monitores de suas disciplinas, bem como de auxiliá-los para que a atividade possa ser desempenhada de forma planejada e reflexiva.

A principal dificuldade encontrada pelos monitores foi a falta de interesse dos alunos em frequentar as aulas de monitoria. Os alunos colocaram como uma das dificuldades a divulgação do programa. Nesse sentido a pesquisadora desenvolveu seu Produto Educacional, a HQ “A Importância da Monitoria”, trazendo os principais informativos sobre o programa e também os dados da presente pesquisa, que está disponível na página no IF Goiano – Campus Ceres, desde o início do ano letivo, quando do processo seletivo para monitores, com a intenção de melhor esclarecer os candidatos a monitoria, bem como influenciar os alunos com defasagem de aprendizagem a frequentarem às aulas.

O principal motivo que leva os alunos não monitores a procurarem a monitoria é a dificuldade de aprendizagem na disciplina. Na pesquisa, os alunos avaliaram positivamente a monitoria na contribuição em sua aprendizagem, dizendo que a monitoria contribui para sua aprendizagem, pela acessibilidade e a pela forma dos monitores esclarecerem as dúvidas e reforçarem o conteúdo ministrado em aula pelos professores. Ressaltaram, principalmente, que a linguagem utilizada pelo monitor facilita o aprendizado.

Em seu resultado, a pesquisa revelou que realmente o programa contribui para a aprendizagem dos alunos, no qual entre os alunos que participaram das aulas, responderam à pesquisa e apresentavam defasagem de conteúdos em disciplinas críticas, 77,4% foram aprovados sem dependência. Quando tomamos a totalidade dos alunos pesquisados (monitores e não monitores) os índices são mais positivos ainda, pois a monitoria refletiu na permanência de 97,9% e no êxito de 85,4% dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Célia de; MASETTO, Marcos Tarciso. **O professor universitário em sala de aula**. São Paulo: Associados, 1989.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”**. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/ANALISE-CRITICA-BM-2017.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

AMORIM, Rodrigo de Freitas. Educação Profissional e Formação Integrada do Trabalhador na Legislação Brasileira: Avanços, Retrocessos e Desafios. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica (RBEPT)**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 10, p. 12-21. 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3504>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville-SC: UNIVILLE, 2006. p. 67-100.

ANDRADE, Erlon Gabriel Rego de; RODRIGUES, Ivaneide Leal Ataíde; NOGUEIRA, Laura Maria Vidal; SOUZA, Dilma Fagundes. Contribuição da monitoria acadêmica para o processo ensino-aprendizagem na graduação em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet], v. 71, p. 1690-1698, 2018. (Edição Temática Educação e Ensino em Enfermagem). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0736>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ASSIS, Mercia Ferreira de. **A permanência e o êxito escolar dos estudantes: um estudo de caso do curso técnico em enfermagem da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 62-77.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
BASTOS, Oliver Guimarães Armando; GOMES, CARLOS Francisco Simões. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10, 2014. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0019_0.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

BEYER, Hugo Otto. O método Reuven Feuerstein: uma abordagem para o atendimento psicopedagógico de indivíduos com dificuldades de aprendizagem, portadores ou não de necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, SP, v. II, n. 4, p. 79-89, 1996.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (e-book)

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. **Censo da educação básica: 2012**. Resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, [2012a]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1997a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1909]. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8670.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – MEC-SETEC**. Brasília, DF: 2014a. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. **Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950.** Brasília, DF: Presidência da República, [1950]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Brasília, DF: Presidência da República, [1959]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3552.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Brasília, DF: Presidência da República, [1961]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIs/L5692.htm . Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Brasília, DF: Presidência da República, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7044.htm . Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro 1994.** Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei nº. 9.394 de 1996.** Brasília, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Goiânia, GO: 2018. Instituto Federal Goiano. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf. Acesso em: 24 mai. 2019.

_____. **Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Brasília, DF: 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em: 31 mai. 2019.

_____. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, de 22 de novembro de 2013.** Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/portaria-no-39-de-22-de-novembro-de-2013-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica-comentada-por-wille-muriel>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: TCU/Seprog, junho de 2012b.

Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2012c. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. **Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Resolução nº 027/2014 de 25 de abril de 2014**. Aprova Alterações na Política de Assistência Estudantil do IF Goiano. Goiânia/GO: Instituto Federal Goiano, 2014b.

Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CMPCBE/Doc_Ensino/Alteraes-na-Poltica-de-Assistncia-Estudantil-do-IF-Goiano_Res-027_20142.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

_____. **Resolução nº 070/2014 de 05 de dezembro de 2014**. Aprova alterações no Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do IF Goiano. Goiânia, GO: Instituto Federal Goiano, 2014c. Disponível em:

https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/HIDR/Ensino/docsdeapoio/Regulamento_Monitoria_Res_sTOZwC4.pdf. Acesso em: 24 mai. 2019.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8640.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CASTANHA, André Paulo. A introdução do método Lancaster no Brasil: história e historiografia. In: ANPEDSUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9. 2012. 2012. Disponível em:

<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>. Acesso em: 28 jan. 2019.

CAVALHEIRO, Patrícia da Silva. **Monitoria como Estratégia Pedagógica para o Ensino de Ciências no Nível Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elise de Melo Borba. Recursos Didáticos na Educação Especial. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, nº5, p.15-20. 1996.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org.).

Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didática Magna**. 2001. Disponível em: www.ebooksbrasil.org. (e-book)

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

CUNHA JÚNIOR, Fernando Rezende da. **Monitoria:** uma possibilidade de transformação no ensino-aprendizagem no Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698/2362>. Acesso em: 06 dez. 2017.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 41, n. 144, set./dez. 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Origem Social dos Estudantes como Contraponto à Evasão e à Permanência Escolar nos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissionalizante. *In:* DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra (org.). **Educação Profissional e Evasão Escolar Contextos e Perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

FARIAS, Elizabete B. **Um olhar para o ensino técnico:** o ensino profissionalizante e a educação no Brasil. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

FERREIRA JR., Amarildo. **História da Educação Brasileira:** da Colônia ao século XX, São Carlos: EdUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar).

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva. **Análise dos Fatores Geradores de Evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do Cefet-Rj/Uned Petrópolis:** Uma Reflexão Sobre Qualidade em Educação Profissional. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2014.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n.1, p.112-124, jan./jun. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n.º 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; MORAES, Márcia Amaral Corrêa de. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Revista Poiesis Pedagógica**, Goiás: UFG, v. 8, n. 2, p. 144-158, ago/dez. 2010.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Educação no Brasil: Desafios e Crise Institucional. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 28, n. 1 (51). jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/33530>. Acesso em: 26 mai 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Volume 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAAG, Guadalupe Scarparo; KOLLING, Vanessa; SILVA, Elisete; MELO, Silvana Cláudia Bastos; PINHEIRO, Monalisa. Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, p.215–220, mar-abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a11v61n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

JESUS, Daniele Maria Oliveira de; MANCEBO, Rafael Cuba; PINTO, Fernando Igor Pinho; BARROS, Giovanni Victor Evangelista. Programas de monitorias: um estudo de caso em uma IFES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 61-68, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/222>. Acesso em: 17 out. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ensino de 2º Grau: O Trabalho como Princípio Educativo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, Trabalho e educação.** 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, HistedBR, 2005. p. 77-95.

_____. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, CEDES, n. 70, p. 15-39, abr. 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87313696003.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

LAFFIN, Marcos; BOCA SANTA, Stephane Louise; POLLNOW, Camila Gabriela. Monitoria: Atividade de Aprendizagem nos Fundamentos da Ciência Contábil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-BA, v. 5, n. 1, p. 38-53, jan/abril 2011. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewArticle/5487>. Acesso em: 15 set. 2017.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 05-15.

LINS, Ana Maria Moura. O método Lancaster: educação elementar ou adestramento? Uma proposta pedagógica para Portugal e Brasil no século XIX. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 48-6.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril, Cultura, 1984.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: um Estudo de Caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MINAYO, Maria Cecília Souza de (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: Subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1835).** São Paulo: Nacional, 1936.

MONROE, Paul. **História da Educação.** Tradução e notas Idel Becker. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978 (Coleção Atualidades Pedagógicas Vol. 34).

MOTA, Luzia Matos; SOUZA, Ruberley Rodrigues de. O lugar da pesquisa na trajetória da educação profissional no Brasil: das Escolas de Aprendizes Artífices aos IFs. *In*: BARBOSA, Walmir; PIRES, Luciene Lima de Assis; SANTOS, Neville Júlio de Vilasboas (org.). **O IFG no tempo presente: possibilidades e limites no contexto das reconfigurações institucionais** (de 1990 a 2015). Goiânia: IFG, 2016. p. 15-44.

MOURA, Dante Henrique. **Produção de Conhecimento e Políticas Públicas e Formação Docente em Educação Profissional**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

_____. Ensino médio e educação profissional dualidade histórica e possibilidade de integração. *In*: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 78, p.15-36, abril 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.com.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho. **Gestão Institucional e Evasão Escolar no Contexto de Criação e Expansão dos Institutos Federais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. **A Institucionalização das Políticas Neoliberais na Reconfiguração da Educação Profissional no Brasil: do Decreto nº 2.208/97 à Lei 11.892/08**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2014. Disponível em:
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/735>. Acesso em: 29 mai. 2019.

OLIVEIRA, Walas Leonardo de. Análise de aspectos pedagógicos da educação profissional técnica do Instituto Federal de Minas Gerais. **Revista EIXO**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas-SP: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. p. 05-12.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PAULA, Ercília Maria Angeli; MENDONÇA, Fernando Wolff. **Psicologia do Desenvolvimento**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

PERRENOUD, Philippe, Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!
Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 9.27, julho 2003.

_____. **Concepção do Ensino médio integrado**. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural Da Educação**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RICHARTZ, Terezinha; SANTANA, Zionel. Relações de Gênero e Facilidade/Dificuldade de Aprendizagem: A Influência dos Estímulos Recebidos na Educação Não Formal e a Repercussão no Desempenho Escolar. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9: DIÁPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. **Anais [...]**. Santa Catarina: UFSC. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277559365_ARQUIVO_ArtigoFazendoGeneroversaofinal2.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.

RIBOULET, Louis. **História da Pedagogia**. Traduzido da segunda edição por Justino Mendes. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1951.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 35. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <http://ceved.org.br/biblioteca/revista-brasileira-educacao-anped-2007-n34-v12>. Acesso em: 17 out. 2017.

SCHNEIDER, Márcia Sueli Pereira da Silva. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 6, n. 65, out. 2006. (Impresso).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Cármem Duarte; BARROS, Fernando; HALPERN, Sílvia C. SILVA, Luciana A. Duarte. Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 207-225, julho, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a09.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. A evasão no ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. **Permanência e Evasão Escolar: Um Estudo De Caso Em Uma Instituição de Ensino Profissional**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

THADEI, Jordana. Mediação e educação na atualidade: um diálogo com formadores de professores. *In*: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática**. Porto Alegre: Penso. 2018. (e-book)

VIDOR, Alexandre; REZENDE, Caetano; PACHECO Eliezer; CALDAS, Luiz. Institutos Federais: Lei no 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. *In*: PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. p. 47-110.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação Social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

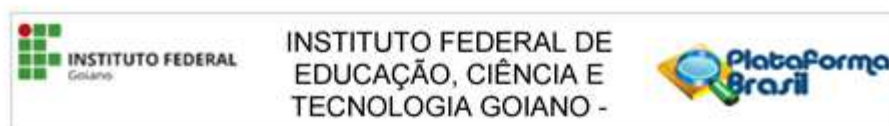
VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VILLELA, H. “O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil”. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 48-61.

ZIBAS, Dagmar. M. L. A Reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. Versão atualizada de trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 24-36, jan./fev./mar./abr. 2005.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO (CEP/IF GOIANO)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres: Influências no Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar

Pesquisador: CLECIA MESSIAS DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91718218.5.0000.0036

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.799.106

Apresentação do Projeto:

Não houve alteração.

Objetivo da Pesquisa:

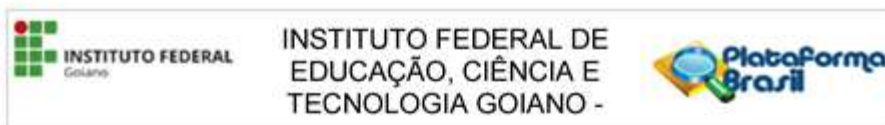
Não houve alteração.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se: "Em pesquisas qualitativas, principalmente no campo da educação, os riscos de qualquer natureza relacionados à execução da pesquisa, são mínimos. Contudo, caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas, os participantes terão local reservado para respondê-las e liberdade para recusar. Os riscos inerentes aos participantes, são tomar tempo do sujeito ao responder o questionário/entrevista e divulgação de dados confidenciais. Para minimizar esses desconfortos e riscos a pesquisadora estará habilitada ao método de coleta e atenta para perceber sinais verbais e não verbais de tais desconfortos, bem como assegura a confidencialidade e a privacidade, limitando o acesso aos dados coletados, apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.

O benefício relacionado à participação dos mesmos será o de aumentar o conhecimento científico para a área do Ensino."

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 2.799.106

habilitada ao método de coleta e atenta para perceber sinais verbais e não verbais de tais desconfortos, bem como assegura a confidencialidade e a privacidade, limitando o acesso aos dados coletados, apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.*

Parecer: atende a legislação

g) explicitação da garantia do ressarcimento e h) garantia de indenização diante de danos eventuais::

Relata-se: "5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar desse estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. As atividades que envolverão os sujeitos da pesquisa, consistirão apenas em responder questionários e serão desenvolvidas no ambiente escolar e/ou durante as aulas. Contudo, caso haja alguma despesa decorrente da pesquisa, as mesmas serão ressarcidas.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (CNS, 2012)."

Parecer: atende a legislação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

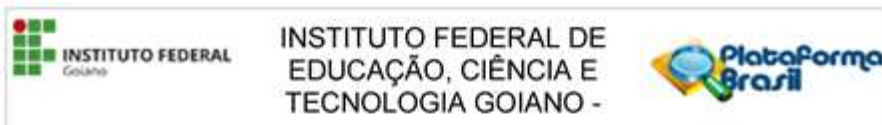
Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua 88, n°280	CEP: 74.085-010
Bairro: Setor Sul	
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600
	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Página 03 de 04



Continuação do Parecer: 2.769.106

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1138666.pdf	16/07/2018 18:34:14		Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	16/07/2018 18:29:58	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE.pdf	16/07/2018 18:28:39	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Monitoria.pdf	16/07/2018 18:27:14	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
Outros	Lattes_Jose_Carlos_M_Souza.pdf	18/06/2018 10:01:25	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_anuencia.pdf	09/06/2018 18:20:51	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso.pdf	09/06/2018 18:19:28	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	09/06/2018 18:17:11	CLECIA MESSIAS DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 03 de Agosto de 2018

Assinado por:
Roberto Takashi Sanda
(Coordenador)

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Página 04 de 04

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
MAIOR DE 18 ANOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(*Maiores de 18 anos*)**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**, sob responsabilidade da pesquisadora: Clécia Messias de Sousa (Instituto Federal Goiano).

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Buscar-se-á nesta pesquisa avaliar a implementação do Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem, permanência e êxito escolar dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como se o mesmo pode potencializar experiências a para docência e abrir novas possibilidades para o estágio e para o ingresso na área profissional. Os procedimentos investigativos se pautarão na pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que serão analisados dentro das perspectivas da análise de conteúdo.

Os objetivos desse estudo são: compreender o processo de instalação/implementação do Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas e intervir/sugerir para melhores resultados, mediante o desenvolvimento de um produto educacional, com a intenção de implementar o Programa de Monitoria no sentido de torná-lo mais eficiente na tentativa de minimizar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, ajudando assim, os alunos a terem êxito escolar.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Em pesquisas qualitativas, principalmente no campo da educação, os riscos de qualquer natureza relacionados à execução da pesquisa, são mínimos. Contudo, caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas, os participantes terão local reservado para respondê-las e liberdade para recusar. Os riscos inerentes aos participantes, são tomar tempo do sujeito ao responder o questionário/entrevista e divulgação de dados confidenciais. Para minimizar esses desconfortos e riscos a pesquisadora estará habilitada ao método de coleta e atenta para perceber sinais verbais e não verbais de tais desconfortos, bem como assegura a confidencialidade e a privacidade, limitando o acesso aos dados coletados, apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Fica assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo ao participante da pesquisa. Você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, conforme contato acima descrito.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e nos resultados divulgados em periódicos e eventos na área de ensino.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição pesquisada.

Os questionários serão impressos e guardados por cinco (05) anos e incinerados após esse período.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar desse estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. As atividades que envolverão os sujeitos da pesquisa, consistirão apenas em responder questionários e serão desenvolvidas no ambiente escolar e/ou durante as aulas. Contudo, caso haja alguma despesa decorrente da pesquisa, as mesmas serão ressarcidas.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo, têm direito à indenização, por parte do

pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (CNS, 2012).

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “**A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do responsável
pela pesquisa

Assinatura do participante

Agradeço a sua participação!

Orientanda: Mestranda Clécia Messias de Sousa

Servidora do quadro administrativo do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Graduada em Licenciatura em Matemática e Especialista em Docência Universitária.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Professor do Instituto Federal Goiano. Licenciado em Geografia, Mestre em Educação Agrícola e Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na linha de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – FORMULÁRIO GOOGLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE *(Maiores de 18 anos)*

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar, sob responsabilidade da pesquisadora: Clécia Messias de Sousa (Instituto Federal Goiano).

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e será encaminhado para seu e-mail.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1- Justificativa, os objetivos e procedimentos

Buscar-se-á nesta pesquisa avaliar a implementação do Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem, na permanência e no êxito escolar dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como se o mesmo pode potencializar experiências a para docência e abrir novas possibilidades para o estágio e para o ingresso na área profissional. Os procedimentos investigativos se pautarão na pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que serão analisados dentro das perspectivas da análise de conteúdo.

Os objetivos desse estudo são: compreender o processo de instalação/implementação do Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas e intervir/sugerir para melhores resultados, mediante o desenvolvimento de um produto educacional, com a intenção de implementar o Programa de Monitoria no sentido de torná-lo mais eficiente na tentativa de minimizar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, ajudando assim, os alunos a terem êxito escolar.

2- Desconfortos, riscos e benefícios

Em pesquisas qualitativas, principalmente no campo da educação, os riscos de qualquer natureza relacionados à execução da pesquisa, são mínimos. Contudo, caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas, os participantes terão local reservado para respondê-las e liberdade para recusar. Os riscos inerentes aos participantes, são tomar tempo do sujeito ao responder o questionário/entrevista e divulgação de dados confidenciais. Para minimizar esses desconfortos e riscos a pesquisadora estará habilitada ao método de coleta e atenta para perceber sinais verbais e não verbais de tais desconfortos, bem como assegura a confidencialidade e a privacidade, limitando o acesso aos dados coletados, apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.

3- Forma de acompanhamento e assistência

Fica assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo ao participante da pesquisa. Você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, conforme contato acima descrito.

4- Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e nos resultados divulgados em periódicos e eventos na área de ensino.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição pesquisada.

Os questionários serão impressos e guardados por cinco (05) anos e incinerados após esse período.

5- Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar desse estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. As atividades que envolverão os sujeitos da pesquisa, consistirão apenas em responder questionários e serão desenvolvidas no ambiente escolar e/ou durante as aulas. Contudo, caso haja alguma despesa decorrente da pesquisa, as mesmas serão ressarcidas.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo, têm direito à indenização, por parte do

pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (CNS, 2012).

Agradeço a sua participação!

Orientanda: Mestranda Clécia Messias de Sousa

Servidora do quadro administrativo do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Graduada em Licenciatura em Matemática e Especialista em Docência Universitária.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Professor do Instituto Federal Goiano. Licenciado em Geografia, Mestre em Educação Agrícola e Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na linha de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Aceita participar da pesquisa?

- Sim. Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “**A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer momento meu consentimento.

VOLTAR

PRÓXIMA

**ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
RESPONSÁVEL LEGAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Para responsáveis legais)

Seu filho(a) ou outra pessoa por quem você é responsável, está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**, sob a responsabilidade da pesquisadora: Clécia Messias de Sousa (Instituto Federal Goiano).

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de consentir que ele(a) faça parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Seu filho(a) ou outra pessoa por quem você é responsável também assinará um documento de participação, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, com informações sobre o estudo.

Em caso de recusa, seu filho(a) ou outra pessoa por quem você é responsável, não será penalizados de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1- Informações importantes sobre a pesquisa

Buscar-se-á nesta pesquisa avaliar a implementação do Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem, permanência e êxito escolar dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como se o mesmo pode potencializar experiências a para docência e abrir novas possibilidades para o estágio e para o ingresso na área profissional. Os procedimentos investigativos se pautarão na pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que serão analisados dentro das perspectivas da análise de conteúdo.

Os objetivos desse estudo são: compreender o processo de instalação/implementação do Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas e intervir/sugerir para melhores resultados, mediante o desenvolvimento de um produto educacional, com a intenção de implementar o Programa

de Monitoria no sentido de torná-lo mais eficiente na tentativa de minimizar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, ajudando assim, os alunos a terem êxito escolar.

2- Desconfortos, riscos e benefícios

Em pesquisas qualitativas, principalmente no campo da educação, os riscos de qualquer natureza relacionados à execução da pesquisa, são mínimos. Contudo, caso haja algum desconforto de natureza pessoal ou confidencial, em relação a alguma das perguntas a serem respondidas, os participantes terão local reservado para respondê-las e liberdade para recusar. Os riscos inerentes aos participantes, são tomar tempo do sujeito ao responder o questionário/entrevista e divulgação de dados confidenciais. Para minimizar esses desconfortos e riscos a pesquisadora estará habilitada ao método de coleta e atenta para perceber sinais verbais e não verbais de tais desconfortos, bem como assegura a confidencialidade e a privacidade, limitando o acesso aos dados coletados, apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.

3- Forma de acompanhamento e assistência

Fica assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo ao participante da pesquisa. O mesmo terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, conforme contato acima descrito.

4- Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

As respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome do participante em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e nos resultados divulgados em periódicos e eventos na área de ensino.

A participação é voluntária, isto é, a qualquer momento ele pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. A recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição pesquisada.

Os questionários serão impressos e guardados por cinco (05) anos e incinerados após esse período.

5- Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar desse estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem

financeira. As atividades que envolverão os sujeitos da pesquisa, consistirão apenas em responder questionários e serão desenvolvidas no ambiente escolar e/ou durante as aulas. Contudo, caso haja alguma despesa decorrente da pesquisa, as mesmas serão ressarcidas.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (CNS, 2012).

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, responsável legal por, _____ estou de acordo que o mesmo participe da pesquisa intitulada “**A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 20__

Pesquisador responsável pela pesquisa

Agradeço a sua participação!

Orientanda: Mestranda Clécia Messias de Sousa

Servidora do quadro administrativo do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Graduada em Licenciatura em Matemática e Especialista em Docência Universitária.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Professor do Instituto Federal Goiano. Licenciado em Geografia, Mestre em Educação Agrícola e Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na linha de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

ANEXO E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**, sob responsabilidade da pesquisadora: Clécia Messias de Sousa (Instituto Federal Goiano).

Buscar-se-á nesta pesquisa avaliar a implementação do Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem, permanência e êxito escolar dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como se o mesmo pode potencializar experiências a para docência e abrir novas possibilidades para o estágio e para o ingresso na área profissional. Os procedimentos investigativos se pautarão na pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que serão analisados dentro das perspectivas da análise de conteúdo.

Os objetivos desse estudo são: compreender o processo de instalação/implementação do Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas e intervir/sugerir para melhores resultados, mediante o desenvolvimento de um produto educacional, com a intenção de implementar o Programa de Monitoria no sentido de torná-lo mais eficiente na tentativa de minimizar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, ajudando assim, os alunos a terem êxito escolar.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Após receber os esclarecimentos, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do responsável
pela pesquisa

Assinatura do participante

Agradeço a sua participação!

Orientanda: Mestranda Clécia Messias de Sousa

Servidora do quadro administrativo do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Graduada em Licenciatura em Matemática e Especialista em Docência Universitária.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Professor do Instituto Federal Goiano. Licenciado em Geografia, Mestre em Educação Agrícola e Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na linha de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

**ANEXO F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) –
FORMULÁRIO GOOGLE**

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**, sob responsabilidade da pesquisadora: Clécia Messias de Sousa (Instituto Federal Goiano).

Buscar-se-á nesta pesquisa avaliar a implementação do Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem, na permanência e no êxito escolar dos estudantes do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como se o mesmo pode potencializar experiências a para docência e abrir novas possibilidades para o estágio e para o ingresso na área profissional. Os procedimentos investigativos se pautarão na pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados entrevistas e questionários semiestruturados, que serão analisados dentro das perspectivas da análise de conteúdo.

Os objetivos desse estudo são: compreender o processo de instalação/implementação do Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres; identificar a concepção, percepção e adesão dos alunos, bem como dos professores orientadores em relação ao Programa de Monitoria; analisar as interações entre o Programa de Monitoria e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na busca da permanência e o êxito escolar; identificar possíveis falhas e intervir/sugerir para melhores resultados, mediante o desenvolvimento de um produto educacional, com a intenção de implementar o Programa de Monitoria no sentido de torná-lo mais eficiente na tentativa de minimizar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, ajudando assim, os alunos a terem êxito escolar.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

O benefício oriundo de sua participação é o fato de contribuir para uma pesquisa de cunho científico, colaborando para difundir conhecimentos na área de educação, especialmente Educação Profissional, e dessa forma, exercer o papel de cidadão perante a sociedade na qual está inserido.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e será encaminhado para seu e-mail.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Agradeço a sua participação!

Orientanda: Mestranda Clécia Messias de Sousa

Servidora do quadro administrativo do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Graduada em Licenciatura em Matemática e Especialista em Docência Universitária.

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Professor do Instituto Federal Goiano. Licenciado em Geografia, Mestre em Educação Agrícola e Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na linha de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Aceita participar da pesquisa?

Sim. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada “**A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar**”, de forma livre e espontânea. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar.

VOLTAR

PRÓXIMA

ANEXO G – TELA DE SUBMISSÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Clecia Messias de Sousa <clecia.sousa@ifgoiano.edu.br>

[RPD] Agradecimento pela submissão

1 mensagem

Revista Prática Docente <periodicos@cfs.ifmg.edu.br>
Para: "Srta. Clecia Messias de Souza" <clecia.sousa@ifgoiano.edu.br>

23 de julho de 2019 17:49

Srta. Clecia Messias de Souza,

Agradecemos a submissão do trabalho "O Aperfeiçoamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres por meio de Histórias em Quadrinhos" para a revista Revista Prática Docente. Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão:
<http://periodicos.cfs.ifmg.edu.br/periodicos/index.php/tpd/author/submission/500>
Login: **kkousa97**

A revista publica dois volumes anuais. Sendo o primeiro volume publicado em junho e o segundo volume em dezembro.

Para os artigos a serem publicados no primeiro volume anual, o prazo é até dia 15 de abril de cada ano.

Para os artigos a serem publicados no segundo volume anual, o prazo é até dia 15 de outubro de cada ano.

Os artigos submetidos após a data limite serão encaminhados para os avaliadores somente após a publicação do número correspondente. Caso o processo de avaliação não seja concluído no prazo estabelecido, sua publicação se dará no próximo volume.

Em caso de dúvidas, entre em contato via e-mail.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Revista Prática Docente
Revista Prática Docente

Revista Prática Docente (RPD)
<http://periodicos.cfs.ifmg.edu.br>
<https://www.facebook.com/revistapratricadocente>

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E NÚMERO DE ALUNOS COM NOTAS ABAIXO DA MÉDIA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Disciplinas com Alunos com Notas Abaixo da Média		Nº de alunos
1º ano	Agricultura Geral	41
	Avicultura	07
	Banco de Dados	08
	Biologia I	15
	Construções Rurais	01
	Educação Ambiental	01
	Física I	92
	Geografia I	17
	História	52
	Informática Aplicada	05
	Inglês I	10
	Língua Portuguesa I	26
	Lógica de Programação	11
	Manutenção de Computadores	08
	Matemática I	85
	Metodologia Científica	04
	Olericultura	34
Química I	45	
Sociologia	43	
Suinocultura	08	
Zootecnia Geral	03	
2º ano	Administração de Empresas	01
	Biologia II	13
	Cartografia e Geoprocessamento	13
	Culturas Anuais	30
	Desenvolvimento WEB	22
	Espanhol II	45
	Filosofia	04
	Física II	53
	Forragicultura	09
	Geografia II	01
	Introdução às Energias Renováveis	01
	Legislação ambiental	09
	Língua Portuguesa II	10
	Matemática II	41
	Mecanização Agrícola	10
	Metodologia Científica	05
	Produção de Mudas	02
Produção Animal II	04	
Química II	0	
Sociologia	20	
Topografia	56	
3º ano	Matemática III	85
	Química III	52

No 3º ano estão relacionadas apenas as duas disciplinas que foram ofertadas monitoria.

Fonte: Elaboração da autora com informações do QAcadêmico.

APÊNDICE B - RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS PELO PROGRAMA DE MONITORIA NO ANO DE 2018

Disciplinas Ofertadas pelo Programa de Monitoria em 2018	
1º Semestre	2º Semestre
Agricultura Geral (02 monitorias)	Agricultura Geral
Cartografia e Geoprocessamento (02 monitorias)	Não houve monitoria
Desenvolvimento WEB (02 monitorias)	Cartografia e Geoprocessamento
Espanhol II	Desenvolvimento WEB
Física I	Não houve monitoria
Física II	Física I
Língua Portuguesa I	Física II
Língua Portuguesa II	Não houve monitoria
Lógica de Programação	Não houve monitoria
Matemática I (02 monitorias)	Lógica de Programação
Matemática II	Matemática I (02 monitorias)
Matemática III	Matemática II
Mecanização Agrícola	Matemática III
Olericultura	Mecanização Agrícola
Produção Animal II	Olericultura
Química I (02 monitorias)	Não houve monitoria
Química II (02 monitorias)	Química I
Química III	Química II
Topografia	Química III
Zootecnia Geral (02 monitorias)	Topografia
-----	Tópicos Especiais
	Zootecnia Geral

Fonte: Elaboração da autora com informações do Arquivos do Programa de Monitoria.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS MONITORES

Pesquisa de Mestrado: "A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: O Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar"

Questionário para os Alunos Monitores

Esta pesquisa é de relevância para que seja avaliada a prática pedagógica da Monitoria no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, analisando entre outros fatores, sua influência na relação de apoio entre os alunos e na produção do conhecimento em uma mesma linguagem, ou seja na importância da construção coletiva do conhecimento e, se isso de fato ocorre no desenvolvimento do Programa de Monitoria, de forma a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, bem como para a permanência e o êxito escolar.

Autora: Clécia Messias de Sousa

Endereço de e-mail do pesquisado: _____.

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Qual sua idade?

Menor de 18 anos. 18 anos ou mais.

PESQUISA

1. Nome completo: _____

2. Idade (*em números*): _____

3. Sexo: Masculino Feminino

4. Monitoria/disciplina que desenvolveu no primeiro semestre/2018:

Agricultura Geral Desenvolvimento Web Topografia
 Física I Física II Matemática I
 Matemática II Matemática III Química I
 Química III

5. Monitoria/(disciplina) que desenvolveu no segundo semestre/2018:

A mesma Monitoria/(disciplina) desenvolvida no primeiro semestre/2018.
 Não desenvolvo nenhuma Monitoria/disciplina nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no segundo semestre/2018.

6. Tipo de Monitoria que desenvolve: Voluntária Remunerada

7. Curso que frequenta:

Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
 Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
 Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio
 Bacharel em Agronomia
 Bacharel em Sistemas de Informação

- () Licenciatura em Ciências Biológicas
 () Licenciatura em Química
 () Técnico em Agropecuária - Subsequente/Concomitante
 () Outro: _____

8. Ano que frequenta:

- () 2º ano Técnico Integrado ao Ensino Médio () 6º Período Graduação
 () 3º ano Técnico Integrado ao Ensino Médio () 8º Período Graduação
 () 2º Período Graduação () 10º Período Graduação
 () 4º Período Graduação () Outro: _____

9. Qual o principal motivo que o levou a se inscrever no Programa de Monitoria?
(Marque apenas uma opção).

- () Interesse pela área/disciplina
 () Aumentar o grau de conhecimento
 () Criar e intensificar relações interpessoais
 () Bolsa-auxílio
 () Melhorar o currículo () Desenvolver habilidades sociocomunicativas
 () Outro: _____

10. Houve/Há programação das atividades de monitoria juntamente com o professor orientador?

- () Sempre () Nunca () Apenas em alguns momentos

11. Você acha que a monitoria contribui para aprendizagem dos alunos? Justifique.

12. Houve encaminhamento de alunos com dificuldade de aprendizado para sua monitoria?

- () Sim () Não

13. Como você avalia a aprendizagem dos alunos que frequentaram as aulas de monitoria que você ministrou/ministra?

- () Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima

14. Quais as principais atividades desenvolvidas durante a monitoria?
(Marque uma ou mais opções).

- () Auxílio ao professor em aulas práticas () Plantão de dúvidas
 () Resolução de listas de exercícios () Práticas de laboratório
 () Revisão de conteúdos para avaliações () Produção de textos
 () Auxílio na produção de trabalhos escritos e relatórios
 () Outro: _____

15. Quais os recursos didáticos que você utilizou?

- () Quadro/giz () Jogos () Apostilas
 () Imagens () Softwares () Textos
 () Lista de Exercícios () Outro: _____

16. Qual a principal dificuldade que você encontrou?
(Marque apenas uma opção)

- () Procura excessiva por monitoria em véspera de prova
 () Falta de interesse dos alunos
 () Falta de orientação dos professores
 () Falta de local adequado para o atendimento

- Número insuficiente de monitores
- Falta de estrutura para desenvolver material didático
- Atendimento a alunos de diferentes cursos
- Relacionamento com os alunos
- Outro: _____

17. O que você fez para minimizar as dificuldades encontradas? Acha que teve sua atitude teve efeito positivo?

18. Como você avalia a contribuição da monitoria para melhoria em sua formação acadêmico/profissional?

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

19. Como você avalia o seu desempenho como monitor?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

20. Considerando o início de suas atividades como monitor, até o dia de hoje, que mudanças você percebeu em sua aprendizagem?

21. Avalie os eventuais impactos que a experiência como monitor possa exercer em sua carreira/atividade profissional:

A monitoria alcança as expectativas construídas durante a formação acadêmica, pois vai muito além da troca de conhecimentos e de experiências.

A monitoria proporciona um aperfeiçoamento na comunicação, superando a timidez ou melhorando outras características pessoais que são requisitadas pelo atual mundo do trabalho.

A experiência propiciou-me o despertar da vocação/desejo para atuar como professor da disciplina monitorada.

A experiência pode influenciar diretamente em minha vida acadêmica, ajudando na escolha de cursos (graduação, pós-graduação, etc.).

Outro: _____.

22. Como você avalia o Programa de Monitoria?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

23. O que você acha que poderia melhorar no Programa de Monitoria?

Agradeço a colaboração!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS NÃO MONITORES

Pesquisa de Mestrado: "A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: O Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar"

Questionário para os Alunos não Monitores

Esta pesquisa é de relevância para que seja avaliada a prática pedagógica da Monitoria no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, analisando entre outros fatores, sua influência na relação de apoio entre os alunos e na produção do conhecimento em uma mesma linguagem, ou seja na importância da construção coletiva do conhecimento e, se isso de fato ocorre no desenvolvimento do Programa de Monitoria, de forma a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, bem como para a permanência e o êxito escolar.

Autora: Clécia Messias de Sousa

Endereço de e-mail do pesquisado: _____.

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Qual sua idade?

() Menor de 18 anos. () 18 anos ou mais.

PESQUISA

1. Nome completo: _____

2. Idade (*em números*): _____

3. Sexo: () Masculino () Feminino

4. Monitoria/(disciplina) que frequentou no primeiro semestre/2018:

(*Dentre as disciplinas abaixo, marque todas que frequentou no primeiro semestre*)

() Física I () Física II () Matemática I
 () Matemática II () Matemática III () Química I
 () Química III () Biologia I () Espanhol II
 () Língua Portuguesa I () Agricultura Geral () Topografia
 () Desenvolvimento Web

5. Monitoria/(disciplina) que frequenta no segundo semestre/2018:

(*Dentre as disciplinas abaixo, marque todas que frequenta no segundo semestre*)

() Física I () Física II () Matemática I
 () Matemática II () Matemática III () Química I
 () Química III () Agricultura Geral () Topografia
 () Desenvolvimento Web

() Não frequentei nenhuma das Monitorias/(disciplinas) acima mencionadas, no segundo semestre/2018.

6. Curso que frequenta:

- () Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
 () Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
 () Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

7. Ano que frequenta: () 1º ano () 2º ano () 3º ano

8. Qual o **principal** motivo que o levou a procurar o Programa de Monitoria

- () Dificuldade de aprendizagem na disciplina
 () Encaminhamento do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)
 () Outro:_____.

9. Você acha que a monitoria contribui para aprendizagem dos alunos? Justifique.

10. Qual a **principal** dificuldade que você encontrou? (*Marque apenas uma opção*)

- () Capacidade de transmissão de conteúdo pelos monitores
 () Falta de interesse dos monitores
 () Procura excessiva por monitoria em véspera de provas
 () Falta de orientação dos professores para os monitores
 () Falta de local adequado para o atendimento
 () Número insuficiente de monitores
 () Falta de materiais didáticos diversos
 () Atendimento a alunos de diferentes cursos
 () Relacionamento com os monitores
 () Outro:_____.

11. Houve tentativas para tentar minimizar as dificuldades encontradas? Quais?

12. Como você avalia a contribuição das aulas de monitoria na sua aprendizagem?

- () Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima

13. Considerando o início de sua frequência às aulas de monitoria, até o dia de hoje, que mudanças você percebeu em sua aprendizagem?

14. Como você avalia o Programa de Monitoria?

- () Excelente () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

15. O que você acha que poderia melhorar no Programa de Monitoria?

Agradeço a colaboração!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES ORIENTADORES

Pesquisa de Mestrado: "A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: O Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar"

Questionário para os Professores Orientadores

Esta pesquisa é de relevância para que seja avaliada a prática pedagógica da Monitoria no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, analisando entre outros fatores, sua influência na relação de apoio entre os alunos e na produção do conhecimento em uma mesma linguagem, ou seja na importância da construção coletiva do conhecimento e, se isso de fato ocorre no desenvolvimento do Programa de Monitoria, de forma a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, bem como para a permanência e o êxito escolar.

Autora: Clécia Messias de Sousa

Endereço de e-mail do pesquisado: _____.

PESQUISA

1. Nome: _____.
2. Monitoria/disciplina que orientou no primeiro semestre/2018, nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: _____.
3. Monitoria/(disciplina) que orienta no segundo semestre/2018, nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:
 - () A mesma Monitoria/(disciplina que orientei no primeiro semestre/2018.
 - () Não oriento nenhuma Monitoria/(disciplina no segundo semestre/2018.
4. Ano da disciplina: () 1º ano () 2º ano () 3º ano
5. Como você avalia a contribuição do Programa de Monitoria para o processo de ensino-aprendizagem?
 - () Extremamente importante
 - () Muito importante
 - () Importante
 - () Pouco importante
 - () Não importante
6. Você acha que o Programa de Monitoria incentiva o monitor a estudar mais?
 - () Sim () Não () Não tenho certeza
7. Como você avalia a contribuição do Programa de Monitoria para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que frequentam as aulas de monitoria?
 - () Extremamente importante
 - () Muito importante
 - () Importante

Pouco importante

Não importante

8. Na sua opinião há melhora na aprendizagem dos alunos que frequentam a monitoria?

Sim

Não

Não tenho certeza

9. Você encaminhou alunos para as aulas de monitoria? Sim Não

10. Você considera o Programa de Monitoria necessário para a sua disciplina?

Sim

Não

Não tenho certeza

11. Como você avalia a contribuição do Programa de Monitoria para a sua disciplina?

Extremamente importante

Muito importante

Importante

Pouco importante

Não importante

12. Considerando o início das atividades de monitoria, até o dia de hoje, que mudanças você percebeu no processo de ensino-aprendizagem em sua disciplina?

13. Você pretende solicitar monitor para a sua disciplina no próximo semestre/ano?

Sim

Não

Não tenho certeza

14. Quais foram as maiores dificuldades no processo de acompanhamento e orientação dos monitores?

Comprometimento dos monitores

Conciliar os horários de monitoria com os horários de aula

Planejar as atividades com os monitores

Preparar os monitores para atender os alunos

Participação dos alunos matriculados na disciplina

Acompanhar a frequência e os horários dos monitores

Outra: _____.

15. Como você avalia a contribuição do Programa de Monitoria para a vida acadêmica dos monitores?

Extremamente importante

Muito importante

Importante

Pouco importante

Não importante

16. Na sua opinião o Programa de Monitoria incentiva o interesse do monitor pela docência?

Sim

Não

Não tenho certeza

17. Na sua opinião o Programa de Monitoria pode despertar a vocação acadêmico/profissional nos monitores?

Sim

Não

Não tenho certeza

18. Como você avalia o Programa de Monitoria?

Excelente

Bom

Regular

Ruim

Péssimo

19. O que você acha que poderia melhorar no Programa de Monitoria?

Agradeço a colaboração!!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GERENTE DE
ENSINO/COORDENADOR DO PROGRAMA DE MONITORIA**

Pesquisa de Mestrado: "A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: O Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar"

ENTREVISTA (GERENTE DE ENSINO/COORDENADOR DO PROGRAMA DE MONITORIA)

Esta pesquisa é de relevância para que seja avaliada a prática pedagógica da Monitoria no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, analisando entre outros fatores, sua influência na relação de apoio entre os alunos e na produção do conhecimento em uma mesma linguagem, ou seja na importância da construção coletiva do conhecimento e, se isso de fato ocorre no desenvolvimento do Programa de Monitoria, de forma a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, bem como para a permanência e o êxito escolar.

MESTRANDA/AUTORA: Clécia Messias de Sousa

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

PESQUISA

1. Nome: _____.
2. Como a **Gerência de Ensino** atua no Programa de Monitoria?
3. Como você define a monitoria?
4. Como se dá o Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres?
5. Como você define o monitor?
6. Quais as funções/competências do monitor?
7. Como ocorre o processo seletivo dos alunos monitores?
8. Quais são os critérios utilizados para a seleção dos monitores?
9. Qual o valor e quais os critérios para divisão das bolsas de monitoria entre as disciplinas?
10. Na sua opinião, quais os motivos que levam os alunos a serem monitores?
11. Para você, que fatores contribuem para o sucesso dos alunos na função de monitores?
12. E, quais fatores contribuem para a desistência da função de monitor?

13. Defina o que é ser “um monitor eficiente” e o que é ser “um monitor que deixa a desejar no desempenho de suas funções”:
14. Na sua opinião, quais os motivos que levam os alunos não monitores a procurarem o Programa de Monitoria?
15. Como você percebe o Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem dos alunos monitores e alunos não monitores?
16. Para você, qual o papel Programa de Monitoria para a permanência e o êxito dos alunos monitores e alunos não monitores?
17. Como são realizados o acompanhamento e a avaliação do trabalho dos monitores?
18. Quais as atividades desenvolvidas em conjunto com o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP?
19. Você entende a monitoria como uma estratégia de suporte ao trabalho docente? Explique.
20. Quais os desafios de coordenar o Programa de Monitoria?
21. Qual sua expectativa em relação aos alunos monitores?
22. Qual sua expectativa em relação aos alunos não monitores?
23. Como você analisa o Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres?
24. Quais as principais dificuldades de implementação do Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres? Quais estratégias têm sido articuladas para superar tais dificuldades?
25. Gostaria de acrescentar algo relacionado ao processo de ensino-aprendizagem e a monitoria?

Agradeço a colaboração!!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Assinatura do participante

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRETOR DE ENSINO,
COORDENADORES PEDAGÓGICO E DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGOGICO**

Pesquisa de Mestrado: "A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: O Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar"

ENTREVISTA (DIRETOR DE ENSINO E COORDENADORES PEDAGÓGICO E DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO)

Esta pesquisa é de relevância para que seja avaliada a prática pedagógica da Monitoria no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, analisando entre outros fatores, sua influência na relação de apoio entre os alunos e na produção do conhecimento em uma mesma linguagem, ou seja na importância da construção coletiva do conhecimento e, se isso de fato ocorre no desenvolvimento do Programa de Monitoria, de forma a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, bem como para a permanência e o êxito escolar.

MESTRANDA/AUTORA: Clécia Messias de Sousa

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

PESQUISA

1. Nome: _____.
2. Como a Direção de Ensino atua no Programa de Monitoria?
(Apenas para a Direção de Ensino)
3. O Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP encaminha alunos com baixo rendimento em disciplinas críticas para a monitoria? (Apenas para o NAP)
4. Como é realizada o encaminhamento desses alunos? (Apenas para o NAP)
5. Como é feito o acompanhamento desses alunos? (Apenas para o NAP)
6. Como a Coordenação Pedagógica atua no Programa de Monitoria?
(Apenas para a Coordenadora Pedagógica)
7. Como você define a monitoria?
8. Como se dá o Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres?
9. Como você define o monitor?
10. Quais as funções/competências do monitor?

11. Na sua opinião, quais os motivos que levam os alunos a serem monitores?
12. Para você, que fatores contribuem para o sucesso dos alunos na função de monitores?
13. E, quais fatores contribuem para a desistência da função de monitor?
14. Defina o que é ser “um monitor eficiente” e o que é ser “um monitor que deixa a desejar no desempenho de suas funções”:
15. Na sua opinião, quais os motivos que levam os alunos não monitores a procurarem o Programa de Monitoria?
16. Como você percebe o Programa de Monitoria no processo de ensino-aprendizagem dos alunos monitores e alunos não monitores?
17. Para você, qual o papel do Programa de Monitoria para a permanência e o êxito dos alunos monitores e alunos não monitores?

18. Como são realizados o acompanhamento e a avaliação do trabalho dos monitores?
19. Você entende a monitoria como uma estratégia de suporte ao trabalho docente? Explique.

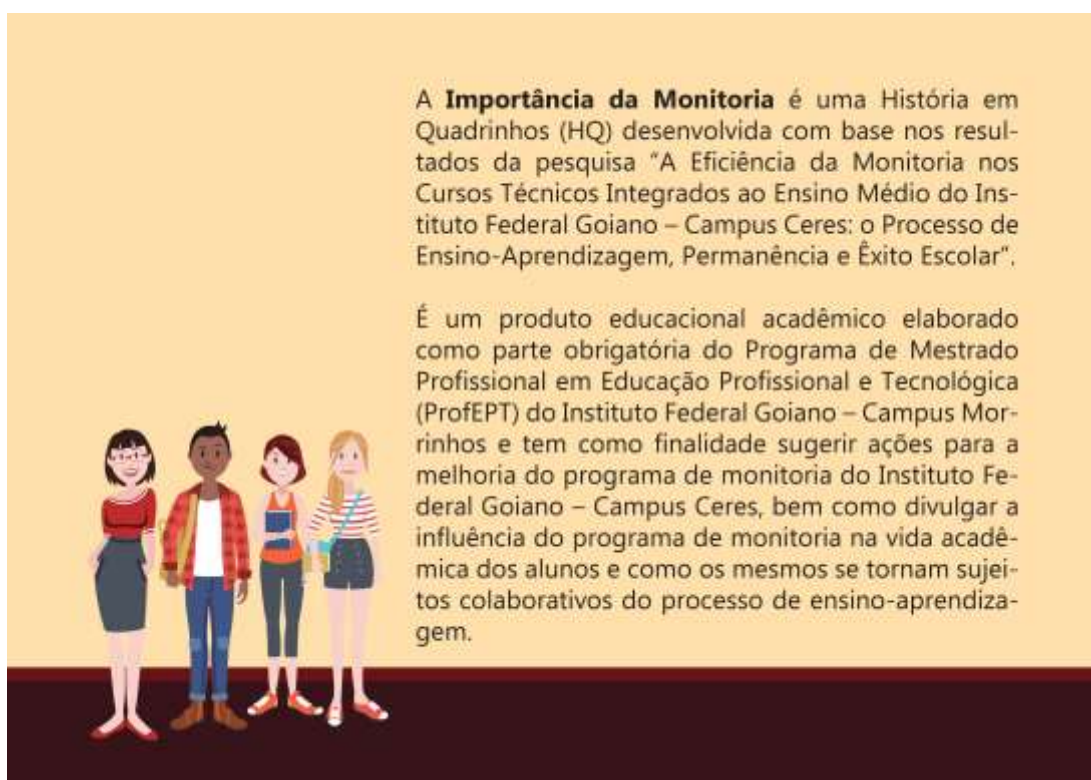
20. Qual sua expectativa em relação aos alunos monitores?
21. Qual sua expectativa em relação aos alunos não monitores?
22. Como você analisa o Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres?
23. Quais as principais dificuldades que você percebe na implementação do Programa de Monitoria no IF Goiano – Campus Ceres? Quais estratégias têm sido articuladas para superar tais dificuldades?
24. Gostaria de acrescentar algo relacionado ao processo de ensino-aprendizagem e o Programa de Monitoria?

Agradeço a colaboração!!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Assinatura do participante

APÊNDICE H – PRODUTO EDUCACIONAL (HISTÓRIA EM QUADRINHOS: A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA)





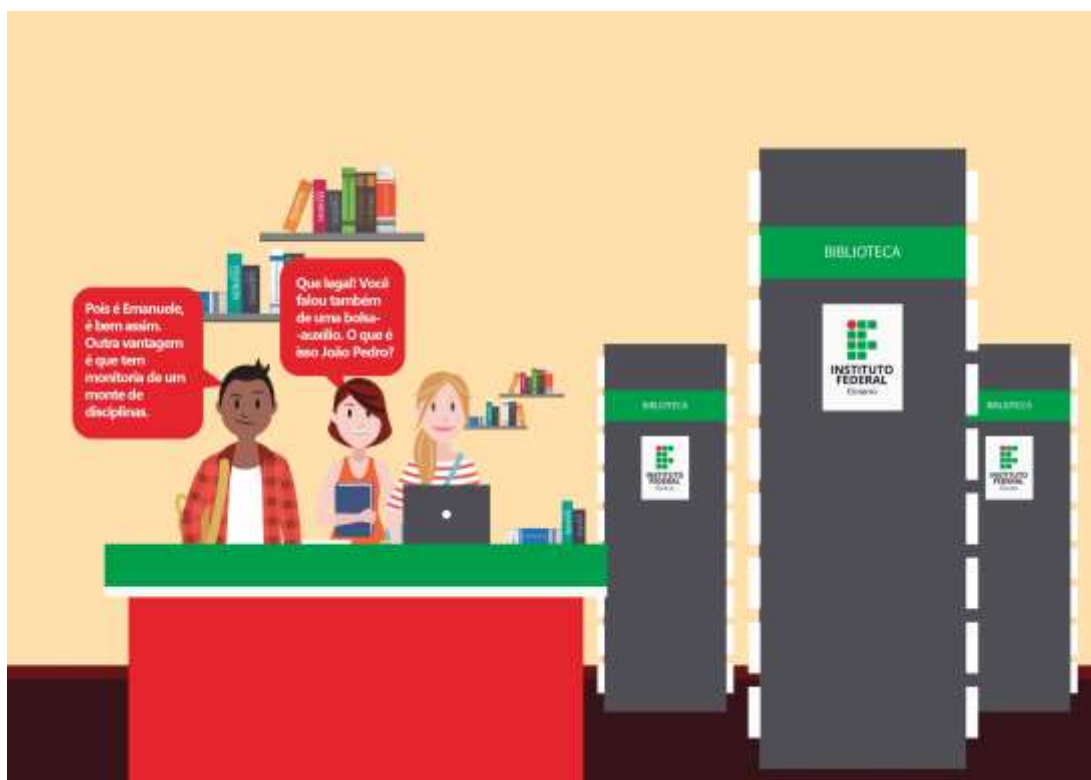




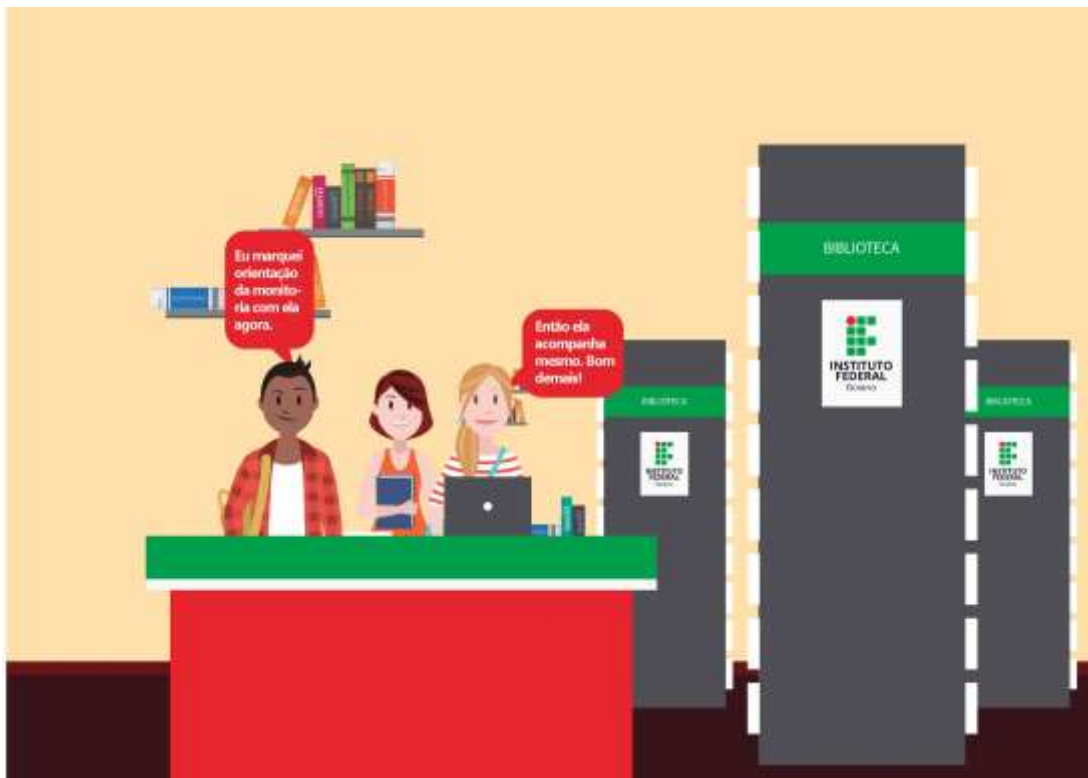


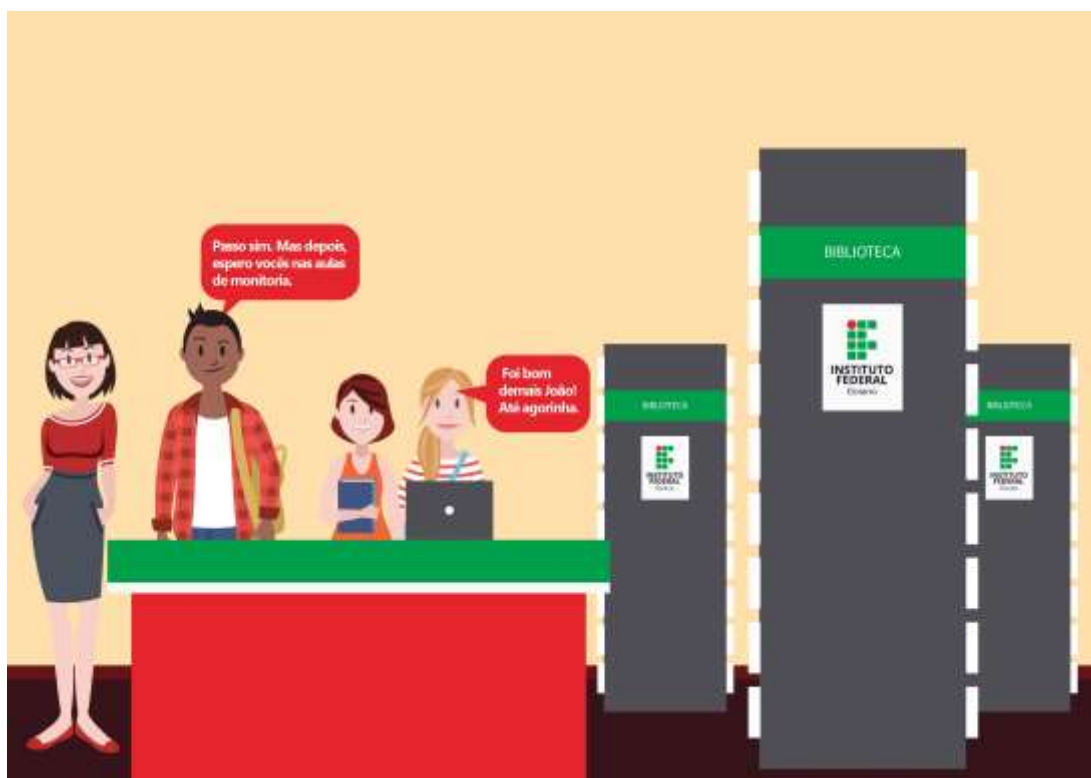












Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Autora: Clécia Messias de Souza

Orientador: Dr. José Carlos Moreira de Souza

Programa de Pós-Graduação: Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Divulgação: Núcleo de Comunicação Social e Eventos do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Software: Adobe Illustrator CS6

Ilustração: www.freepik.com

Diagramação: Jeferson Rossini Ferreira Lourenço

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Questionário para Avaliação e Validação de Produto Educacional

Questionário de Avaliação e Validação do Produto Educacional desenvolvido na forma de História em Quadrinhos denominada “**A importância da monitoria**”, vinculado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica intitulada “A Eficiência da Monitoria nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: o Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito Escolar”.

Esclarece-se que a História em Quadrinhos “**A importância da monitoria**”, encontra-se disponível no link: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_Ensino/Monitoria/2019/Orientacoes_importancia/Quadrinhos---Clcia.pdf, com a proposta de trazer inovações que possam aperfeiçoar o Programa de Monitoria aplicado no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, bem como contribuir para minimizar a defasagem no processo de ensino-aprendizagem e aumentar a permanência e o êxito escolar dos estudantes. Ressalta-se que o mesmo pode ser amplamente divulgado e compartilhado, porém o crédito deverá ser atribuído ao autor, não podendo alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais.

Tendo em vista o desenvolvimento e a aplicação do Produto Educacional supracitado, construído com base nos resultados da pesquisa realizada sobre a eficiência da monitoria no processo de ensino-aprendizagem, segue questionário composto de oito questões fechadas e uma questão aberta, para avaliação da aplicabilidade do referido Produto Educacional no Programa de Monitoria do IF Goiano – Campus Ceres. A sua participação é voluntária, porém muito importante!

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento seu e-mail será divulgado.

Mestranda/Autora: Clécia Messias de Sousa

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

PESQUISA

Endereço de e-mail do pesquisado: _____.

1. Qual a sua função na instituição?

- () Aluno(a) monitor(a)
- () Aluno(a) não monitor(a)
- () Professor(a) orientador(a)
- () Membro da equipe pedagógica

Questão a ser respondida apenas por alunos monitores.

2. A proposta trazida pela História em Quadrinhos “A Importância da Monitoria”, ao ser acessada e lida por você durante o processo seletivo de monitores do IF Goiano – Campus Ceres, estimulou a sua participação no programa?

Sim. Não. Não acessei e nem li o quadrinho antes do processo seletivo.

Questões a serem respondidas apenas por alunos monitores e não monitores.

3. Você frequenta ou frequentou monitoria de alguma disciplina em 2019?

Sim. Não.

4. A proposta trazida pela História em Quadrinhos “A Importância da Monitoria”, ao ser acessada e lida por você estimulou a sua participação nas aulas de monitoria?

Sim. Não. Não acessei e nem li a História em Quadrinhos.

Questão a ser respondida apenas por professores orientadores.

5. A proposta trazida pela História em Quadrinhos “A Importância da Monitoria”, ao ser acessada e lida por você estimulou-o a encaminhar alunos com defasagem na aprendizagem de sua disciplina para participarem das aulas de monitoria?

Sim. Não. Não acessei e nem li a História em Quadrinhos.

Questões 6 a 9 devem ser respondidas por todos. O link para rever a História em Quadrinhos: "A Importância da Monitoria" para responder o questionário, segue abaixo:

https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_Ensino/Monitoria/2019/Orientacoes_importancia/Quadrinhos---Clcia.pdf

6. A utilização do Produto Educacional “A Importância da Monitoria”, pode contribuir para impulsionar alunos monitores, alunos não monitores e professores orientadores a participarem com responsabilidade e dedicação do Programa de Monitoria aplicado no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, contribuindo assim para aperfeiçoamento do referido programa.

- Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Discordo plenamente.
 Discordo parcialmente.
 Não concordo nem discordo.

7. No que se refere à estética e ao aspecto visual da História em Quadrinhos, a mesma é:

- Excelente
 Muito boa
 Boa
 Razoável
 Ruim
 Não sei.

8. No quesito clareza de ideias e estilo de escrita, a História em Quadrinhos facilita a leitura e o entendimento pelos usuários.

- Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Discordo plenamente.
 Discordo parcialmente.
 Não concordo nem discordo.

9. Espaço para apresentação sugestões de melhorias e elogios que entender pertinentes.

Agradeço a colaboração!